



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 24 dias do mês de junho do ano de 2024, pelas 20h00, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por Eulália Margarida da Silva Rodrigues e por Joaquim Armando da Silva Fernandes, em substituição do primeiro secretário José Ângelo Saavedra de Almeida Faria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (20`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Três (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 2.º semestre de 2023, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Quatro (20`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística destinada a Centro de Recolha Oficial de Animais, para os efeitos previstos no artigo 25º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, e nos termos previstos na alínea k) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (20`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente à celebração de contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais, com prazo certo, a celebrar com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P).

Ponto Seis (20'):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão da Carta Educativa, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Sete (15'):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de adendas a protocolos de apoios financeiros celebrados com a Em Diálogo – Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso e Centro Social e Paroquial de Garfe, ambos outorgados em 19 de setembro de 2023, no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração – PARES 3.0, e respetivo pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual.

Ponto Oito (15'):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da designação dos membros de júri de procedimento concursal, para o Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau – Diretor de Departamento de Gestão Autárquica.

Ponto Nove (15'):

Proposta da Câmara Municipal para adesão do Município da Póvoa de Lanhoso à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Anabela Dias Lages; Pedro Vale da Silva; Miguel da Cunha Pereira; Álvaro da Silva Vieira; Clárisse Cardoso Matos; Maria Glória Rodrigues Matos Couto; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Marta Maria da Cunha Vieira.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sónia Manuela Baptista Guimarães; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; Sérgio Matias de Sousa Reis; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Rita Catarina Branco Teixeira e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

União de freguesias de Águas Santas e Moure não esteve presente

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Pedro José da Silva Baptista.

Antes de dar início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia, Doutor António Queirós Pereira, informou que seriam apresentadas as moções apresentadas e votadas na Assembleia Municipal Jovem e convidou os líderes das bancadas parlamentares e a Câmara Municipal a fazerem um breve comentário sobre as mesmas. E concedeu a palavra à deputada jovem, Alexandra Araújo.

Interveio a deputada jovem, Alexandra Araújo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu chamo-me Alexandre Araújo e represento o agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio para apresentar a moção proposta no âmbito das políticas locais de sustentabilidade e meio ambiente, como nome demos Brigada Verde Maria da Fonte.

A preocupação ambiental cada vez mais evidente na nossa sociedade e resultado da crescente urgência que todos sentimos para intervir e mitigar os impactos da ação humana, leva-nos enquanto jovens a pensar nesta problemática de forma muito pragmática. Entendemos que as ações que possamos propor, têm de ser exequíveis e ter impacto visual naqueles que nos rodeiam, para que sejamos cada vez mais a trabalhar no mesmo sentido.

A nossa proposta passa, portanto, pela criação de brigadas voluntárias para a manutenção de espaços verdes concelhios, a brigada no desenvolvimento das suas atividades e na observação dos princípios das políticas de ambiente e sustentabilidade compromete-se a promover a melhoria continuada do desempenho ambiental da Póvoa de Lanhoso, perspetivando sempre a prevenção da poluição e a promoção da utilização de sustentabilidade dos recursos ambientais.

Visto isto, a existência de espaços verdes é algo que prevalece na Póvoa de Lanhoso, a manutenção destes mesmos é algo a ter em consideração, uma vez que só assim se mantêm conceitos, esta estabilidade que está perspetivado na sua política ambiental. Temos, por exemplo, da ação desta brigada, a melhoria dos trilhos da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente o trilho dos Moinhos do Pontido, neste momento mais destruído com ervas altas e obstáculos que condicionam a passagem. Como objetivos principais temos: assegurar a manutenção regular dos espaços verdes da Póvoa de Lanhoso; garantir a conservação dos mesmos e promover a identidade local e a promoção do meio ambiente.

As ações ou atividades propostas são a identificação de todos os espaços verdes existentes, levantamento de todos os espaços com necessidade de manutenção, a divulgação do projeto pela comunidade e dos resultados periodicamente e o desenvolvimento de campanhas de limpeza e reciclagem, recursos necessários para a sua implementação. Só como recursos humanos, temos voluntários e o apoio técnico, manutenção de espaços verdes da Câmara e das juntas de freguesia e como recursos físicos, temos equipamento diversificado para a limpeza e manutenção.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada jovem, Laura Sobral.

Interveio a deputada jovem, Laura Sobral, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu chamo-me Laura Sobral, eu fui mandatada na Assembleia Municipal de jovens de 08 de junho de 2024 para representar os estudantes do ensino básico do agrupamento de escolas da Póvoa de Lanhoso.

Os alunos do ensino básico do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso apresentam a seguinte proposta no âmbito das políticas locais de sustentabilidade e meio ambiente, o seu nome é “por um futuro mais sustentável”, aceitamos o desafio que nos foi lançado e aqui estamos, jovens comprometidos com um futuro sustentável, para partilhar com todas e todos aqui presentes uma moção.

Propomos a instalação de painéis solares fotovoltaicos e ou de aquecimento de águas, numa primeira fase nas escolas do município com mais concentração de estudantes a Escola Básica do Ave; a Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso; a Escola Básica Professor Gonçalo Sampaio e a Escola Profissional do Alto Ave, e numa fase posterior, nos centros educativos e jardins-de-infância, com o intuito de reduzir a dependência energética em combustíveis fósseis através de processos de descarbonização baseados na utilização de fontes renováveis, neste caso, a energia solar.

Cremos que esta proposta ajudará a criar um sistema energético mais limpo, sustentável e rentável para o município a reduzir a pegada do carbono e a proteger o meio ambiente. Essa proposta está alinhada com o plano nacional de energia e clima de 2030

com o roteiro para a neutralidade 2050, bem como, com os objetivos de desenvolvimento sustentável, em particular o ODS 7 e o ODS 13 sendo esse último um dos oito ODS's prioritários para Portugal e que visão proporcionar o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos, e o combate às mudanças climáticas e os seus impactos.

Objetivamos assim promover práticas sustentáveis, reduzir os custos anuais de energia elétrica e proporcionar uma experiência prática e educativa à comunidade escolar. A energia solar oferece benefícios como a economia a longo prazo, criação de empregos, um impacto ambiental positivo, independência energética e um rápido retorno do investimento. A instalação é simples, e os painéis solares são duráveis. Além disso, a utilização de energia solar contribuir para diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e reduzir as emissões de carbono, melhorando a qualidade do ar e mitigando o efeito das alterações climáticas.

Concluimos salientando que a instalação de painéis solares é uma estratégia viável e eficaz para enfrentar os desafios ambientais e promover a sustentabilidade, são vários os seus benefícios ambientais, bem como económicos, sociais e educativos.

Se queremos efetivamente promover e sustentabilidade tão apregoada pelos inúmeros Governos dos diferentes países, se queremos deixar às gerações vindouras, um planeta habitável e se queremos mostrar que o município está comprometido com as políticas ambientais, reforçando a importância de ações locais, para a mitigação das alterações climáticas, é crucial que as políticas locais incentivem e apoiem a transição para fontes de energia renováveis, garantindo um futuro mais verde e sustentável para as gerações futuras.

Assim, solicitamos a aprovação desta nossa proposta na instalação de painéis solares nas escolas supracitadas, com vista a um futuro mais sustentável e resiliente às alterações climáticas através da adoção de energias sustentáveis.

Obrigada pela atenção.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra às deputadas jovens, Alexandra Araújo e Laura Sobral, para apresentação de uma moção conjunta.

Interveio a deputada jovem, Alexandra Araújo, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Os alunos do ensino básico dos agrupamentos de escolas Gonçalo Sampaio e da Póvoa de Lanhoso apresentam assim proposta conjunta no âmbito das políticas de integração de imigrantes na comunidade local. Como nome, temos “Meu amigo migrante”.

Entre 2008 e 2022, de acordo com os dados facultados pelo portal Pordata e pelo Instituto Nacional de Estatísticas, o número de estrangeiros com residência legal no nosso país quase duplicou, passando de mais de 430 mil, para mais de 780 mil. No

concelho da Póvoa de Lanhoso e no mesmo período, o crescimento apresenta-se ainda mais significativo, uma vez que mais do que triplicou, passando de 124 para 441 imigrantes com estatuto legal.

As nossas escolas refletem hoje essa realidade e temos no nosso concelho habitantes provenientes das Américas, de África, da Ásia e de várias regiões europeias, a estas nacionalidades associamos línguas, religiões e culturas diversas.

Como objetivos temos a criação de uma comunidade de voluntários através da criação de uma associação de Integração para ajudar na adaptação dos imigrantes, a criação e desenvolvimento de cursos de língua e cultura portuguesa em horário pós-laboral e livre de encargos para a comunidade imigrante, a promoção de encontros de interculturalidade, através da criação de um evento anual, o desenvolvimento de campanhas de recolha de bens e prestação de serviços para as famílias recém-chegadas e a criação de grupos de alunos responsáveis por famílias de imigrantes da nossa comunidade local.”

Interveio a deputada jovem, Laura Sobral, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como a Câmara Municipal poderá nos ajudar? Fornecendo ajuda na explicação das leis a essas famílias de imigrantes, ajudando também na obtenção dos documentos necessários, como o cartão de residência e o cartão de utente, ajudando na deslocação dos alunos ou dos voluntários até às casas das famílias, locais necessários ou pontos de encontro, para que possam ocorrer ajudas nas aulas de português, língua não materna e para explicar o funcionamento da escola, do mercado e até mesmo uma troca de como está sendo o período de adaptação. Fornecendo, também, um espaço para que possa ser realizada uma festa intercultural e promoção da mesma, e cedendo, também, um espaço sede para o centro de acolhimento.

A nossa proposta visa promover a integração da população imigrante na sociedade povoense abrangendo os vários pilares da nossa sociedade como a família, a educação, a comunidade e a cultura, garantir a qualidade de vida e o bem-estar dos imigrantes, promover o sentimento de pertença nos recém-chegados e a capacidade da inclusão e integração na nossa população local. Incentivar a tolerância dos imigrantes e uma verdadeira interculturalidade evitando o surgimento, ou ainda, eliminando comportamentos racistas e xenófobos.

Visa também, enriquecer e dinamizar a malha cultural e social povoense, incentivar os povoenses à prática de voluntariado, e ainda promover uma atividade de caráter lúdico que procura ir ao encontro de diversos interesses, como gastronomia, arte, artesanato e partilha de testemunhos.

Esta proposta fortalece os laços entre a comunidade local e os imigrantes, quebrando as barreiras do preconceito e da apatia. Além de promover uma verdadeira interculturalidade promove ainda um momento de lazer e descoberta de novas culturas.

A proposta “Meu amigo migrante” pode ser uma oportunidade para que nós, como comunidade local, possamos nos sensibilizar e abrir os olhos para um mundo de dificuldades que muitas vezes um imigrante enfrenta na nossa comunidade e nós nem temos o conhecimento.

Obrigada pela atenção.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, referiu que estavam apresentadas as moções dos alunos do ensino básico pelo que passaríamos à apresentação das moções dos alunos do ensino secundário, e concedeu a palavra à deputada jovem, Débora Alves.

Interveio a deputada jovem, Débora Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Os alunos do ensino secundário do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e da Escola Profissional do Alto Ave apresentam a seguinte proposta conjunta no âmbito das políticas de combate à abstenção, “O futuro somos nós”. Em 2019, Portugal assistiu nas legislativas ao valor mais alto de abstenção, 51,43%, nas últimas legislativas, a abstenção registou o seu nível mais baixo em quase 30 anos, 1995 de 33,8%. Apesar de este valor ter baixado, continua a ser demasiado elevado, tendo significação de um terço da população a nível local, reporto-me às últimas autárquicas em 2021, 26 de setembro, a abstenção aproxima-se do valor das últimas legislativas, 29,04%, sendo, portanto, do nosso entendimento que é urgente repensar sobre as políticas de combate à abstenção, uma vez que a participação política é um dos pilares fundamentais da democracia e o direito ao voto é essencial para a construção de uma sociedade justa e representativa.

Fazendo uma análise mais pormenorizada, a abstenção eleitoral pode indicar desinteresse, descontentamento ou falta de confiança no sistema político, bem como dificuldades logísticas ou falta de informação pelo que se coloca a questão, se todos os cidadãos têm a oportunidade e os meios para exercerem o seu direito de voto, de maneira informada e acessível?

Para combater a abstenção local, propomos promover por parte da Câmara Municipal, debates públicos entre os representantes locais dos vários partidos, promover sessões de esclarecimento realizadas nas escolas, com presença de personalidades a exercer cargos nas várias instituições democráticas, desenvolver campanhas contínuas de educação cívica que expliquem a importância do voto e o impacto das eleições na vida quotidiana, principalmente nos mais jovens, envolver os jovens diretamente no processo político, através de campanhas, projetos, participação em eventos que lhes permita expressar as suas propostas e ideias, tornando mais visíveis e apelativas as iniciativas que procurem envolver os mais jovens nas decisões, atribuir certificados de participação cívica ou descontos em serviços públicos, promover competições entre autarquias para aumentar a taxa de participação, combater a desinformação e fake news relacionados com o

processo eleitoral, criando organizações para o efeito com respetivas penalizações, de forma a promover a transparência de todo o processo, monitorizar de forma contínua e sistemática as políticas implementadas para garantir a sua eficácia, bem como aqueles que nos governam. Alcançando-se assim clareza e transparência, convidando a um maior envolvimento.

O porquê destas propostas? Queremos uma sociedade mais participativa, ou uma democracia mais ativa, sentimos necessidade de um maior esclarecimento das formas de funcionamento, funções das várias instituições democráticas. Necessitamos de uma maior identificação com as propostas de jovens envolvidos nas várias decisões. Defendemos uma maior transparência sobre as políticas do concelho através dos debates públicos, a fim de tomar decisões mais conscientes e informadas. Solicitamos o esclarecimento, divulgação das iniciativas locais que envolvam jovens nas várias tomadas de decisões.

Consideramos os debates, entre os representantes das várias instituições e os jovens, imprescindíveis para um maior envolvimento na prática democrática, aproximando-nos mais das instituições.

Assim sendo, concluímos que a nossa proposta é bastante objetiva, clara e realista para o combate à abstenção local, fomentando nos jovens hábitos de participação política. Acreditamos que, ao fazê-lo, estaremos a fortalecer a democracia, tendo a certeza de que todos possam participar de forma informada em cada ato eleitoral, reafirmando assim o compromisso de todos nós para uma sociedade mais justa, representativa e participativa. Escolhemos referir-nos aos mais jovens, porque o futuro somos nós.”

Para finalizar a apresentação das moções da Assembleia Municipal Jovem, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado jovem, Guilherme Martins.

Interveio o deputado jovem, Guilherme Martins, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu chamo-me Guilherme Oliveira Martins e fui mandatado no passado dia 8 de junho de 2024, em reunião da Assembleia Municipal de Jovens para representar em particular, o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mas também a Escola Profissional do Alto Ave e juntamente apresentar uma moção no âmbito do tema proposto, políticas e iniciativas locais para apoiar a integração dos jovens no mundo do trabalho, a nossa moção que irei apresentar de seguida, tem como título “habilidades profissionais e de carreiras de jovens no mercado de trabalho”.

Inicialmente, começarei por dizer aquilo que talvez seja óbvio para todos. Acredito que todos concordaremos que os jovens desempenharão no futuro, um papel fulcral para o desenvolvimento económico e social do nosso país e neste sentido, o que nos deixa desconfortáveis enquanto jovens é que muitas vezes há uma falta de perspetiva para o

futuro, nomeadamente em termos das políticas que insuficientemente são praticadas para melhorar a situação precária em que muitos de nós se encontram, principalmente no pontapé de saída que temos na nossa carreira profissional, a nível pessoal, académico e social, é necessário integrar os jovens no mercado de trabalho, é isto que queremos realçar e neste sentido, apresento a moção que inicialmente divulguei o título.

Neste sentido, propomos alguns pontos, como aqueles que vou citar de seguida, primeiramente, revisão curricular, integrando componentes de formação profissional e a orientação vocacional para os currículos escolares a nível do ensino escolar obrigatório, mas também a nível do ensino universitário para aqueles que o quiserem seguir. Neste sentido, será garantido que os jovens adquirem habilidades, práticas e conhecimento relevante para o mercado de trabalho, sabendo com maior exatidão aquilo a que se propõe.

Será igualmente importante investir em cursos de formação contínua, de modo a possibilitar a formação de curta duração e aperfeiçoamento nas várias áreas profissionais, oferecendo assim a possibilidade de atualização constante das suas carreiras, fomentar e facilitar a atribuição de subsídios, incentivos fiscais às empresas que contratem jovens. É importante aplicar estas medidas, num âmbito não só de políticas públicas, mas também políticas privadas e, neste sentido, iríamos contribuir para que a integração no mercado de trabalho fosse ainda mais célere.

Apoiar financeiramente através de fundo e de linhas de crédito específicas, jovens empreendedores. Sabemos que, muitas vezes, aquilo que impede os jovens de começarem o seu próprio empreendimento é a falta de condições financeiras para tal, organizar feiras de emprego, eventos de networking com a concretização de um Open day. Nós salientamos a concretização de um Open day. O ideal seria pelo menos dois, mas isto seria importante, de modo a possibilitar o contacto entre os jovens e os empregadores, permitindo maior conhecimento das exigências do mercado de trabalho, bem como identificar as várias possibilidades da carreira, estabelecer programas e ou serviços de bem-estar para jovens trabalhadores, ajudando-os a lidar com o stress e com a pressão características do ambiente de trabalho profissional, promovendo o equilíbrio entre a carreira profissional e a vida pessoal. Realização de sessões de workshops dinamizadas pelo pessoal dos recursos humanos e pelas empresas locais e regionais, com o intuito de explicar a cada um de nós a forma com se valoriza e formula um currículo vital apresentando as estratégias que muitas vezes são valorizadas a nível de entrevistas de emprego e dar a conhecer eventuais critérios de forma de seleção e valorização dos candidatos às vagas de emprego mais adotadas pela generalidade das empresas a nível local do município da Póvoa de Lanhoso, mas também a nível distrital do Distrito de Braga.

Finalmente, e não menos importante, apesar de tudo isto que foi dito até agora, é importante continuar a dar voz aos jovens no planeamento e na avaliação de várias políticas a implementar e a vigorar. Salienta-se esta iniciativa da Câmara Municipal da

Póvoa de Lanhoso, que nós recebemos com muito grado, quer na Assembleia Municipal de jovens do município, quer a presença que aqui temos e que nos dão a possibilidade de aqui estar e demonstrar as nossas ideias, que este tipo de iniciativas continuem a surgir e que, se possível, sejam outras neste sentido.

Tudo aquilo que foi dito até então são a nosso ver, sugestões que auxiliarão na promoção e na integração eficaz e sustentável de jovens no mercado de trabalho. Além disso, conseguir-se-á assim, promover o contributo significativo de jovens no desenvolvimento económico e social do país que no início comecei por citar e que, no futuro, seremos nós os responsáveis. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, convidou, os líderes das bancadas parlamentares a fazerem um breve comentário às moções apresentadas, e concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começo por dar os parabéns às deputadas e ao deputado municipal jovem, hoje mandatados como porta-vozes dos seus colegas, deputados municipais jovens que tão bem representaram os alunos do ensino básico e secundário do nosso concelho.

Na primeira sessão da Assembleia Municipal jovem realizada no passado sábado, dia 8 de junho, enquanto representantes locais de um partido fundador da Democracia em Portugal, é com agrado que no CDS-PP vemos o empenho dos nossos jovens que auxiliados pelos seus professores e diretores de agrupamento, se esforçaram e dedicaram em pleno de modo a poderem apresentar aqui hoje moções cheias de simbolismo, expectativas e anseios e sobre as quais todos devemos refletir.

É louvável a dedicação com que abordaram este desafio e é certo que, no futuro serão, com certeza, um garante de que, na Póvoa de Lanhoso, o espírito democrático do direito à opinião, ao contraditório e à liberdade se continuará a perpetuar nas gerações vindouras, e sobre tudo que, o nem sempre fácil, caminho da liberdade se continuará a perpetuar nas gerações vindouras, terá em terras da Maria da Fonte e nos seus jovens de hoje, muitas mulheres e homens de coragem e futuro brilhante para continuar a ser percorrido.

Nós, deputados municipais de hoje esperamos estar à altura de corresponder às vossas expectativas, contribuindo para vos possibilitar um amanhã cheio de sucessos e realizações. Obrigado a todos pelo vosso empenho.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do Grupo Parlamentar (GP) do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sendo que hoje endereçamos uma saudação muito especial às escolas aqui representadas pelos seus alunos, Alexandra Araújo, Laura Sobral, Débora Alves e Guilherme Martins, sejam muito bem-vindos, é de louvar a potenciação de estratégias que permitam aumentar a participação dos jovens em todos os processos democráticos. Esta consciencialização democrática, este trabalho em rede serve para desmistificar a atividade política e para vos aproximar dela. Por um lado, permite a cada um de vocês identificar problemas e estudar a melhor forma de os apresentar e debater as soluções que vos parecem mais acertadas. Não tenhamos dúvidas que iniciativas como esta estimulam a vossa capacidade na argumentação das vossas ideias, o que será uma grande mais-valia em todos os quadrantes da vossa vida, quer seja pessoal, quer seja profissional, quer seja formativa e ainda no quadrante com a comunidade civil, preparando-vos para tomarem decisões informadas e responsáveis e, quiçá, para assumirem posições de liderança num futuro próximo.

É muito gratificante ouvir-vos debater assuntos em torno da preocupação ambiental, da integração de imigrantes na nossa comunidade local, no desenvolvimento de políticas de combate à abstenção e da necessidade de melhor integrar os jovens no mercado de trabalho.

Em nome do grupo parlamentar do PSD, endereço uma palavra de reconhecimento ao vosso empenho, à pertinência dos temas que nos trouxeram às vossas perspetivas, às vossas ideias que serão cruciais para ajudar a resolver os problemas atuais em prol de uma democracia saudável, estejam certos que poderão contar com a colaboração do nosso grupo parlamentar em todas as dinâmicas que sirvam para aproximar os jovens e a comunidade escolar do sistema político e dos órgãos políticos locais. Que este seja um ponto de partida para melhorar as temáticas que connosco partilharam e que daqui caminhemos para um primeiro passo da fundação e da criação da Assembleia Municipal jovem no nosso concelho, porque o futuro são vocês. Um bem-haja a todos. Muitos, muitos parabéns.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, os meus cumprimentos e sinceros parabéns pela iniciativa. Felicito ainda todos os intervenientes que, sem eles não teria sido possível o sucesso deste importante projeto, que espero ter sido somente o seu despontar. Por isso, às direções dos agrupamentos e da EPAVE aos professores envolvidos, à Câmara Municipal, mas sobretudo, aos principais protagonistas, aos

estudantes que aqui apresentaram de forma brilhante as propostas, a minha saudação calorosa e os sinceros parabéns desta bancada e do Partido Socialista. Claramente a vossa geração é já o presente e é a esperança do futuro. Guilherme, referiste que vocês são o futuro do país, mas já hoje vocês representam o presente e a sua construção.

Tenho felizmente a oportunidade de me relacionar e ser pai de jovens com a vossa idade que me dão certezas quanto à capacidade e convicção da construção de uma sociedade mais justa, solidária e preocupada com o próximo, longe das preocupações egoístas do imediato, as moções aqui apresentadas são um bom exemplo disso mesmo.

A literatura científica assume que a participação política não convencional dos jovens fomenta a participação em atividades com objetivos mais concretos, centradas em objetivos que dizem mais à vivência do dia-a-dia dos jovens e que são habitualmente mais valorizadas por estes, em que também são reconhecidos como elementos catalisadores da mudança, na qual fica bem vincada a valorização e o contributo destes.

E cá estão vocês a darem provas disso mesmo. A Brigada Verde Maria da Fonte e por um futuro mais sustentável, neutralidade carbónica, políticas locais de sustentabilidade e meio ambiente; o meu amigo migrante políticas de integração dos imigrantes na comunidade local; o futuro somos nós, políticas de combate à abstenção e ainda habilidades profissionais e de carreira dos jovens no mercado de trabalho, políticas e iniciativas locais para apoio à integração dos jovens no mundo do trabalho.

Não raras vezes verifica-se um desalinhamento entre aquelas que são as preocupações dos jovens e dos partidos que levam a votos programas que, por vezes, se consideram as suas preocupações. A verdade é que os decisores políticos têm a obrigação de sair do fechamento dos seus pensamentos e terem disponibilidade para ouvir os jovens, as suas preocupações e os seus anseios.

Caras e caros alunos, vocês têm no Presidente Frederico Castro, um eleito com sensibilidade para as preocupações da juventude e estou certo que este projeto é somente o gatilho que vai propiciar uma parceria muito estreita entre as preocupações dos jovens e este município. Vocês têm de ser extremamente exigentes com os decisores políticos e não podem permitir que sejam ignorados os vossos problemas que são os nossos problemas, são os problemas da sociedade que têm que ter em vocês também verdadeiros protagonistas. Aliás, considero inadmissível que em 2002 tenha sido publicado o Livro Branco da Juventude da União Europeia, há 22 anos, reparem, e nesse documento estejam previstos os problemas sociais, profissionais e habitacionais dos jovens para esta geração e mesmo assim, não tenham sido implementadas políticas que dessem respostas capazes a estes problemas e permitissem que o vosso futuro seja muitas vezes adiado.

Deixo-vos um pensamento de Platão na obra a República há cerca de 2500 anos para vos motivar a participarem ativamente na política, “a penalização por não participarem na política é acabar por serem governados pelos teus inferiores”.

E para terminar, mais uma vez, muitos parabéns a todas e a todos pela qualidade de excelência que aqui demonstraram do trabalho realizado e o meu sincero agradecimento e julgo de todos os presentes e aqueles que nos assistem em casa, através das redes sociais. E julgo que todos nós estamos agradecidos pelo trabalho e uma salva de palmas que é muito merecida e o muito obrigado.”

Para finalizar, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, convidou o senhor Presidente da Câmara, Frederico Castro, a também ele, comentar as moções apresentadas pelos deputados jovens.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu quero começar por cumprimentar os senhores diretores dos agrupamentos e da Escola Profissional, porque, de facto, abraçaram este objetivo que traçámos no início deste ano, no final do ano passado, para ser mais rigoroso, de termos um programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril que integrasse propostas e que integrasse medidas que nos fizessem chegar aos mais jovens. E chegar aos mais jovens, porquê? Porque é importante e nós assistimos hoje, eu vou dar aqui umas pinceladas em alguns dos temas que foram cá trazidos, mas há um tema fundamental que tem muito a ver com aquilo que é comemorar, mas refletir sobre o que foi o 25 de Abril, que é precisamente o tema da abstenção e nós quisemos, traçámos o objetivo em conjunto de tocar nos mais jovens e de conseguir, de alguma forma, fosse de que forma fosse, mas conseguir, de alguma forma, deixar uma semente dentro de cada um deles que lhes fizesse pensar na importância que teve o 25 de Abril para Portugal. No país que éramos antes, que eles não conheceram com muitos de nós não conheceram, eu também não conheci, mas no país que somos hoje e a forma como esse país evoluiu, não só a qualidade de vida que temos hoje, mas os direitos, o que temos hoje e os deveres que também temos.

E, por isso, senhores diretores, senhor diretor Dr. Ângelo, Dra. Luísa, Eng.ª Paula, muito obrigado por terem dito presente, no fundo, e por terem ajudado a alcançar este objetivo, que me deixa particularmente feliz por perceber que nós estamos a progredir no sentido de conseguir deixar a tal semente na cabeça e no coração de cada um destes jovens.

Cumprimento, naturalmente, toda a comunidade educativa, os senhores professores que tiveram um papel fundamental, eu sei, um papel muito, muito importante, cumprimento-os a todos e cumprimento também os funcionários da Câmara Municipal, desta área, da área da educação, que tiveram também uma participação decisiva, crucial para que nós pudéssemos cumprir também com o nosso dever de cooperação e de assegurar que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal estivessem à altura deste desafio e, por isso, agradeço tanto a uns como outros o facto de podermos estar

aqui hoje a ouvir estas moções. Cumprimento todos os alunos que são hoje aqui representados pela Alexandra, pela Laura, pela Débora e pelo Guilherme, porque, de facto, tivemos uma sessão há umas semanas atrás, tivemos uma sessão que eu apelido de superinteressante, foi uma sessão muito interessante mesmo. Porque, primeiro tivemos oportunidade de perceber que os jovens não estão tão desligados do fenómeno político como nós possamos imaginar. Nós temos esta ideia errada que os jovens não querem saber da política, querem saber de outras coisas que não a política, nada mais errado. Vocês demonstraram, os jovens que estiveram cá, e aqueles que vocês representam hoje aqui demonstraram que isso não é verdade. Os jovens estão atentos, debatem política, muitas vezes debatemos política sem saber, estamos a falar de política, estamos a falar de um tema qualquer que interessa à sociedade civil, isso é política e, portanto, vocês demonstraram isso quando tivemos a nossa sessão do parlamento jovem e demonstraram com a qualidade destas moções, porque, de facto, se é verdade que nós concluímos nesse dia, que muitos destes objetivos estão já a ser trabalhados pela Câmara Municipal, pelo Estado central, pelas instâncias governativas, por assim dizer, também é verdade que há uma sensibilidade diferente para os temas ambientais, para os temas relacionados com a formação cívica e social e para os temas que têm a ver com a programação do vosso futuro profissional que só vocês podem reproduzir, vocês podem reproduzir como ninguém, porque o sentem, e porque têm já a noção da importância que isso vai ter para as vossas vidas e para o futuro que vocês querem construir. Que eu espero que construam cá na Póvoa de Lanhoso, naturalmente e, por isso, eu queria dar-vos os parabéns.

Dizer-vos que a Câmara Municipal já nesse dia tomou boa nota de várias das medidas que aqui apresentaram. Eu posso dar, por exemplo, falar do trilho dos Moinhos que, de facto, nesta altura do ano, precisa de várias intervenções. Nesse momento, a moção estava 100% correta, hoje está desatualizada já, porque o trilho já foi limpo, mas daqui a quinze dias ou três semanas volta a precisar de intervenção porque nesta altura do ano, com as variações climáticas, temos calor e temos chuva e as ervas crescem muito depressa e, portanto, nós estando atentos, tínhamos essa programação feita e dou esse exemplo, só para dizer que é importante para nós também percebermos que vocês também estão atentos a essas realidades e que vocês também percebem a importância das alterações climáticas e do papel que devemos ter cada um de nós deve ter e pode ter para travar esse fenómeno e para tornar o nosso país, o nosso concelho, mais sustentáveis. E a Câmara Municipal está também muito comprometida com os ODS's e está e vai apresentar brevemente o nosso Plano de Ação Climática que verte muitas das medidas que foram cá trazidas e muitas outras também que são importantes, mas que são complementares, digamos assim, para que nós consigamos atingir esses objetivos.

Mas também, a Câmara Municipal através do CLAIM, que será o futuro centro local de apoio à integração de migrantes, já tem previstas essas medidas, que foram cá trazidas pela Laura Sobral e que são hoje parcialmente asseguradas já pelos serviços da Câmara

Municipal, mas que o CLAIM irá abraçar na sua plenitude, digamos assim, portanto, essa missão que os municípios devem ter, estando já parcialmente assegurada, estarão plenamente asseguradas pelo CLAIM no futuro. Ainda assim, essas ideias são importantes para nós, e nós vamos considerá-las e vamos ter em atenção aquilo que podemos acrescentar ao trabalho que já temos programado.

Sobre o combate à abstenção, é um tema de facto decisivo. Eu disse nessa sessão do parlamento jovem que é muito importante nós debatermos as razões da abstenção, mas também é muito importante que as pessoas votem por boas razões, e que votem de forma informada. O eleitor informado é um eleitor preparado e aquilo que eu acho que é mais importante é que os nossos eleitores se preparem, se informem bem, que não deixem que sejam outros a formatar as suas ideias, sejam eles a criar as suas próprias ideias, porque um eleitor bem formado e informado, sabe o que vai fazer, e age sempre bem, independentemente do voto que escolher, age sempre bem, porque está bem para ele próprio, e se está bem para ele, está bem feito. É importante é informar as pessoas, e nós também, e os agentes políticos devem estar disponíveis precisamente para prestar esses esclarecimentos, para estar ao lado daqueles que querem compreender melhor o fenómeno político e também para ouvir as suas pretensões para existir o máximo de sintonia possível. E eu acho que isso é muito importante, espero e desejo que, no futuro, isso ajude a combater a abstenção e que traga mais gente para a importância do voto, porque, de facto, antes do 25 de Abril, vivíamos um país muito diferente daquele que vivemos hoje também desse ponto de vista, reparem que as pessoas mais idosas são geralmente aquelas que raramente deixam de ir votar, porque passaram, sentiram na pele o que era não poder votar, o que era não poder escolher o seu futuro. Acho que é muito importante que nós também ouçamos os mais idosos.

Nós temos também no nosso programa um conjunto de recolha de contributos e de experiências dos mais idosos, precisamente para percebermos o que foi esse tempo, as dificuldades que existiam e também a importância de passarem a poder exercer o voto que nesse tempo não seria possível exercer só por chefes de família, o que era uma coisa de facto, de outro tempo que não faz sentido nenhum, portanto, eu queria, senhor Presidente, terminar dando os parabéns por esta primeira iniciativa. Reparem que na História Democrática da Póvoa de Lanhoso, esta foi a primeira Assembleia Municipal jovem de 50 anos de História Democrática do nosso concelho e, portanto, senhor Presidente, está de parabéns, tem o meu apoio e do executivo para continuarmos nos próximos anos a promover assembleias municipais jovens, e que essas assembleias municipais jovens terão contributos para nós continuarmos todos juntos a construir o ideal de Póvoa de Lanhoso que queremos ter para o nosso futuro. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, agradeceu aos jovens e aos diretores das escolas a sua presença, dando assim por terminada a apresentação e o debate das moções apresentadas na Assembleia Municipal Jovem,

dando de imediato início à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de junho de 2024. Colocou à votação a Ata da sessão da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2024, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Informou que foram entregues dois votos de pesar, subscritos por todas as bancadas parlamentares e concedeu a palavra ao representante da Junta de Freguesia de Covelas, Filipe Sousa, para ler o primeiro voto de pesar.

Interveio o senhor Filipe Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Pesar pela morte de Jaime de Sousa Oliveira

Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento de Jaime de Sousa Oliveira, no passado dia 27 de maio de 2024.

A sua morte, aos 83 anos de idade, deixou todos consternados, pois era visto pelos seus familiares, amigos, Covelenses e Povoenses, como uma pessoa bondosa, humana, trabalhadora, que sempre se preocupou com o desenvolvimento e vida democrática da sua freguesia e da do seu concelho.

Jaime de Sousa Oliveira liderou a Junta de Freguesia de Covelas ao longo de 31 anos consecutivos, de 1982 a 2013.

Mas o Jaime não foi apenas Presidente, ao longo dos 31 anos. O seu exercício autárquico conta ainda com um mandato como Secretário da Junta de Freguesia de Covelas, no triénio de 1976 a 1979.

Para além do tempo despendido na Junta de Freguesia, sempre esteve ligado, de uma forma ou outra, a quase todas as associações e grupos existentes na freguesia; não podemos esquecer que foi um dos fundadores da “EM DIÁLOGO – Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso”.

Durante todos os seus mandatos, sempre pugnou pelos interesses da freguesia, pelo bem-estar da população e fê-lo em prol do desenvolvimento de Covelas.

Quem com ele teve a oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente social e humana, que merece um profundo respeito e admiração de todos, indo muito para além das funções institucionais. Jaime de Sousa Oliveira é, assim, reconhecido como um homem de causas e um homem de bem.

Não temos dúvidas que a sua partida deixou o poder local democrático mais pobre; atento o seu percurso autárquico e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso delibere:

- *Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento;*
- *Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “VOTO DE PESAR”;*
- *Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.”*

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, para leitura do segundo voto de pesar.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de Pesar pelo falecimento de César Pereira Malainho

Foi com profunda consternação que a Póvoa de Lanhoso recebeu, no passado dia 30 de abril, a triste e fatídica notícia do falecimento de César Pereira Malainho, com 81 anos e residente da União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Com especial gosto pela política e pela causa pública, a Social-Democracia corria-lhe nas veias, tendo exercido vários cargos partidários na estrutura Social Democrata ao longo de muitos anos.

Autarca de reconhecido mérito, foi uma personalidade marcante do concelho da Póvoa de Lanhoso. Foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Fontarcada, eleito democraticamente, e Deputado Municipal durante décadas, tendo desempenhado os cargos de Líder da Bancada Parlamentar do PSD e de 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, chegando mesmo a presidir a algumas sessões na Casa da Democracia Povoense.

Desempenhou os cargos em representação do PSD mas, acima de tudo, em representação dos eleitores, trabalhando com respeito mútuo e espírito democrático em prol do bem comum, tendo sido uma referência para todos quantos tiveram o privilégio de com ele trabalhar e conviver.

Com gosto pelo envolvimento na comunidade, César Pereira Malainho foi, ainda, um dos fundadores da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Fontarcada, na qual ocupou o cargo de primeiro Presidente da direção.

Das muitas passagens da vida de César Pereira Malainho destaca-se, ainda, o serviço militar, onde foi combatente da Guerra do Ultramar, na especialidade de marinheiro. Depois de terminar a vida militar, foi funcionário administrativo do Ministério da Educação, desempenhando funções na Escola Prof. Gonçalo Sampaio da Póvoa de Lanhoso, na delegação da Direção-Geral do Pessoal do Ministério da Educação, em Braga, e na Escola C+S de S. Torcato, à data assim designada, em Guimarães.

O concelho da Póvoa de Lanhoso ficou mais pobre com a partida de César Pereira Malainho, no passado dia 30 de abril de 2024. Fica nas nossas memórias o exemplo de um grande ser humano dedicado à comunidade, um homem de respeito, honra e com um bom coração.

Por tudo o que foi dito e pelo muito que ficou por dizer. Pelas qualidades políticas, humanas, sociais e pelo serviço que prestou à freguesia de Fontarcada e ao concelho da Póvoa de Lanhoso, propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 24 de junho de 2024, delibere:

1. *Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do senhor César Pereira Malainho, residente da União das Freguesias de Fontarcada e Oliveira, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*
2. *Manifestar à família, principalmente à esposa, filhos, netos noras/genros, amigos/as, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.*”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação um minuto de silêncio pelos dois votos de pesar, que foram aprovados por unanimidade, pelo que se cumpriu um minuto de silêncio. Após o cumprimento do minuto de silêncio, concedeu a palavra à secretária da Mesa, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência.

Após a leitura da correspondência, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), relembrou que estavam abertas as inscrições para os períodos de intervenção do público; intervenção dos Presidentes de Junta e das Comissões e concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Caros povoenses, recentemente, mais concretamente, no passado dia 6 de junho, o Jornal Notícias traz-nos uma notícia sobre a Braval intitulada e passo a citar “Mau cheiro do aterro e em risco de água contaminada, preocupam a população.” Infelizmente, o tema Braval surge na agenda nacional pelos piores motivos e nós CDS pela gravidade da situação, voltamos a trazer o tema ao PAOD, senhor Presidente agora pela mão do Jornal Notícias, voltamos a ser confrontados com testemunhos de munícipes de Covelas, Ferreiros, Lanhoso, da própria vila e, pasme-se, até Fontarcada, relativamente ao cheiro pestilento que vem da Braval e que, inclusive, eu próprio posso testemunhar desde minha casa na Avenida 25 de Abril. Também ficamos a saber com mais detalhe que em Covelas, continuam os receios da população em relação ao estado das águas naquela freguesia e que, a julgar pelo relato de uma moradora, as águas poderão mesmo estar de novo contaminadas. Era bom que se apurasse esta situação com o rigor exigível.

Ficamos também a saber pelo JN que foi feita uma denúncia à GNR da Póvoa de Lanhoso e que, em virtude da mesma e da consequente ação inspetiva da GNR da CCDR-N, foram detetadas irregularidades. Por último, ficamos também a saber que o município da Póvoa de Lanhoso afirmou que, e passo a citar, “a Braval está a desenvolver um plano de contingência a ser implementado como resposta a eventos extraordinários de foro meteorológico.” Nós perguntamos, será que se referem a um dito perfume de outros tempos que no passado também utilizavam? E a que eventos extraordinários do foro meteorológico, a Braval se refere?

Infelizmente, o extraordinário passou a mais do que ordinária, inqualificável mesmo esta praga que nos assola. E agora que chegou o verão, senhor Presidente, muito nos agrada se estivermos errados e se não houver uma escalada de incidentes, oxalá a situação não se agrave é o que sinceramente desejamos, mas senhor Presidente é facto que os povoenses estão cansados de meias verdades, de contos de fadas e de ações paliativas da Braval que nada resolvem e em nada servem o nosso concelho. Senhor Presidente, não nos vão conseguir vencer pelo cansaço. As operações de cosmética e contrapartidas pontuais já não convencem os povoenses. São necessárias medidas de fundo com, por exemplo, análises periódicas às águas das nascentes das fontes e dos aquíferos das freguesias de Covelas, Ferreiros, Lanhoso e até da própria vila.

Depois é ainda preciso saber se o lixo continua a ser depositado integralmente a céu aberto, só assim se justificando o aumento da pestilência olfativa com que somos brindados semanalmente, ainda este fim-de-semana o odor era pestilento na vila, pelo que não se estranha as queixas até em Fontarcada. De acordo com o JN, os seis municípios que depositam os seus lixos na Braval produzem diariamente a módica quantia de trezentos mil quilos de resíduos sólidos. Imaginem tudo isto durante um ano e multipliquem por mais vinte anos de operação, como dizia o Eng.º Guterres é só fazer a conta.

A Póvoa de Lanhoso deixou de ser um local do aterro sanitário, como inicialmente era designado para passar a ser nitidamente o caixote do lixo de Braga, Amares, Terras de Bouro, Vila Verde e Vieira do Minho, que é bem diferente. É triste, mas é a dura realidade. Se nada for feito, tememos que no futuro o nosso concelho venha a pagar ainda mais cara, a fatura com que já somos flagelados nos dias de hoje. Como já aqui outrora se comprometeu nesta Assembleia, será se calhar, altura de passarmos a uma tomada de posição mais firme nesta matéria, se assim se verificar, poderá contar com o apoio do CDS-PP nesta luta que é de todos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de iniciar os temas que aqui vamos elencar apenas duas notas iniciais, convém clarificar, até porque estamos na sequência de termos aqui recebido as escolas e os seus alunos, que julgo que terá sido lapso do senhor Presidente dizer que nos últimos 50 anos não houve a intervenção dos jovens nesta Assembleia. Julgo que houve, talvez não lhe dando o nome de Assembleia Municipal, fica aqui um reparo para reflexão.

Relativamente ao assunto trazido aqui pelo deputado Pedro Afonso, subscrevemos na íntegra, aliás, vem ao encontro daquilo que reiteradamente temos defendido aqui nas

assembleias municipais, o que só podemos lamentar e esperemos efetivamente que tenha uma solução à vista e nós estaremos sempre do lado dessa solução.

Agora vou elencar aqui um conjunto de assuntos, não sendo relevante a ordem pela qual irão ser apresentados. Primeiro assunto, Auditoria, na última Assembleia Municipal, aquando da análise das contas de 2023, foi questionado ao senhor Presidente de Câmara se já tínhamos o resultado da última auditoria que entendeu promover aos serviços da Câmara Municipal, ao que respondeu afirmativamente, tendo sido, no entanto, omissos quanto à data desse mesmo relatório. Compete ao senhor Presidente da Câmara Municipal dar conhecimento à Câmara e enviar à Assembleia Municipal cópia dos relatórios definitivos resultantes de auditorias sobre a atividade da Câmara Municipal e dos serviços do município no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos. Por sua vez, compete à Assembleia Municipal conhecer a tomada de posição sobre esses ditos relatórios definitivos, das auditorias executadas, sobre os órgãos do município. Deduzimos que o senhor Presidente da Assembleia Municipal ainda não teve conhecimento do relatório definitivo da auditoria. Assim sendo, solicitamos ao Senhor Presidente de Câmara, via mesa da Assembleia que proceda em conformidade e nos termos legais, para que esta Assembleia dê seguimento aos procedimentos que lhe competem, nomeadamente, conhecer e tomar posição sobre a auditoria realizada.

Ponto dois, estatuto do direito à oposição, também na última Assembleia Municipal, a pedido do grupo parlamentar do PSD, tivemos em discussão o grau de observância do respeito pelos direitos e garantias dos membros da oposição para o ano de 2023. Refere-nos a lei que aprovou o estatuto do direito à oposição no n.º 5 do seu artigo 10º, que o relatório em questão é publicado no Boletim Municipal. Sabemos que a comunicação da Câmara é muito fluente, faz divulgações com muita assiduidade, e bem, e, por isso, questionamos para quando a divulgação do relatório de 2023, claro está com a pronúncia proferida pelo grupo parlamentar do PSD.

Três, PDM, a 16 de novembro de 2023, o PSD apresentou um conjunto de propostas para as grandes opções do plano e Orçamento para 2024. Na última Assembleia Municipal, tivemos oportunidade de questionar se iríamos ver ou não acolhida uma das nossas propostas, esta relativa à sessão de esclarecimento com os intervenientes, nomeadamente com a CCDR-N para fazer um ponto de situação e um balanço do trabalho desenvolvido por este executivo no âmbito da segunda revisão do PDM. O grupo parlamentar do PSD tem apelado à concretização de momentos de participação e co-construção desta segunda revisão do PDM. Precisamos de uma resposta em tempo útil, senhor Presidente, vai ou não acolher a proposta do PSD para a realização da sessão de esclarecimento, não obstante outros momentos que poderão ser planeados e deverão ser planeados antes de iniciarmos a fase de discussão pública?

Quarto, Simplex urbanístico. O Simplex urbanístico entrou em vigor na sua totalidade no passado dia 04 de março, com vista à redução da burocracia e morosidade dos procedimentos. Para já, Simplex só mesmo de nome. Já compreendemos que esta

alteração legislativa da governação de António Costa veio introduzir muita incerteza e provocar muitas dúvidas. Para garantir a estabilidade do setor do imobiliário e a confiança do consumidor, é necessário otimizar os procedimentos de fiscalização e reduzir os tempos de licenciamento. Sobre a fiscalização urbanística e controlo municipal, mantendo-se este impedimento de apreciação e aprovação dos projetos pelos municípios. Será importante que sejam criadas condições para que se possa atuar ao nível da fiscalização e controlo mais veemente. Primeira questão, o que está a ser feito nesse sentido? Por outro lado, e entroncando numa velha questão, é necessário pôr fim a todos os procedimentos desnecessários, otimizando a cadeia de decisão e clarificando conceitos e normas imprecisas. Os povoenses não podem ficar sujeitos aos critérios/entendimentos de quem lhe seja atribuído na análise do seu requerimento. Que passos estão a ser dados para a melhoria desta realidade?

Cinco, saneamento, uma outra proposta do PSD apresentada a 16 de novembro de 2023, visa a melhoria da cobertura de gastos para que os povoenses em matéria de água, saneamento e resíduos possam usufruir de tarifas, sobretudo mais justas e adequadas à realidade do nosso concelho. Sempre defendemos uma forte ação na redução dos níveis de ineficiência. Com o Simplex urbanístico, poderá haver alguma confusão sobre a inexistência da licença de utilização, o que a nível administrativo faz com que, por exemplo um contador de obras não passe a um contador definitivo e o seu titular continue sem pagar saneamento, ou seja, é possível que tenhamos contadores de obra anos e anos a abastecer habitações e os seus titulares estarem a usufruir de saneamento sem pagar qualquer quantia pelo mesmo. Com esta alteração do Simplex, esta realidade de obras concluídas e habitadas sem documentação de conclusão da obra poderá agravar-se. Por outro lado, podemos estar perante obras paradas por diversos motivos, por exemplo, por embargo ou até mesmo não licenciadas por inadequação ao PDM e que continuam a usufruir de contadores de obra, permitindo a sua utilização, por isso se questiona o que está a ser feito nesta matéria?

Sexto, Cidade Verde, o município está, e bem, em fase de elaboração do Plano Municipal de Ação Climática, pois faz todo o sentido devido às vulnerabilidades que se vivem pelas alterações climáticas. No entanto, não devemos vou olvidar que uma boa gestão e manutenção do arvoredo desempenha um papel importantíssimo na regulação do clima e, para além disso, é um passo determinante para termos uma cidade mais verde, com melhor clima e com mais saúde. Em fevereiro de 2022, ou seja, há mais de dois anos quando falávamos em podas, e certamente que o Senhor Presidente se lembra, foi por mim questionado se indo ao encontro do regime jurídico do arvoredo urbano, já se encontrava em vias de elaboração, quer o inventário quer a capacitação do pessoal ao que o Senhor Presidente nos respondeu que este executivo está sempre alinhado com os procedimentos legais. Sabemos que no arranque houve alguma demora na publicação do guia de boas práticas por parte do ICNF, note-se, o que não impedia de avançar com a regulamentação. Muitos avançaram, mesmo sem o guia, mas há muito tempo que

este guia já foi publicado, questiona-se para quando teremos a implementação do regime jurídico do arvoredo Urbano na Póvoa de Lanhoso, e qual o motivo de tanta demora?

Sétimo, a Póvoa de Lanhoso na vanguarda das Cidades Verdes, o planeta enfrenta desafios sociais, económicos e ambientais concretos. A declaração universal que foi assinado em setembro de 2015 por 193 países, definiu dezassete objetivos de desenvolvimento sustentável que já tivemos até oportunidade de falar na Assembleia Municipal jovem com os membros que aqui tiveram representados e que contarão com um esforço global, envolvendo os governos, as empresas e as sociedades civis. Temos de alinhar as estratégias locais com a agenda 2030, para que a Póvoa de Lanhoso se possa afirmar positivamente. Como sabemos, somos um território de baixa densidade onde a ruralidade impera e temos de passar dos problemas aos desafios e soluções, fazendo uma clara afirmação do nosso território. Diga-se, a sustentabilidade não é uma tendência, é sim uma necessidade. Julgamos que consciente desta realidade, o senhor Presidente da Câmara, contratou em abril de 2023, um estudo para a definição do rumo estratégico da agricultura no nosso concelho, que, desde já se solicita a sua disponibilização via mesa da Assembleia. Decorrido mais de um ano desde a sua elaboração, como é que o Senhor Presidente Câmara nos resume o rumo estratégico da Agricultura no nosso concelho e que medidas estão a ser implementadas desde então?

Oitavo, Centro Interpretativo do Território. Se bem se recordam há precisamente um ano, tivemos em discussão a disponibilização de uma verba até duzentos mil euros para aquisição do terreno junto à rotunda das Bolas de Ouro, pertença das Infraestruturas de Portugal, para que seja levado a efeito o centro interpretativo do território. Estou certa que se lembram desse tema, dessas duas sessões da Assembleia, não pelos melhores motivos, mas pouco a pouco tudo se vai clarificando na altura, defendemos e continuamos a defender que, ao abrigo do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público, sem utilização, poderia ser viabilizada a transferência dessa parcela das infraestruturas de Portugal para a Câmara Municipal sem custos. Recorde-se que o argumentário defendido pelo executivo foi que por um lado, houve uma alegada insistência para que o dito terreno transitasse para a alçada da autarquia sem custos e, por outro lado, que existiam um relatório de avaliação que havia fixado o seu valor. Essa documentação foi pedida quer no decurso da própria Assembleia, quer ainda via mesa da Assembleia Municipal a 05 de julho de 2023. Recebemos após a insistência na conferência de líderes de catorze de junho sobre a ausência de documentação e sobre este pedido em concreto, o seguinte apontamento. "Toda a informação sobre a aquisição da parcela de terreno será remetida após a conclusão do processo de aquisição." Permitam-nos discordar, permita-nos dizer que não nos vamos sujeitar a esta delonga no envio da documentação. Em julho de 2022, portanto, um ano antes do assunto ser trazido, a discussão na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente de Câmara contratou a elaboração do estudo

prévio de arquitetura para o espaço de promoção e valorização do território concelhio. Agora, no início do mês de junho, o senhor Presidente de Câmara contratou com uma empresa do Porto a elaboração do projeto de execução para esse mesmo espaço, promoção e valorização do território, pelo valor dos 64.900 euros mais IVA, se não me falha a memória. Questiona-se, o Senhor Presidente está a par que os serviços não estão a colaborar com envio da documentação solicitada neste ponto, em concreto, a 05 de julho de 2023? Se sim, qual o motivo para que a sua remessa só possa ser feita após o processo estar concluído numa clara limitação dos direitos de fiscalização, até porque esta documentação não detém conteúdo sensível. Questiona-se ainda, qual a forma de aquisição do terreno, para quando está prevista e qual o seu valor?

Nono, Via Circular. Relativamente à Via circular urbana, na última Assembleia Municipal, debatemos o facto desta obra não constar na pasta de transição e no Orçamento para 2024 que migraram da governação de António Costa. Estranhamente, a referida obra consta do Plano Plurianual das Infraestruturas de Portugal para os anos 2024, 2025, 2026, sendo que para 2024, está previsto ser aplicado o montante de dois milhões de euros dos vinte milhões que foram distribuídos pelos três anos. Senhor Presidente, não lhe parece estranho termos uma verba no plano das Infraestruturas de Portugal e a mesma não constar da dita pasta de transição e no orçamento do Governo, quando a verba necessária viria precisamente o Orçamento de Estado? É que dá a sensação que as infraestruturas de Portugal cabimentaram algo sem dotação disponível. Será ainda que as infraestruturas de Portugal fizeram algo além das suas competências e que, aparentemente, não nos dá garantias de concretização? Acha que poderão surtir daqui responsabilidades? No passado dia 20 de maio, após solicitação do grupo parlamentar do PSD, foi disponibilizado o relatório da Agência Portuguesa do Ambiente. Face ao teor do mesmo, pode, por favor, apresentar-nos um resumo dos aspetos mais relevantes a ultrapassar e de que forma os mesmos serão superados? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, na passada sessão da Assembleia Municipal solicitei informação sobre a sede de Junta de Calvos e da banda musical de Calvos e que já tinha sido solicitada em Assembleia de Freguesia, por mim e pelos eleitos, sem qualquer sucesso, face à resposta dada, somente no dia de hoje, já durante a tarde, que nada diz, sem qualquer dado ou explicação e que se sabe quem não a escreveu, ensaio resposta às questões mais importantes, algumas por dedução, outras através da análise da documentação contabilística apresentada ano após ano. Nesta obra, a Câmara

Municipal entre o valor entregue e previsto entregar, prevê a transferência de cerca de 400 mil euros, estou em condições de assumir que esse valor não foi gasto ou não vai ser gasto na totalidade nesta sede de junta de Freguesia e de banda musical de Calvos. E que a Junta de freguesia não gastou até à data, qualquer valor de capitais próprios para o efeito, ou seja esta obra vai ser integralmente financiada e paga pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, para a sede e outros. Quanto ao valor em falta, presumo ter como resposta o máximo valor que a Junta de Freguesia consiga subtrair à Câmara Municipal que permita utilizações diversas.

Numa das últimas Assembleias Municipais a líder da bancada do PSD, que representa toda a bancada do PSD, inclusive desta União de Freguesias, inaugurou uma nova prática de fazer política nesta Assembleia Municipal, recorrendo à via judicial para tentar condicionar a atividade política. Não partilho desta prática, entendo que o nosso trabalho nesta Assembleia Municipal é eminentemente político e, por isso, por agora não me associo a este tipo de iniciativa, mas com estes elementos apresentados e em coerência com o seu comportamento, deduzo que não tenha hesitações e fazer o mesmo para garantir a descoberta da verdade e averiguar a legalidade destes procedimentos, praticados por esta União de Freguesias, e para que não tenha somente estes argumentos nessa possível participação, que certamente fará, entendo poder juntar mais umas quantas, algumas bem caricatas, como, por exemplo, a troca de um terreno com capacidade construtiva por uma cozinha, a um particular, negócio informal e passado vários anos continua por resolver ou ainda o facto da secretária da União de Freguesias de Calvos e Frades, Goreti Carvalho, que está aqui presente, de forma, continua repetir ainda esta semana e na semana passada que a responsabilidade das limpezas das bermas, sarjetas e sumidouros é da Câmara Municipal, quando a Junta de Freguesia recebe mais de 2.500 euros mensais para prestar esse serviço. Senhor presidente da Câmara Municipal, houve alguma alteração a esta delegação de competências?

Por outro lado, não posso deixar de fazer alusão à intervenção do representante da Junta de Freguesia de Lanhoso na passada Assembleia Municipal. Senhor Carlos, importa considerar dizer que não sabe de quem é a propriedade do polidesportivo. Por outro lado, acaba por presumir que o facto de a Junta de freguesia ter a responsabilidade por zelar pelo espaço, nomeadamente pela limpeza, faz com que tenha direito de reclamar o polidesportivo como propriedade da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia não tem qualquer documento, tão pouco de cedência, quanto mais de propriedade, questiono, o polidesportivo está registado como seu património na Junta de freguesia? Com que título? De quem era o terreno, quem construiu e ainda quem pagou a obra do polidesportivo? O Senhor Carlos fez na passada sessão da Assembleia Municipal, a intervenção em que a socia gerente da sociedade Soginfer está a ser vítima de ataque pessoal e perseguição. Quero dizer-lhe que não foi esta bancada que disse alto e bom som que a atividade dessa sócia gerente e sociedade era imaculada, com isso num ato

de desespero, pretendeu, por um lado, atacar o Presidente da Câmara e, por outro lado, fazer a defesa indefensável da sócia gerente da sociedade Soginfer. Mesmo que para isso tivesse que assumir que a sócia gerente dessa sociedade, tinha feito um grande favor à comunidade por ter assumido a responsabilidade de fazer a limpeza e manutenção do espaço desde 2020, dado que o Polidesportivo estava maltratado, sujo e num estado lastimável e com isso tenha assumido a incompetência da Junta de Freguesia desse mandato, da qual também fazia parte e que, pelos vistos, nem as competências transmitidas pela Câmara Municipal do PSD foi ou foram capazes de cumprir de forma competente, para além do insulto ao executivo municipal do PSD à data. E já há quem não tenha hesitado de crucificar companheiros que já não se podem defender para tentarem livrar as suas costas. Esse comportamento tem nome, assenta-lhe como uma luva, só não dignifica a bancada e o partido que representa, que é um dos partidos fundadores da nossa democracia.

Por outro lado, tenho a obrigação de perguntar ao senhor Carlos, representante da Junta de Freguesia de Lanhoso, o seguinte, na recente visita ao polidesportivo por parte dos eleitos da Assembleia de Freguesia, Presidente da Assembleia Municipal e utilizadores ilegítimos do polidesportivo, a dado momento, assumiu que ao fazer movimentos de terra para a construção das moradias nas traseiras da bancada do polidesportivo teve que refazer o muro existente e com isso, utilizar parte do terreno para suportar esse muro, parte do terreno do polidesportivo. Senhor Carlos é verdade que isto foi transmitido exatamente desta forma? Aliás, questiono o senhor Carlos, mas também questiono, o senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre esta possível utilização abusiva de espaço público em benefício desta sociedade privada. Talvez se comece a levantar o véu de parte da verdadeira motivação da utilização deste polidesportivo por parte dos utilizadores ilegítimos. Tenho ainda que questionar o senhor Presidente de Câmara em relação a este assunto. Esta utilização ilegítima do polidesportivo é do conhecimento público há vários meses, o que é que a Câmara Municipal fez para pôr cobro a este abuso, quer da junta de freguesia, quer da própria sociedade que ilegitimamente ocupa este espaço público? Senhor Presidente, alguém dessa sociedade o procurou para regularizar o abuso da utilização ilegítima? Senhor Presidente, continuamos a aguardar informação por parte da sociedade, em relação a esta sociedade, que tem utilização ilegítima do espaço, em relação aos gastos de água e luz e como é feita a devida compensação ao erário público da utilização do espaço e dos gastos verificados. Senhor Presidente, se for verificado um qualquer delito no espaço, não acha que poderá, ao continuar a permitir esta ocupação ilegítima, e ao de ser benevolente em relação a esta matéria, sujeitar a Câmara Municipal que seja responsabilizada pelo sucedido?

Minhas Senhoras e meus Senhores, importa ainda pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre pedidos de informação acerca de processos de contraordenação desta sociedade Soginfer dado que continuamos a aguardar

informação detalhada, mas chegou ao nosso conhecimento que a Câmara Municipal deu resposta a um município sobre a matéria e ainda resposta e outras questões suscitadas pelo tribunal. Repito, questões que o tribunal pretendeu ver explicadas pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. E, por isso tenho que questionar. É verdade que a Câmara Municipal foi notificada pelo Tribunal para apresentar documentação referente a processos de contraordenação da sociedade Soginfer ou ainda ligações de água diretas ilegais à rede de água do município? É verdade que a sociedade Soginfer iniciou uma construção de uma habitação no loteamento da Bela Vista, sem que tivesse sido emitida licença de construção? É verdade que a sociedade Soginfer utilizou em uma ou mais situações ligações diretas de água ilegais à rede de água pública? Senhor Presidente, quem pagou essa água gasta utilizado indevidamente e à revelia das boas práticas que qualquer povoense ou empresa está sujeita?

Senhor Presidente, a ser verdade, o início de uma construção sem licença de construção, como é que é possível que esta referida empresa possa ter pedido qualquer tipo de ligação de água à rede pública para utilizar para essa referida obra? Senhor Presidente, as ligações de águas diretas ilegais à rede de água, sem que, para o efeito, a Câmara Municipal pudesse sancionar, foram pagas pelos infratores?

São várias questões que, a bem da verdade e do interesse público, importa que sejam esclarecidas a esta Assembleia Municipal e aos povoenses e que se porventura, o Senhor Presidente não tiver resposta para todas, agradeço que as faça chegar em tempo oportuno ou se entender por bem, talvez possa recorrer ao auxílio da liderança da bancada do PSD para as obter. Por um momento, disse.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou começar por responder ao deputado Pedro Afonso, dizendo que, de facto, o tema da Braval é um tema cada vez mais preocupante e não é pelo facto de sair no JN uma notícia, porque isso não muda em nada, a nossa realidade, nem aumenta em nada a preocupação da Câmara Municipal que já é elevada, já é suficientemente elevada, diria eu. A Braval tem, como eu expliquei na última Assembleia Municipal, o compromisso com a Câmara Municipal, de elaborar um plano de contingência que possa ser posto em prática em situações excecionais, em momentos excecionais, portanto, existe neste momento, a obrigação de a Braval elaborar e apresentar um plano de contingência. Se viermos, oxalá que não, mas se vierem a verificar-se situações climatéricas que possam abrigar a Braval a tomar medidas excecionais. Por outro lado, a Braval tem desde início de março, se não estou enganado, o compromisso de agendar uma Assembleia Geral que era pretensão deste executivo que fosse extraordinária, mas que no entendimento

da Braval será ordinária e que ocorrerá aquando da aprovação das contas de 2023, Assembleia Geral essa que eu faço questão de aproveitar para deixar ainda mais vincada a posição do município sobre esta matéria e, portanto, temos questionado a Braval sobre o agendamento dessa Assembleia Geral e, por enquanto, não existe uma data convém clarificar, para que não haja dúvidas, e para quem nos acompanha aqui ou em casa, perceba que a Braval é uma entidade independente, a Braval é uma entidade independente que tem uma participação do município da Póvoa de Lanhoso, dos outros municípios também, no caso de Braga, tem participação da AGERE que é uma empresa municipal que representa o município, e existem regras, existem estatutos, existem regulamentos que devem ser atendidos e, portanto, aquilo que o município tem feito tem sido para além das reuniões de trabalho que já tivemos e da visita conjunta que já fizemos, também, deixar bem claro que não vamos ser condescendentes no futuro, com situações do género daquelas que passamos no passado recente e não vamos ser condescendentes com nenhum tipo de posta em prática de procedimentos em termos de atividade da Braval que mantenha o atual estado de coisas em termos de odores na Póvoa de Lanhoso, porque, de facto, todos sabemos que é um problema e, de facto, todos sabemos que, numa situação limite, estas situações têm que se resolver e em local próprio, coisa que ninguém quer, como é evidente, mas e eu acredito que não se chegue a esse ponto, a esse limite, portanto, temos dialogado e temos sido capazes de nos entender e os resultados têm de surgir, naturalmente e vão surgir, eu confio que vão surgir. Mas não mantenho só esta fé de surgirem ou não, porque não é suficiente, portanto, estou muito expectante de perceber que medidas estarão contidas nesse plano de contingência e estou muito, eu diria interessado em que a Assembleia Geral ocorra, porque é muito importante que nessa Assembleia Geral, sejam debatidas uma série de questões, que dizem respeito ao município da Póvoa de Lanhoso e aos outros municípios também, e que sejam asseguradas determinadas medidas na Assembleia Geral que fiquem registadas em ata e, espero eu, que tenham o compromisso também dos outros municípios que são servidos pela Braval.

Relativamente à análise, referiu, a necessidade de levarmos a cabo a análise das águas nos terrenos que são contíguos à Braval. Nós já demos indicação aos serviços nesse sentido, já demos indicação aos serviços e contamos receber esse resultado dentro de pouco tempo assim que tenhamos esse resultado, vamos analisá-lo e discuti-lo com a Braval se for necessário.

A Eng.^a Fátima Alves colocou uma série de questões, primeiro esclarecer que foi efetivamente a primeira Assembleia Municipal jovem desde o 25 de Abril, se ocorreram ou não outras iniciativas que tenham formatos similares, bom, eu isso não posso precisar, mas o que posso precisar é que foi efetivamente a primeira Assembleia Municipal jovem desde o 25 de Abril, isso que fique bem registado.

Relativamente à auditoria. Eu dei nota na última Assembleia Municipal de alguns aspetos relacionados com a auditoria que o município levou a cabo e tive oportunidade

de dizer também duas coisas. Em primeiro lugar, que não há nenhum resultado especialmente preocupante nessa auditoria, existem algumas recomendações de melhoria, isso é normal, eu até considero isso normal, algumas recomendações de melhoria dos serviços neste aspeto, ou naquele aspeto, é uma coisa banal até comum e também tive a oportunidade de dizer que foi solicitada há empresa que elaborou a auditoria, um formato que seja suficientemente compilado para que nós possamos debatê-lo nos órgãos municipais, assim que o município entenda agendar esse debate, portanto, assim que nós tínhamos esse documento, vamos leva-lo a reunião de Câmara, vamos leva-lo à reunião da Assembleia Municipal e Vossas Excelências terão oportunidade de analisá-lo com toda a certeza.

Relativamente ao estatuto de direito de oposição. Eu não sei se temos a mesma informação, mas eu tenho a informação com algum grau de certeza que já foi publicado na página do município no separador da Assembleia Municipal. Mas até convidava que consultassem os telemóveis e que, enquanto estamos a fazer este debate que vissem, se de facto, está publicado, que eu tenho informação que está efetivamente publicado no site da Câmara Municipal no separador da Assembleia Municipal.

Sobre o processo de revisão do PDM. Tem sido um processo muito trabalhoso, o vereador Paulo Gago tem dedicado muito do seu tempo e da sua agenda ao trabalho de eu diria de coordenação dos técnicos, da CCDR-N, das várias entidades, estamos neste momento a aguardar precisamente a pronúncia de algumas entidades para podermos seguir para a fase seguinte. Gostávamos que o processo fosse até mais célere e tínhamos até internamente definido o objetivo de potencialmente, hipoteticamente, concluirmos a meio do ano 2024, para não esperarmos pelo final do prazo. Sim, porque o final do prazo é 31 de dezembro de 2024, mas ele pode ser terminado mais cedo, embora os municípios tenham apresentado sempre grandes dificuldades para cumprir os prazos, mas, no nosso caso, aquilo que tem acontecido é que temos estado a dialogar com as entidades e a fazer reuniões de trabalho com a coordenação da CCDR-N claro está, portanto, sobre a sessão de esclarecimento conjunta que refere, eu não sei se se refere à possibilidade e isso há de acontecer, naturalmente, de nós termos mais uma reunião igual àquelas em que já participou igual aquelas em que já participou em conjunto com as restantes entidades, em que terá oportunidade de se pronunciar também sobre os vários temas que estão relacionados com o PDM ou se fizer o favor de me esclarecer melhor, agradeço.

Em relação ao Simplex, o Simplex, como todos sabemos, é um programa, o Simplex do Urbanismo, é um programa e um conjunto de medidas que estão integradas num programa que prevê a simplificação progressiva dos processos que estão relacionados com esta área concreta dos municípios e, portanto, quando diz, até acho que está a ser injusta com a Câmara Municipal e está a ser injusta com os serviços de urbanismo da Câmara Municipal, quando diz que o simplex, ou quando deu a entender que o Simplex praticamente não existiria, portanto, foi com essa sensação com que fiquei e, portanto,

desta forma também lhe dou a oportunidade de esclarecer melhor quando vier a este púlpito, mas nós temos vindo progressivamente a implementar medidas de simplificação dos processos de urbanismo, se estão todas totalmente implementadas, naturalmente, não, até porque muitas delas, depois de serem implementadas, requerem melhoria e requerem que a própria empresa que está a dar apoio nesta área receba recomendações, como tem já acontecido e faça adaptações, e vá limando arestas relativamente a este processo, portanto, estamos a falar nos esqueçamos de um processo novo a que os municípios estão a adaptar todos os municípios, não é só o município da Póvoa de Lanhoso, são todos os municípios.

Sobre o tema do saneamento e confesso que não percebi a sua pergunta, deu algumas voltas e, portanto, e no final, tentei tomar aqui alguma nota de uma pergunta objetiva, mas talvez a falha fosse minha, ou seja, nossa, partilhada, mas não percebi, portanto, pedia que formulasse novamente a sua questão.

Em relação às cidades verdes, nós estamos neste momento, precisamente a terminar o Plano de Ação Climática e preparados para o apresentar para debater e para o pôr em prática. Ainda ao longo deste mandato, tem sido mais uma das áreas em que o vereador Paulo Gago tem trabalhado com muito afinco também e, portanto, teremos novidades muito brevemente em relação ao nosso plano de ação climática, vamos ter oportunidade de o discutir entre nós.

O regime jurídico do arvoredo Urbano tem sido implementado e nós estamos a seguir as medidas que estão previstas neste regime jurídico. Os nossos serviços têm, na medida dos meios que temos à disposição, adaptado e melhorado os procedimentos e, portanto, aliás, uma das áreas em que temos, eu sei que, depois o debate da forma como se gere o parque Público do arvoredo, há sempre especialistas para tudo. Há sempre gente, eu não estou a dizer que seja o seu caso, mas, se calhar, até é, porque todos somos treinadores de bancada em relação a determinados temas, não é? Depois há temas que dominámos e há temas que não dominamos e, portanto, neste caso em concreto, eu sei que há opiniões para todos os gostos, aquilo que eu sei é que nós temos seguido as medidas que nos são recomendadas por uma empresa certificada que deu formação aos funcionários da Câmara Municipal no início deste mandato e que vai acompanhando a ação destes funcionários periodicamente, portanto, isso tem sido assegurado e já agora é um contraponto importante em relação a mandatos anteriores. Tudo isto que eu acabei de dizer em mandatos anteriores não existia, portanto, parece-me um contraponto relevante, se somos perfeitos, se calhar, não somos, não posso dizer, se somos perfeitos ou não na poda desta árvore ou daquele arbusto, mas sei que estamos muito melhor hoje do que estávamos no mandato anterior, incomparavelmente, indiscutivelmente.

O plano de ação estratégica para o setor agrícola, precisamente nós encomendámos um estudo, temos os resultados desse estudo, e aquilo que precisamos agora é de criar condições para o poder implementar, desenvolver um estudo é uma coisa, implementá-lo é outra. Requer determinados meios que o município não tem. O município não tem

hoje os meios necessários para implementar aquele estudo e estamos precisamente a ponderar a possibilidade da contratualização de uma prestação de serviços que nos garanta a implementação e a coordenação do estudo que foi desenvolvido, porque, de facto, nós depois, não podemos fazer omeletes sem ovos, sabemos qual é a receita, mas precisamos dos ingredientes para poder implementar, e os ingredientes são massa humana, técnicos especializados, não os temos neste momento, com a disponibilidade necessária para pegar neste tema e poder desenvolver-lo.

A aquisição da parcela de terreno para instalação do Centro Interpretativo do Território, aquilo que eu interpreto que lhe terão respondido é que quando o processo estará terminado e devidamente concluído, terá acesso ao dossier completo. Nós, de facto, e eu tive a oportunidade a semana passada de finalmente reunir com o senhor Ministro das Infraestruturas via acesso remoto e um dos temas da nossa reunião, que correu muito bem, foi precisamente esta parcela de terreno. Porquê? Porque o acordo está estabelecido. O município e a IP chegaram a um entendimento relativamente ao valor falta, neste momento, uma de duas coisas, ou o despacho do senhor Primeiro-Ministro, ou a delegação dessa competência no Ministro com a tutela, para que o senhor Ministro possa despachar. O senhor Ministro assumiu o compromisso com o Presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso, de desenvolver os contactos no sentido de perceber se ele vai ter essa competência delegada em breve ou se vai o senhor Primeiro-Ministro assinar o despacho para que a IP possa proceder à venda da parcela e o município possa finalmente avançar com essa aquisição.

O tema da Via Circular, o plano de atividades e Orçamento do IP, bom de facto, há gente que tem teorias interessantes, porque se até agora o tema seria se tínhamos ou não garantias relativamente à IP cumprir ou não com a sua parte do acordo, o tema passou a ser aparentemente, a IP tem no seu orçamento 24, 25 e 26, os 20 milhões necessários para que a obra possa ser lançada e executada, mas não existe da parte da tutela ou não existe no Orçamento de Estado o valor correspondente, bom, não espera, certamente que seja o Presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso a dizer-lhe por que razão o Orçamento de Estado, até porque há uma coisa que se chama, como sabe, orçamentos rectificativos isso existe a toda a hora nas juntas, nas câmaras e em relação ao Orçamento de Estado também, portanto, aquilo que eu lhe posso assegurar é que existe um acordo entre a Câmara Municipal e a IP que está vertido nessa garantia que vossas Excelências tiveram acesso também, segundo sei, foi enviado recentemente por e-mail uma série de informação e essa será uma dessas informações e que assegura que a IP fará a sua parte quando chegar o momento de lançar o procedimento, e de lançar o concurso público. Aquilo que acontece neste momento e passando desde já ao ponto seguinte que tem a ver com a APA e aqui diria que existe um amplo consenso, um entendimento, diria óbvio até porque o Ministro das Infraestruturas não tem a dúvida que vossa excelência tem, aquilo que o Ministro das Infraestruturas diz e bem é que nós precisamos, nós todos, as infraestruturas e o município, nós precisamos que a APA tenha

um parecer relativamente à avaliação de impacto ambiental o mais rapidamente possível. Nós estamos interessadíssimos nisso e temos trabalhado nisso desde há quatro meses, trabalhamos nisso, eu diria quase incessantemente com inúmeras reuniões, vou já respondendo à sua última questão, e ultrapassámos já uma série de dificuldades, dificuldades, a APA é uma organização muito conservadora, o termo pode ser esse, é uma organização muito conservadora, muito protecionista, muito zelosa do interesse ambiental, nós somos todos zelosos do interesse ambiental, mas há ali um grau de zelo adicional quando estamos, por exemplo, a falar de uma zona de cheia na Póvoa de Lanhoso que não vê uma cheia há décadas, mas para a APA trata-se de uma zona de cheia, e isso é indiscutível, portanto, o que é que precisamos de fazer, precisamos de adaptar a nossa proposta em termos de projeto para que a APA dê o seu acordo para que o projeto seja aprovado para depois passarmos à fase seguinte, que é exatamente aquilo que foi já ventilado, que eu acredito que possa ser alcançado, que é quando tivermos o parecer da APA, a avaliação de impacto ambiental e o projeto possa finalmente avançar e ser aprovado pelo município e pela IP existir da parte do senhor Ministro, a diligência junto do senhor Ministro das Finanças para que possa haver o correspondente enquadramento orçamental, foi isso que foi discutido segunda-feira da semana passada e foi essa a vontade que o senhor Ministro manifestou numa reunião com o Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Portanto, aquilo que nós precisamos hoje, infelizmente, se bem se recordam ao longo deste mandato, eu fui fazendo alguns pré-anúncios, porque nós sabemos daquilo que somos capazes de fazer quando as coisas dependem só de nós, mas quando dependemos de terceiros, temos de ser cautelosos e eu disse várias vezes nesta Assembleia Municipal que, no que naquilo que diz respeito às responsabilidades do município, nada falharia e o cronograma seria seguido na íntegra, e isso ocorreu até fevereiro de 2024, ocorreu de forma absolutamente irrepreensível. O que é que aconteceu em fevereiro de 2024? Tivemos um parecer da APA que exige uma avaliação de impacto ambiental. Aconteceu aquilo que, desde logo, eu não queria, e que nenhum de nós queria, tenho a certeza, que é o atraso do processo, nós estamos desde fevereiro a tratar de um tema que não devia ser tema, até porque tínhamos garantias por parte da APA que uma via com menos de dez quilómetros estaria isenta de avaliação de impacto ambiental, pois não é assim. Encontraram pretexto, razões para que a avaliação de impacto ambiental seja necessária e isto está efetivamente a atrasar este processo. Eu quero que a avaliação de impacto ambiental esteja consensualizada e aprovada amanhã já. Mas depende essencialmente da APA, portanto, aquilo que nós estamos a fazer desde fevereiro é reunir com a CCDR-N, com a APA e com a empresa que está a dar apoio nesta área para encontrarmos as soluções e para ultrapassarmos as dificuldades e estamos lá muito perto, de facto, daí eu ter dito ao senhor ministro a semana passada, eu tenho a convicção que nós vamos conseguir muito rapidamente chegar a um consenso com a APA para termos a avaliação de impacto ambiental aprovada e para podermos

finalmente avançar para a aprovação do projeto para depois da aprovação do projeto passar a bola ao senhor Ministro e ele concretizar aquilo que foi manifestando ao longo da nossa conversa, que estaria disponível para fazer que é efetivamente junto do seu colega da tutela das Finanças, assegurar o enquadramento orçamental que dá cobertura a estes 20 milhões de euros que a IP vai precisar para poder fazer o lançamento desta obra, portanto, neste momento, estamos, diria eu todos nas mãos da APA e quanto mais depressa nos libertarmos desta dificuldade, melhor. Eu penso que terei respondido a tudo ou quase tudo, não respondi a esse tema de saneamento, de facto, não percebi.

O deputado Pedro Silva traz-nos vários temas e várias perguntas também. Bom, desde logo, a delegação de competências nas limpezas da Câmara Municipal nas freguesias, tem a ver com tema das limpezas, isso não se alterou em nada, portanto, essa competência estava delegada, continua delegada, as juntas de freguesia. Sabem, eu já disse isto aqui várias vezes e acho até não sei qual será o termo, mas acho estranho que seja preciso vir aqui tantas vezes dizer o óbvio não é, porque senão eu começo a achar que pode haver gente nas juntas de freguesia, desculpem e a carapuça só serve para quem a quiser enfiar, mas pode haver gente nas juntas de freguesia que age de má fé na comunicação que faz com os seus fregueses, porque se sabem que têm a competência delegada, se sabem que recebem uma verba todos os meses para garantir este tipo de limpezas, dizer a uma pessoa da freguesia que procura ou o senhor Presidente de junta ou um membro do executivo, dizer a essa pessoa que a responsabilidade é da Câmara Municipal, quando sabem que essa responsabilidade é da Junta de Freguesia para mim é uma coisa incompreensível. Por desinformação, já não pode ser no início do mandato, até admito que pudesse ser, já discutimos isso aqui três ou quatro vezes, por desinformação, já não pode ser se acontecer, acontece por má-fé, portanto, esclareçam lá isso e publiquem na junta de freguesia, para que ninguém tenha dúvidas, se alguém vos for perguntar alguma coisa sobre isto, publiquem na Junta de Freguesia, está aqui a delegação de competências e esta junta de freguesia é que tem efetivamente de limpar. Façam lá esse esclarecimento, porque senão andamos cada passo a falar sobre isto e acho que ninguém fica muito confortável com este tipo de discussões que não têm, na minha opinião, não têm assunto nenhum.

Em relação aos outros temas que aqui trouxe. Em primeiro lugar, falou do polidesportivo, mais uma vez, o tema do polidesportivo de Lanhoso. Ninguém tem dúvidas hoje, penso eu, que a propriedade do polidesportivo é do município, é da Câmara Municipal, as evidências são demasiadas, também ninguém tem dúvidas, à data de hoje por aquilo que foi já aqui debatido e amplamente esclarecido que aquele espaço está a ser ocupado indevidamente, não existe um protocolo, não existe nada que formalize a ocupação daquele espaço. O município até hoje, respondendo objetivamente à questão que me colocou, teve de alguma forma a esperança que as partes envolvidas, portanto, a junta de freguesia e a entidade que está a ocupar aquele espaço, tivessem compreendido o grau de ridículo daquilo que temos estado aqui a discutir e tivessem

normalizado a situação. Recentemente, os serviços da Câmara Municipal, os fiscais da Câmara Municipal deslocaram-se ao local para perceber se o espaço continuava ou não a ser ocupado. Continua a ser ocupado, portanto, aquilo que o município tem de fazer inevitavelmente é junto dos seus consultores jurídicos, saber o que deve fazer para salvaguardar a sua posição e para que aquele espaço, estando indevidamente ocupado, deixe de estar ocupado. Eu esperava era que o bom senso prevalecesse ao fim de um ano de discussão, há cerca de um ano que estamos a discutir isto, ao fim de um ano que as partes tivessem já percebido que deviam desfazer aquilo que eventualmente esteja errado, para que não chegássemos ao ponto de o município ter de, mais uma vez, junto dos seus serviços fiscais atestar se, de facto, o espaço está a ser ocupado e ter que passar à fase seguinte e já agora deixo aqui uma recomendação, que não cheguemos a esse ponto, porque não há necessidade nenhuma disso. A Câmara Municipal tem mais que fazer, a Junta de Freguesia terá mais que fazer, certamente, e imagino que a entidade que ocupa aquele espaço também tenha soluções, penso que terá se não tem, tem que as encontrar, mas que não nos coloquemos a todos nesta posição de algum desconforto.

Sobre os outros dois temas que referiu, a Câmara Municipal foi, de facto, notificada pelo Tribunal para prestar informações a propósito de ligações clandestinas que têm a ver com um processo de 2020. Nós prestamos essa informação ao tribunal que estará a desenvolver algum tipo de processo. Já agora que nada tem a ver com a Câmara municipal, a Câmara não está envolvida nesse processo, foi-nos solicitada essa informação. Nós prestamos essa informação ao tribunal, que atesta, de facto, estas ligações clandestinas relativamente ao outro tema da solicitação que referiu por e-mail é aquilo que consta, de facto, da informação que seguiu no mail, existe, de facto, uma construção, sim, um processo de contraordenação de 2021 de uma obra que foi iniciada sem a devida licença e, portanto, essa construção foi iniciada sem licença, foi corrigido posteriormente, mas foi de facto iniciada sem a licença. Essa informação foi enviada para os grupos parlamentares.

Relativamente à outra questão que referiu sobre a ocupação do espaço público relativamente à construção de um muro. Eu não participei nessa visita promovida pela Junta de Freguesia de Lanhoso por falta de agenda, mas também ainda que tivesse agenda, muito provavelmente não participaria e não participaria, porque eu acho, em primeiro lugar que sendo um tema que foi disputado pelo que sei, que foi disputado na Assembleia de Freguesia, devia ser um tema conduzido, fosse por quem fosse pela Junta de Freguesia, mas juntamente com os membros da Assembleia de freguesia. Depois parece-me que houve uma interpretação mais alargada e convidou-se a Assembleia Municipal, não sei se os membros das bancadas parlamentares, e a Câmara Municipal. Bom, eu acho que a Câmara Municipal tem de saber aquilo que acontece nestes espaços, porque são públicos. Eu fiquei surpreendido, de facto, por saber na sequência dessa visita que terá sido ocupada uma parte do espaço público para servir de suporte à

construção do muro e, portanto, isto tem dias, esta informação tem dias, portanto, nós vamos ter que aferir se, de facto, primeiro, se essa informação corresponde à verdade, correspondendo à verdade, que consequências jurídicas pode ter, porque todos compreendemos e tenho a certeza que todos concordaremos que ninguém pode construir um muro na casa de cada um, ocupando uma parte do espaço que é público para dar suporte e para resolver um problema, que tem a ver com terreno privado, ninguém concordará com isso certamente, a não ser que exista uma autorização, se essa autorização existir, eu retiro aquilo que disse, eu não sei se existe, mas admito que não exista, mas não sei, portanto, agora admitindo que não exista, de facto, nós temos de averiguar e aquilo que resultou dessa visita, entre outras coisas, foi o esclarecimento de determinadas matérias que as pessoas que participaram nessa visita puderam comprovar e a Câmara Municipal, senhor deputado, vai ter que fazer aquilo que lhe compete, que é se necessário pedir esclarecimentos, em função desse esclarecimentos agir ou não juridicamente. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vou fazer aqui uma súmula do que ficou por responder e depois darei os esclarecimentos devidos. Relativamente à auditoria, não estamos a falar da resenha para facilitar a documentação, estamos a falar do prazo de 10 dias após ter sido apresentada auditoria ao município, até porque, os documentos técnicos que nos são expedidos também não vêm com uma súmula facilitadora de entendimento, portanto, este também não deveria ser exceção.

Relativamente ao estatuto do direito à oposição, não encontrei no separador da Assembleia Municipal, portanto, agradeço que depois me indique o endereço.

Relativamente ao PDM, muito sucintamente, não tem a ver com a única reunião plenária que foi realizada no dia 20 de maio de 2022, portanto, há mais de dois anos. Estamos a falar de no início do mandato, o Senhor Presidente, trouxe cá a CCDR-N para fazer um ponto de situação do estado, da revisão do PDM, o que eu lhe estou a pedir é para fazer novamente um ponto de situação do tempo que decorreu desde que este executivo tomou posse, portanto, não tem nada a ver com reuniões sectoriais e reuniões plenárias.

Relativamente ao Simplex urbanístico. Não, não interprete mal as palavras da bancada parlamentar do PSD, jamais pus em causa os serviços do urbanismo. Aliás, o simplex não foi promovido pelos serviços de Urbanismo da Póvoa de Lanhoso, foi promovido a nível nacional e a opinião é nacional, portanto, jamais está em causa aqui os serviços, no entanto, relativamente aos serviços, e certamente que o senhor acompanha a Câmara,

de muito perto, sabe que nem sempre os entendimentos técnicos são uniformes e que muitas das vezes, as pessoas têm dúvidas relativamente ao seu enquadramento.

Relativamente ao saneamento que o Senhor Presidente não compreendeu, passo a explicar, quando uma obra é concluída administrativamente o contador de obras passa a contador definitivo, certo e, nesse momento, começará a pagar saneamento que até então não paga. O que eu lhe questiono é, se já está a ser levado em linha de consideração que o facto do novo Simplex urbanístico, induzidas as pessoas que não é necessária a apresentação de documentação de conclusão da obra poderá fazer com que tínhamos indefinidamente os contadores de obras a vigorar, à semelhança do que acontece, por exemplo, com obras que se encontram paradas e que não estão a ser cancelados os contadores de água em virtude dos prazos estarem caducados. Feito o esclarecimento.

Relativamente à cidade verde, o Senhor Presidente acabou por não me responder se temos ou não em curso a promoção do inventário municipal. Tudo bem, eu concordo plenamente que comecem a ser pautadas normas conducentes com a legislação em vigor, mas mais um motivo para as verter em regulamento.

No que diz respeito ao rumo estratégico da agricultura, entendo que me diga que, se calhar, tem que contratar pessoas para levar a efeito o rumo estratégico, mas acabou por não nos dizer aqui de uma forma muito simplista, em que é que isto assenta, o que é que irá ser promovido, portanto, fica a questão.

No que concerne ao Centro Interpretativo do Território, dou boa nota da reunião com o senhor Ministro, afinal, os e-mails que enviou repetidamente surtiram efeito. Claro, fico contente, o senhor Presidente estava tão preocupado, que o senhor Ministro não lhe respondia, e afinal, já reuniu, mas acabou por não me responder, porque é que a remessa da documentação só pode ser feita quando o processo estiver finalizado. Já percebemos que a forma de aquisição do terreno é uma venda, mas não percebemos qual o valor e percebemos também que a previsão depende aqui do senhor Ministro e de verter aqui uma série de considerandos, mas o valor, Senhor Presidente, falou-nos que já existe um valor em cima da mesa.

Relativamente à via circular urbana, eu questionei isto, porque analisando a APA, e o Senhor Presidente, certamente que analisou o relatório com cuidado, verificou aqui algumas notas, nomeadamente, o traçado não se adequa à topografia, aliás, se formos francos nem se podia adequar, porque o traçado foi feita em fase pré-eleitoral em 2021, e o levantamento topográfico foi feito em setembro ou foi contratado em setembro de 2022, naturalmente, sem elementos, não se consegue fazer um traçado que considere declives e geologia da zona e depois há outra questão que vem entroncar naquilo que temos sempre dito, onde é que está o estudo de viabilidade técnico-económico, já não é só o grupo parlamentar do PSD a questionar por ele, é a própria APA a dizer que não foram ponderadas alternativas e que não foi apresentado o documento que corrobora a

existência das mesmas. Portanto, senhor Presidente, contamos com os seus esclarecimentos nesta matéria.

Agora vamos e de uma forma sucinta, até porque eu não estou aqui para debater os assuntos particulares, estou aqui para debater o futuro da Póvoa de Lanhoso.

Aqui o senhor deputado Pedro Silva e depois corroborado pelo senhor Presidente da Câmara, vem dizer que o Ringue está a ser ocupado indevidamente, senhor Presidente, notifique, ponha no papel leve em linha de consideração toda a documentação que existe no processo e proceda em conformidade, nós cá estamos para nos defender.

Relativamente à contraordenação, senhor Presidente, diga efetivamente se a sociedade em causa no processo de contraordenação que falou que tem uma listagem, até vou partilhar com a Assembleia depois via da mesa, a resposta que foi dada porque tem todo o historial, sabe que, infelizmente ou felizmente, sempre fomos muito acompanhados de perto, quer seja executivo, quer seja oposição, o acompanhamento sempre foi muito de perto e, portanto, tudo está documentado, eu vou fazer chegar o roteiro desse processo à Assembleia Municipal. No entanto, tenho que lhe dar nota disso, e está cá o vereador Paulo Gago que não me deixa mentir, o resultado que resultou dessa contraordenação foi a absolvição, só para nota.

No que diz respeito aqui a um documento, eu acho curioso, é como é que o senhor deputado Pedro Silva tem acesso a informações que são pedidas pelo tribunal, à Câmara Municipal, se queria dar conhecimento disto à Assembleia Municipal, dava diretamente, porque escusava de vir aqui fazer essa figura, mais uma vez, de não ter a informação toda, se o senhor deputado, tivesse pesquisado um bocadinho mais, iria verificar que a sociedade foi efetivamente notificada, lá está, era aquela questão oposição, executivo, sempre fui acompanhada muito de perto, dum eventual relatório a ligações clandestinas, à rede pública de abastecimento que foi dirigido neste caso à Soginfer em janeiro de 2020, mas o que não lhe disseram, ao senhor deputado, que nos esclarecimentos desse relatório, que foram logo feitos, e, por isso, até foi arquivado e não resultou nenhum procedimento de contraordenação é que esses terrenos onde foram verificadas essas ligações, não pertenciam à Soginfer, curioso somos até notificados que ficam afastados três lotes dos nossos terrenos que ficam afastados três lotes dos nossos.

Relativamente a isso o que eu pedia à Câmara Municipal é que verificasse essa informação e inclusivamente que pedisse, e já foi feito no passado, aos serviços, neste caso de água e saneamento, presumo, na pessoa da sua chefe de Divisão, para vir cá esclarecer o que é que realmente foi tramitado nessa matéria, o que é que foi notificado nesse relatório, o que é que foi respondido e em que é que resultou, era importante esclarecer a todos.

Nomeadamente aos muros, senhor Presidente, posso-lhe dizer com muito gosto que aqueles muros a que se refere estão todos licenciados, e foram licenciados na Câmara Municipal, não foram licenciados na Junta de Freguesia, verifique o processo LEDI 21/2019, LEDI 22/2019 e LEDI 118/2019 e tirará as suas conclusões. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Uma coisa é certa, ninguém melhor que a sócia gerente da Soginfer ou esta Câmara Municipal ou ainda o executivo anterior, porque tudo isto se passou no executivo anterior e está nessa bancada também quem exerceu funções, por exemplo, no gabinete de apoio à Presidência, pode dar explicações em relação a estas matérias e, naturalmente que a informação que eu tenho é parca, mas é suficiente para fazer a minha análise e continuar a colocar questões ao Senhor Presidente, porque o Senhor Presidente, não respondeu a tudo e eu precisava de saber o que é que, de facto, a sócia gerente da Soginfer disse que a ligação de água não foi efetuada em terrenos que eram propriedade sua, e é importante saber de quem é que eram esses terrenos? Era importante saber de quem é que são, de que sociedade, quem é o sócio-gerente da sociedade? Era importante que aqui fosse dito, também era importante que fosse dito aqui e explicado como é que aquela obra conseguiu ser edificada até determinado ponto, sem licença de construção, ou melhor, eu não sei se é aquela obra que foi edificada com ou sem licença de construção, mas certamente que aquela obra se porventura teve licença de construção associado a essa licença de construção existiu o contador de água para servir essa obra. É importante o Senhor Presidente da Câmara, e os serviços informem esta Assembleia Municipal em relação a que contador de obras, está associada aquela obra em específico e qual era a licença de construção.

A sócia-gerente assumiu responsabilidades naquela sociedade no ano de 2018, final de 2018. E eu tenho que colocar mais questões ao senhor Presidente da Câmara, em relação a estes resultados e em relação a essa ligação direta. É verdade que a ligação dessa água, dessa ligação direta e ilegal, quando foi fiscalizada pelos serviços do município, os trabalhadores da empresa estavam a recolher a mangueira que ligava diretamente o ponto de contacto da água, à obra em questão?

Portanto, como ouvimos aqui e essa infração foi detetada no ano 2020. Já agora, depois dessa descoberta, a empresa passou a utilizar as instalações do polidesportivo. Se calhar, não foi por acaso, e até hoje continuamos por receber documentação referente aos pagamentos de utilização de faturas de água, de luz, da utilização do espaço público, de forma a compensar o erário público.

E há aqui algumas questões que eu vou esperar para serem esclarecidas para me pronunciar sobre elas, mas a deputada, não, a sócia gerente da sociedade em questão, faz defesa com o facto de ter sido absorvida, a sociedade, e não houve nada, o processo foi arquivado, e então, como foi arquivado, continua imaculada. Eu tenho que perguntar se, de facto, e pergunto novamente, porque, pelos vistos, há dúvidas, se, de facto, a obra

foi iniciada sem licença de construção, porque aquilo que está aqui em discussão, volto a dizer, e disse-o no início, e volto a dizer, não é matéria nem judicial, nem jurídica, é política, e este dado é um dado fundamental para se perceber de que forma e com que lisura as pessoas estão e exercem os seus cargos na sociedade.

E gostava de colocar mais questões, mas, de facto, senhor Presidente, faltou aqui algumas respostas que fazem com que eu não consiga nesta fase, colocar mais questões, mas que voltarei cá uma próxima. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, eu vou tentar cingir-me aquilo que sei e aos factos, não é? É facto que existiram ligações indevidas ou diretas, como quisermos chamar, é um facto. Quem são os proprietários dos lotes, eu não sei, não sei quem são os proprietários dos lotes, não é? Sei quem é a empresa que estava a construir, que é aquilo que está na informação técnica dos fiscais que passaram, eu pedi o relatório à data, não era ainda Presidente de Câmara sequer, portanto, esse relatório foi feito bem antes de eu ser Presidente de Câmara.

Relativamente a um aspeto, há aqui três assuntos diferentes é importante não os misturarmos, depois começamos a falar de licenciamento em relação a questões, que tem a ver com a implantação e depois a coisa baralha-se, eu não disse em nenhum momento, até porque aquilo que eu disse foi aquilo que me foi dito aquando da visita, eu não disse que os muros estavam licenciados ou não, eu não sei se os muros estão licenciados, aquilo que eu disse e pelos vistos, isso terá sido reproduzido na própria visita, portanto, quem participou na visita, estão aqui pessoas que participaram na visita no estão, portanto, se há aqui gente que participou na visita, faz favor de relatar e dizer quem disse o quê, não é? Terá sido explicado na própria visita que foi ocupado uma parte do espaço público? Verdade, pronto, então se é verdade aquilo que eu disse ali, mas aquilo que eu disse respondendo à questão, que o senhor deputado Pedro Silva colocou foi que existirá uma ocupação do espaço público. Sim, mas eu respondi objetivamente ao facto de ter sido ocupado o espaço público ou não, respondi a uma pergunta, certo?

Relativamente à construção, relativamente ao processo de contraordenação aquilo que, de facto, aconteceu e diga já agora, senhora deputada, como disse, há momentos que é verdade que os muros foram construídos em espaço público. É verdade que foi iniciada uma construção sem licenciamento, foi iniciada uma construção sem estar à data emitida a licença. A senhora deputada diz que foi absolvida na sequência do processo. Olhe, foi absolvida por mérito do tal Simplex que tem aqueles defeitos todos que referiu

há bocado, o tal Simplex entre outras coisas, permitiu a partir do decreto-lei 10/2024, de 08 de janeiro, deste ano, portanto, que esse tipo de processos passassem a ser arquivados e passassem a ser absolvidos. A lei foi alterada em 2024, mas a ilegalidade ocorre muito antes de 2024, portanto, aquilo que acontece meus caros, na minha opinião, porque eu fui questionado, aquilo que acontece é que não existe consequência processual, porque a lei, é uma sorte, a lei no início deste ano foi alterada, mas, de facto, a obra foi iniciada sem licença. Foi licenciada mais tarde, foi licenciada ao longo da construção, portanto, é, de facto, como diz a senhora deputada foi absolvida, foi porque a lei, entretanto, foi alterada, e é essa a informação que eu tenho e que posso prestar a esta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, concedeu novamente a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Deu tantos esclarecimentos e não deu esclarecimentos àquilo que eu já referi, relativamente aos assuntos que o grupo parlamentar do PSD aqui trouxe, já que têm tanta noção procedimental, acho que era bom partilhar aqui connosco qual o estado, e acho que isto é fazer uma política na qual eu não me revejo, mas o senhor, pelos vistos revesse porque dá para o peditório, e, portanto, o que eu o desafio é para dar-nos aqui nota, por exemplo, de como é que está o seu processo de licenciamento, da sua casa, ou será que já a vendeu? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, concedeu novamente a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A verdade é que falta aqui um esclarecimento crucial e que é possível ser dado pela líder da bancada do Partido Social Democrata. A questão é esta, houve ligações diretas? Houve. De quem era o terreno? E a senhora sabe, faça favor de o dizer se tem coragem.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara para responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu já calculava que, mais cedo ou mais tarde, vossas excelências cometessem essa desinteligência, oh meu caro eu na minha vida já colhi muitas tempestades, e sobrevivi a

todas elas, e sai delas sempre mais forte do que entrei, em relação àquilo que apelida da minha casa, não, não é a minha casa, não. Porque estamos a falar de uma construção e de uma habitação que nunca foi habitada, está ali o senhor Presidente de junta de Monsul que sabe, se preciso fosse e como está na sua bancada, pode atestar que aquela habitação nunca foi habitada, nunca lá viveu ninguém, não vive lá ninguém, nunca lá viveu ninguém. Aquela construção está pacientemente, tal como eu, a aguardar a revisão de PDM que vem sendo adiada desde final de 2020. Note bem, desde final de 2020, que o PDM, e a revisão do PDM permitirá a correção de situações similares que são coisas comuns, naturalmente, já agora coisas que foram, um processo que foi já resolvido do ponto de vista técnico no mandato anterior e que recorro que tem a ver com a implantação, só com o tema da implantação.

Mas ainda assim, senhora deputada, eu estou muito à vontade, sabe, porque no momento que me tentaram atacar com isso, eu acho que, de alguma forma se virou o feitiço contra o feiticeiro, em setembro de 2018 e o resultado eleitoral de 2021, se tiver que ter algum paralelo com a justiça ou a injustiça que foi cometida, está à vista de olhos também o resultado eleitoral, portanto, senhora deputada, se quiser falar depois pode pedir a palavra e pode voltar a usar da palavra para prestar mais esclarecimentos. Eu estou muito à vontade em relação a esse assunto, porque eu tenho estado a aguardar, que o PDM seja revisto para que a casa possa ser finalmente, para que possa ser dado uso àquele equipamento para o qual foi pensado, depois aquilo que eu vou fazer ou deixar de fazer em relação àquele espaço é um problema que diz respeito à minha vida particular, como não espero que a senhora deputada venha pedir esclarecimentos sobre isso numa Assembleia Municipal, portanto, não tenho muito mais a dizer nesta fase. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD e fez um intervalo de 15 minutos. Após o intervalo, passou ao período de intervenção dos Presidentes da Junta e concedeu a palavra à representante da União das Freguesias de Calvos e Frades.

Interveio a representante da União das Freguesias de Calvos e Frades, Goreti Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Por nos ter sido remetido por e-mail pelos serviços desta assembleia, a 02 de maio de 2024, à Junta de Freguesia de Calvos e Frades que nos mereceu a melhor consideração assim vem esta junta dar conhecimento do seguinte.

Já foi dada a resposta ao e-mail e nesta senda, vindo reiterar a nossa disponibilidade de dar informações, esclarecimentos aos destinatários sobre o processo. No âmbito da Assembleia de freguesia de Calvos e Frades, sempre foi atribuído aos seus membros o direito à informação sobre todos os assuntos de interesse para a freguesia e sobre as execuções e deliberações, incluindo a agora solicitada. O que é estranho assim, esta

duplicidade no pedido de informação. Damos ainda conta assim, e depois de interpelação do senhor deputado Pedro Silva na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, o seguinte: os valores aprovados para o subsídio nesta Assembleia Municipal para a realização desta obra, perfaz à presente data, um total de 310 mil euros, 200 mil euros aprovados no mandato de 2017/2021 e 110 mil euros no exercício de funções do mandato atual, 60 mil, o ano passado e 55 mil deliberados na última assembleia. A comparticipação da Junta de freguesia até à presente data foi de 22.307,00€. A previsão da conclusão da obra será antes do final do presente mandato, contudo, acrescento que com a excelente colaboração e participação da direção da banda de Calvos e desta junta de freguesia podemos admitir que a banda possa regressar ao edifício já no último trimestre do presente ano. Por último, o valor previsto para a conclusão da obra será de mais 60 mil euros relativamente ao já deliberado nesta Assembleia.

Contudo, quero explicar uma coisa senhor Pedro Silva, é muito feio dizer que eu disse aquilo que eu não disse, porque referente ao terreno e à limpeza e manutenção de vias, não é a limpeza e manutenção de vias, mas sim limpeza de uma parcela de terreno, limpeza de parcela de terreno essa que no ano de 2022, no dia dezanove, o proprietário se dirigiu aos serviços do município da Póvoa de Lanhoso, o qual preencheu o documento e os serviços do município da Póvoa de Lanhoso foram fazer a limpeza da parcela de terreno, parcela de terreno essa que consta na sobre encosta da Estrada de São Mamede e na qual faz confrontações com a estrada municipal. Por isso, digo-lhe, quando quiser pôr a palavra na minha boca, pense bem naquilo que diz e realmente naquilo que eu disse. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsul.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Monsul, José Manuel Tinoco, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu, é só para fazer um convite para as festas de S. Tiago, como toda a gente sabe, as festas de S. Tiago decorrem no próximo mês de julho, a partir do dia 20 de julho. Festas de grande volume e já são reconhecidas por muita gente, aproveito esta assembleia para fazer um convite em primeiro já ao senhor Presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e também senhores vereadores, quer da oposição quer do executivo, para participarem nas duas partes importantes da festa como habitual, o hastear da bandeira e a procissão do dia da festa, portanto, estão todos convidados por natureza, e o restante público também ficam todos convidados, claro, a visitar Monsul nesses dias, como sabem, são festas de grande dimensão.

E já agora, também como não estive na última Assembleia, queria deixar os parabéns também à Câmara Municipal e a todos os Presidentes de junta que também contribuíram para isso, a procissão das festas de São José. Eu já era para ter falado na

altura, mas no não pude estar por motivos de última hora, queria manter uma ideia sobre a procissão do S. José, acho que é da minha ideia e de quase todos os Presidentes de junta, que os presidentes de junta deviam acompanhar o andor não ir atrás todos juntos, eu penso que todos os presidentes de junta estão de acordo comigo.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao período de intervenção das Comissões Permanentes, e concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, Luís Carvalho.

Interveio o deputado, Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou usar este período das comissões, podia fazê-lo no período do ponto um, mas entendo que o devo fazer neste período e também o podia fazer por escrito, mas como a Comissão é do âmbito da Assembleia Municipal entendo que devo fazê-lo aqui também para ficar registado em ata. E tem a ver com pedidos que são submetidos à Comissão de que presido, neste caso, Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, que são extemporâneos, o que eu quero dizer com isto? Eu já tive esta conversa com o Dr. Paulo Gago, mas, como disse eu faço questão de que fique aqui em Ata registado. Têm ocorrido pedidos à comissão de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento que são extemporâneos, porquê? Sobre assuntos que quando são submetidos à Comissão as coisas já estão implementadas e o que é que acontece? A Comissão acaba por não imitar o parecer, porque já não faz sentido nenhum emitir o parecer.

Foram dois, falo concretamente do estacionamento da Portela que quando foi submetido o parecer à Comissão, a solução encontrada pelo município já estava implementada, portanto, levou a que a Comissão não se pronunciasse sobre algo que já estava a ser implementado e também a colocação de lombas na Rua dos Moinhos Novos que quando foi submetido à Comissão as bombas já lá estavam, portanto, eu deixo aqui esta chamada de atenção que entendo que se as comissões permanentes existem, e a colaboração entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal e comissões tem que ser feita como deve ser, portanto, estes pedidos têm que vir a tempo e horas.

Eu sei que os pareceres das comissões não são vinculativos, são consultivos, mas se eles existem é para serem tratados como deve ser. Deixo só aqui esta chamada de atenção para que no futuro não volte a acontecer. Obrigado”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à representante da Comissão Consultiva da revisão do PDM, Fátima Alves.

Interveio a deputada, Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, Fátima Alves e Pedro Afonso, representantes desta Assembleia Municipal na Comissão consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso, no exercício das funções que lhe foram delegadas vêm pelo presente referir o seguinte, como sabem, pelo ponto de situação que vos foi reportado na Assembleia Municipal de 23 de fevereiro do corrente ano, durante o ano 2023, não fomos chamados a intervir, não obstante todo o interesse e empenho que sempre demonstramos, deixamos nessa mesma assembleia considerações que julgamos muito importantes como sendo a interligação da revisão do PDM com a Via circular urbana, com o Parque Empresarial e com toda a documentação e regulamentação colateral, fazendo expressa referência ao Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação da Póvoa de Lanhoso e ao Regulamento Municipal de Taxas, no que ao urbanismo diz respeito.

Apesar de termos demonstrado disponibilidade para participar em reuniões sectoriais, o que é certo é que, decorridos mais de dois anos desde a reunião plenária da Comissão Consultiva, não fomos chamados a comparecer em qualquer outra reunião de trabalho. Mais se diga que, apesar da existência de um regulamento de organização e funcionamento da Comissão Consultiva, onde estão devidamente elencadas as competências dos membros da Comissão Consultiva e onde está também prevista a deposição da informação desenvolvida na plataforma colaborativa de gestão territorial, todas estas práticas têm caído no esquecimento do executivo da Câmara Municipal e nós representantes deste órgão deliberativo e fiscalizador a quem compete acompanhar continuamente os trabalhos desta segunda revisão do PDM, vamos tomando conhecimento dos alegados avanços através da pequena súmula que é vertida na análise da atividade do município.

Queremos, pois, deixar para memória futura que não nos revemos nesta ausência de articulação institucional entre a Câmara Municipal e Assembleia Municipal que prejudica e muito o concelho da Póvoa de Lanhoso, para que possamos cumprir com as funções que nos foram delegadas por esta Assembleia Municipal, reiteramos uma vez mais para a necessidade de informação atualizada na plataforma colaborativa de gestão territorial e sendo este um assunto de suma importância para o concelho que a todos deve abranger o envio dessa mesma informação atualizada, via Mesa da Assembleia Municipal, para ser difundida junto dos membros que integram a conferência de líderes.
24 de junho de 2024.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que não existiam pedidos de intervenção do público, pelo que passou ao Período da Ordem do Dia. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o senhor Vereador, Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Cumprindo o estabelecido no artigo 2.º, n.º 2, alínea c) do Regimento, remete-se para análise a informação referente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.

O período em causa diz respeito, a perto de dois meses de atividade já que a anterior sessão ordinária do presente mandato, decorreu no passado dia 27 de abril. No âmbito da Educação, Serviços Sociais e Saúde e começando pela educação, participarmos no 17º Congresso Internacional das Cidades Educadoras que decorreu entre 21 e 24 de maio no Brasil, durante o qual partilhámos o projeto da rota dos monumentos inclusivos; em maio, recebemos diversos grupos de estudantes dos dois agrupamentos de escolas no âmbito de programas Erasmus + e da EPAVE no quadro do projeto partilha com energia. Também recebemos uma turma da Escola secundária para se inteirar sobre os órgãos do poder local e o seu funcionamento. Realizaram-se duas Assembleias Municipais Jovens com perto de uma centena de estudantes. Demos ainda continuidade a diversos projetos e ao desenvolvimento de ações, tais como “devagar, se vai ao longe” que visa promover competências socio-emocionais, abrangendo um total de 39 alunos e que está a ser dinamizado na Escola Básica do Cávado e na Escola Básica da Póvoa de Lanhoso. Projeto-piloto em luta contra o desperdício alimentar que visa contribuir para que as refeições escolares sejam mais saudáveis e para a redução do desperdício seja maior; programa de generalização da aprendizagem da natação envolvendo 191 crianças das turmas do 5º ano. Esta é uma área na qual devemos continuar a apostar. Projeto, alinhar sentidos em parceria com a associação em diálogo, cerca de 19 crianças e alunos com necessidades educativas específicas referenciadas pelos agrupamentos de escolas beneficiaram de terapia ocupacional com abordagem da integração sensorial, tendo sido desenvolvidas inúmeras atividades pensadas de acordo com as necessidades dessas crianças. A fim de assinalar o Dia da Criança, oferecemos uma entrada gratuita na piscina descoberta e uma mochila com marcadores a todas as crianças da educação pré-escolar, pública e privada e primeiro ciclo num universo de 1.280 crianças. Concretizamos a revisão da carta educativa, documento que é hoje submetido para a análise e votação desta Assembleia Municipal. Demos ainda continuidade à articulação dos transportes escolares e ao procedimento para novos pedidos e renovação de títulos para o próximo ano letivo ao regime escolar que promove a destruição do leite e fruta, ao pré-escolar e primeiro ciclo e à verificação regular das atividades de animação e apoio à família para proporcionar refeições escolares equilibradas e de qualidade, o que, de uma maneira geral, se constata; apoiámos os agrupamentos de escolas e a EPAVE no desenvolvimento das ações previstas nos planos culturais da escola decorrentes do protocolo de cooperação firmado com a Coordenação Nacional do Plano Nacional das Artes. No que se refere ao programa viver mais desde o início do ano, foram

apresentadas 30 candidaturas com a integração de 22 pessoas. Quanto ao programa NaturaLanhoso, entre janeiro e junho, recebemos 47 candidaturas, às quais corresponde um investimento total de 31.550 euros; no âmbito da PóvoaCresce no ano letivo 2023/2024, apoiámos 25 crianças num investimento de 13.310 euros.

Quanto à gestão de manutenção dos equipamentos escolares articulamos a resolução dos problemas reportados pelas IPSS's e escolas, no que se refere à requalificação do jardim-de-infância de Garfe e à requalificação das instalações sanitárias do Jardim-de-infância de Simões estes processos encontram-se na contratação pública para o respetivo procedimento. Destacamos ainda a realização de manutenções e reparações diversas no âmbito das infraestruturas elétricas nos dias vinte e nove maio e quatro de junho, acompanhámos a pintura de sarjetas que estudantes de ambos os agrupamentos de escolas realizar no âmbito do desafio "O mar começa aqui", inserido no programa Eco Escolas do qual somos parceiros.

Serviços Sociais, o núcleo local de Inserção prosseguiu com a atividade regular, para além das reuniões quinzenais do NLI para avaliação dos contratos e Acordos de Inserção, também participamos nos grupos desenvolvidos pela Segurança Social com as coordenações de NLI do distrito. Iniciámos no nosso território grupos de gestão emocional na área da psicologia, a famílias em acompanhamento social, demos continuidade ao trabalho do serviço de atendimento e acompanhamento social "SAAS" realizamos 140 atendimentos e concretizamos 14 contratos de inserção e 6 acordos de intervenção social. Foram realizadas também 25 visitas domiciliárias de acompanhamento social e 27 consultas de psicologia. No que respeita à Eco Loja Social, para além do apoio a 35 agregados familiares, iniciámos uma nova dinâmica que visa aproximar a comunidade desta resposta, "Loja Aberta - Verão de 2024", é como se designa a iniciativa que terá periodicidade quinzenal e será às quintas-feiras. Estabelecemos também articulação de proximidade com a Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente com os alunos do curso técnico auxiliar de saúde, continuando a responder às medidas de política social municipal. Nesse sentido, destacamos o seguinte, arrendamento, 29 processos analisados; tarifário social, 6 processos analisados; isenção de taxas, 7 processos de analisados; apoio ao empréstimo, 4 processos analisados e apoios atribuídos. No apoio ao medicamento, foram atribuídos 25 cartões, entre renovações e novos, realizámos ainda proposta das normas de funcionamento da Academia do Voluntariado.

No âmbito dos seniores, no dia 7 de junho, apresentámos juntamente com a Comissão de Proteção ao Idoso, o novo Provedor do Idoso para a Póvoa de Lanhoso o Senhor professor Arlindo Coimbra. Continuamos a trabalhar para esta população, sobretudo através dos centros de convívio, mas também das IPSS's e outras entidades parceiras. Nesse sentido, para além de todo o envolvimento na preparação da segunda edição das marchas Populares Terra do Ouro, no dia 22 de junho, destacamos a realização de um passeio a Lisboa nos dias 8 e 9 de maio.

Famílias, o gabinete de apoio à parentalidade continua a desenvolver a sua atividade, sendo de destacar as jornadas de Educação e da família que reuniu especialistas reconhecidos pelo seu trabalho na área da utilização excessiva dos telemóveis e dos perigos que isso pode representar para o crescimento saudável das crianças e jovens e em que foram apresentadas as experiências desenvolvidas pelos agrupamentos de escolas sobre a restrição do uso de telemóveis no contexto escolar. No dia vinte seis de maio, promovemos a iniciativa brincar em família, tal como em 2023, esta edição também foi um sucesso. Demos continuidade à formação parental no âmbito do programa mais família mais jovem na Escola Básica doado participação de quinze pessoas. Referência ainda para a intervenção do gabinete na comunidade agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, associação de pais através de atendimento, consulta a pais e mães e da articulação com outros serviços de acompanhamento no âmbito de situação de crise, envolvendo várias famílias do concelho.

Habitação submetemos uma candidatura a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e temporário, através da qual pretendemos reabilitar e ampliar uma escola primária para criar um centro de alojamento temporário. Pretende-se o alojamento de pessoas em situações decorrentes de eventos imprevisíveis ou excecionais ou decorrentes de necessidade de alojamento urgente, de forma temporária, de pessoas que se encontrem em risco iminente de ficar privadas de habitação.

Saúde, no âmbito do acompanhamento psicológico, foram concretizadas cento e vinte sessões, maioritariamente em regime presencial. Permanecemos comprometidos e empenhados na execução de diversos trabalhos de manutenção, reabilitação do edifício do centro de Saúde, designadamente instalação dos postos de carregamento para veículos elétricos, manutenção periódica de extintores, carretéis, ascensores e sistemas de climatização, reparação de avarias elétricas. Temos dado continuidade às ações regulares de ajuda mútua para cuidadoras informais no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal.

Igualdade de Género e oportunidades, fomos convidados a integrar o projeto DISTURB, um estudo inovador e vanguardista, que tem como objetivo mapear as dinâmicas locais nas questões da violência doméstica e promover possibilidades de intervenções a nível sistémico. No período em análise, o SIGO - Serviço para a Igualdade de Género e Oportunidades, realizou 101 atendimentos a vítimas de violência doméstica e realizam um acolhimento de emergência. Foram ainda abertos 13 novos processos. No âmbito da vertente preventiva, foram realizadas 14 atividades envolvendo um total de 363 participantes. A nossa autarquia foi a primeira do país a assinar a carta Portuguesa para a Diversidade. Assinalamos o Dia Mundial da Dança com um cartaz marcado por iniciativas abrangentes e inclusivas que decorreram do projeto Póvoa Dança, o qual lançámos com o objetivo de contribuir para uma maior inclusão, sócio cultural para a educação, pela arte e para a reabilitação e promoção da saúde.

Juventude e desporto, no dia 1 de maio, o pavilhão da Escola Secundária recebeu o Torneio de Minibasquete em que participaram mais de 150 atletas, uma iniciativa promovida pelo município em parceria com a secção de basquete do Sport Clube Maria da Fonte. Na mesma data, o campo de tiro do clube de caçadores recebeu a vigésima 22.ª edição do Torneio de Tiro aos Pratos de S. José, esta prova organizada pelo Clube de Caçadores da Póvoa de Lanhoso contou com o nosso apoio e reuniu a participação de 27 atletas de toda a região Norte. Perto de 60 jovens, participaram no dia 26 de maio, no II Meeting da Escola Municipal de Natação que decorreu na piscina municipal coberta. Nos dias 31 de maio e 1 de junho, tivemos a segunda edição da Póvoa de Lanhoso Urban Fit Race “Assalto ao Castelo”, uma prova de obstáculos cujo percurso incluiu passagem por algum dos locais mais emblemáticos da Póvoa de Lanhoso. Esta prova foi dividida em três momentos, a prova inclusiva, uma novidade este ano a Urban Fit Kids e a prova geral. Esta foi também mais uma oportunidade para promover o concelho e para dinamizar a economia local. No dia 12 de junho, apresentámos a rede de parceiros no âmbito dos programas de ocupação de tempos livres, bem como das medidas de apoio do município, nesse sentido, reconhecendo a necessidade em promover o alargamento de respostas às famílias e o reforço dos programas de férias para crianças e jovens nas interrupções letivas. A partir da equipa de espaço jovem continua a ser desenvolvido o programa Juventude em movimento, desde o início deste ano foram recebidas 39 inscrições, tendo sido 17 jovens integrados em projetos nas áreas da educação, animação, cultura, turismo e juventude.

Coesão territorial, continuidade da descentralização do trabalho dos órgãos municipais, com a realização de reuniões de câmara descentralizadas na sede da junta de Louredo, União de Freguesias de Campos e Louredo e na sede da Junta de Freguesia de Ferreiros. No que se refere às intervenções nas freguesias, destacamos as obras que já foram concluídas, estão em curso ou em vias de iniciar, como são os exemplos, as requalificações em Covelas, Campo, Garfe e Galegos. Ao nível das intervenções em espaço público destacamos o seguinte, hortas comunitárias, preparação de terrenos, plantações, manutenção das culturas, preparação quinzenal de cabazes de produtos frescos e biológicos para famílias identificadas pelo SAAS, manutenção da envolvente do Monte do Pilar, manutenção em espaços verdes públicos, manutenção de espaços verdes dos estabelecimentos de ensino, limpeza das praias fluviais de Verim e Oliveira manutenções, reparações e diversas das infraestruturas elétricas nas freguesias do concelho, instalações de quadros elétricos de apoio no mercado da feira, execução de redes e ramais de abastecimento de água e saneamento em freguesias como Ferreiros, Taíde, Águas Santas, Calvos, Brunhais, Vilela, Lanhoso, Galegos e Campo, colocação de lombas redutoras de velocidade nos Moinhos Novos freguesia de Póvoa de Lanhoso e marcação de lugares de estacionamento e ordenamento de trânsito na laje da Portela freguesia da Póvoa de Lanhoso, reparações diversas em escolas, edifícios municipais, reposição de betuminoso e calçada em diversos locais pelo Concelho, limpezas e lavagem

de espaços públicos, reparações em dissuasores e reposição de sinais nas diversas vias municipais e espaços públicos, execução de novos candeeiros para o caminho pedonal no Pontido manutenção das hectares. Destaque ainda para as intervenções na via pública na vila com vista à regularização das tampas das caixas de saneamento. Para além destes trabalhos, também realizámos a repavimentação de distintas artérias da vila. Por fim, é de referir o processo de requalificação de parques infantis nas freguesias de Serzedelo, Ferreiros, União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e junto ao Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos. Este processo de requalificação ainda não está concluído e irá abranger mais espaços.

Ambiente, está em curso, o alargamento, projeto recolha de bioresíduos, mais concretamente à freguesia de Lanhoso, Taíde, União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira e União de Freguesias de Campos e Louredo. Os serviços de recolha de resíduos solos urbanos já dispõem de um novo equipamento destinado à limpeza regular dos contentores, este equipamento vai melhorar a qualidade do ar e o ambiente urbano. Encontrámo-nos a elaborar também o Plano Municipal de Ação Climática. A convite do município de Lousada, integrámos a última formação do projeto GoGreen destinado apenas a técnicos de municípios sobre educação ambiental, comunicação e participação social e que decorreu na Irlanda. Visando uma melhor eficiência energética procedemos à substituição da iluminação para tipo LED na zona pedonal do parque radical e implementámos um sistema de gestão de iluminação do campo de jogos do Pontido com ativação através de QR Code.

Saúde Animal, continuidade da campanha de esterilização de animais de companhia, cães e gatos. No dia 3 de junho, iniciámos pelo concelho a campanha da vacinação antirrábica e de identificação eletrónica de canídeos, uma campanha coordenada pelos serviços veterinários municipais.

Centro de interpretação do Carvalho de Calvos, com muita animação, centenas de crianças dos dois Agrupamentos de Escolas do concelho e da Santa Casa de Misericórdia festejaram o dia da Criança e o Dia do Ambiente, o centro recebeu entre os dias 31 de maio e 7 de junho, vários grupos de alunos das escolas dos agrupamentos do concelho da EPAVE, da Santa Casa Misericórdia, bem como, idosos dos dois centros sociais, estimando-se em 1.200 o número de pessoas envolvidas. No período em análise este espaço municipal dinamizou 24 atividades de cariz técnico, lúdico e pedagógico.

A praia fluvial de Verim recebeu, mais uma vez, o galardão “Praia com Qualidade de Ouro” atribuído pela Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, este galardão distingue, anualmente, as praias fluviais que têm a água com melhor qualidade.

Mobilidade, continuámos o trabalho de acompanhamento contínuo com a Autoridade de Transportes Comunidade Intermunicipal do Ave no âmbito da manutenção e gestão do serviço de transporte público rodoviário.

Proteção Civil aprovado o plano operacional municipal, vulgo POM de 2024 para o concelho da Póvoa de Lanhoso. Assistimos à apresentação pública do plano de operações sub-regional do dispositivo especial de combate a incêndios rurais DECIR 2024 que decorreu em Fafe a Póvoa de Lanhoso recebeu a prova militar internacional Fortaleza 2024.

Ordenamento e Desenvolvimento Económico, Plano Diretor Municipal relativamente ao processo da segunda revisão do PDM, este está a seguir o procedimento administrativo exigido pelo regime jurídico de instrumentos de gestão territorial. No dia 22 de abril, submetemos para análise prévia da CCDR-N proposta de ordenamento, versão 3, nova delimitação das UOPG; termos de referência das UOPG; estimativa orçamental das UOPG contratos de infraestruturação associados às UOPG identificação das áreas a infraestruturar, estimativa orçamental das áreas a infraestruturar, Excel com ponderação do município à apreciação da CCDR-N compromissos urbanísticos datados de fevereiro, 2024, cadastro atualizado das redes em baixa e em alta do abastecimento de água e saneamento. No dia 15 de maio, realizou-se uma reunião técnica entre o município, a CCDR-N para análise, da terceira proposta das áreas edificáveis, no dia 16 de maio a CCDR-N enviou-nos a informação referente à análise da terceira versão dos perímetros da Póvoa de Lanhoso.

Via Circular urbana no que diz respeito ao projeto da Via Circular Urbana, estamos em processo de contratação da avaliação de impacte ambiental, documento que poderá vir a responder a possíveis acertos no traçado inicial da via, bem como, à necessidade de construção de possíveis obras de arte. Reunimos com o senhor Ministro das Infraestruturas e habitação, Dr. Miguel Pinto Luz, com o intuito de fazer um ponto de situação do projeto.

Empresas e emprego, já estão a decorrer as candidaturas para ocupação de espaços na LEIRA - StartUp Póvoa, destinados a todos/as os/as promotores/as que aspirem a desenvolver uma ideia de negócio às empresas que desejem instalar-se no concelho. No que se refere ao gabinete de apoio à empregabilidade, esta resposta disponibilizada pela autarquia realizou 15 atendimentos.

Atividade económica, demos a continuidade ao Mercado - PVL Produtos Verdadeiramente Locais e à Feira de Antiguidades e Velharias, prosseguirmos com os fins de semana gastronómicos.

Dia da Europa, no dia 9 de maio, assinalamos esta importante data com uma cerimónia de hastear da bandeira nos Paços do Concelho, na qual participaram elementos do executivo e responsáveis dos vários serviços municipais. Também para marcar o Dia da Europa, os vários edifícios municipais estiveram iluminados de azul, à semelhança do que aconteceu um pouco por todo o país e por todos os países da Europa.

Atratividade do concelho, destacamos, entre as diversas iniciativas, a apresentação da obra "Camilo e o último enforcado em Braga: O Demónio do Ouro". Casa do livro Comemorações dos 500 anos de Luís Vaz de Camões com abertura da exposição "Vida e

Obra de Camões"; "Yoga na Biblioteca". Teatro Club, apresentação do livro "Amorosa" de Jacinto Pereira de Sousa. O espetáculo "Carcer", pela oficina de criação das oficinas de teatro. Serviços Educativos, leituras encenadas, "Meninos de todas as cores", de Luísa Ducla Soares. Castelo de Lanhoso, comemoração do dia Internacional dos Museus com oferta de entradas gratuitas, Escape Room.

Património cultural, apresentação pública do projeto Caminho Português de Santiago de Leon de Rosmithal. Apresentação do livro "282 O último caminho será sempre o primeiro" de Luís Ferreira, Reunião com o vereador da Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Caminha, João Branco Pinto, para abordar o futuro da Ponte Eiffel. Arranque do programa de caminhadas para 2024 com a "caminhada noturna" e com a "caminhada com história". Continuidade do programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, com recolha de testemunhos sobre o 25 de abril, que continua no terreno divulgação semanal de imagens relativas à Póvoa de Lanhoso no passado promoção do concurso de fotografia "Olhares da liberdade" realização da iniciativa "liberdades" no Agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, no âmbito do Plano Nacional das Artes. Abertura da exposição "O livro proibido" espetáculo, Zeca Canta Zeca na Praça seguido de sessão de fogo-de-artifício ainda no que diz respeito às comemorações dos 50 anos de 25 de Abril, tiveram lugar a cerimónia do hastear da bandeira e a sessão solene evocativa dos 50 anos do 25 de Abril, inaugurações da recriação do monumento ao 25 de Abril e do Parque infantil inclusivo abertura da exposição "Confidências do Estado Novo" e o espetáculo "Aromas de abril". Representação dos alunos da Escola Secundária de um quadro vivo com base numa caricatura de João Abel Manta, conhecido cartoonista nos Paços do Concelho. A EPAVE organizou a atividade "Flor de Abril" uma proposta multifacetada também inserida no Plano Nacional das Artes, Realização da III Milha da Liberdade, organizada em parceria com a Associação Desportiva e Recreativa de Gonçalo Sampaio. Abertura da exposição de rua "Manifestação" realização da Assembleia Municipal Jovem encontro de bandas filarmónicas no âmbito da iniciativa "Sons de Abril" a exposição "A emigração na Póvoa de Lanhoso - a Junta Geral da emigração". Registámos ainda as seguintes iniciativas, o espetáculo "Esta é a madrugada que eu esperava" apresentado em Taíde, uma iniciativa promovida pelo Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, que também visou comemorar os 25 anos da Escola Básica do Ave iniciativa "Manifesta-te" da responsabilidade da EPAVE que percorreu diferentes locais da Vila culminando no Jardim/mural dos 50 anos do 25 de Abril na Avenida da República, onde foi lançada a primeira pedra para a construção desse espaço, cuja ideia e desenho do projeto foram desenvolvidos pelo artista Povoense Domingos Silva exposição fotográfica "quadros de mudança" patente no âmbito do Plano Nacional da Arte, dinamizada pelo Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso. Turismo e eventos, conclusão da operação de manutenção profunda do Monte do Pilar com um destaque para a limpeza geral, o corte de ervado e a manutenção arbórea e arbustiva, foram retirados raizeiros de grandes dimensões com recurso a maquinaria

adequada. Os resíduos verdes foram transformados através do biotriturador e devolvidos à terra. Os caminhos pedonais foram limpos e renovados e os recipientes para o lixo reparados. Estes trabalhos envolveram diversos serviços do município, Espaços Verdes, higiene urbana, obras e ambiente e arqueologia. Processo terminado a tempo de receber os milhares de povoenses e fiéis que participaram no dia 19 de maio na procissão arciprestal.

Transição Digital e Modernização Administrativa, possibilidade de instruir pedidos de licenciamento de autorização e comunicações prévias através da plataforma de serviços online. Os requerimentos disponíveis são 64, dos quais 31 relativos à divisão de urbanismo e 33 relativos à Divisão de Gestão Administrativa desde Janeiro, deram entrada por esta via 220 processos, 212 do urbanismo, à data temos 621 utilizadores registados no portal de atendimento online.

Recursos Humanos foi assinalado o Dia do Trabalhador iniciou a primeira fase das atividades de bem-estar e a felicidade no trabalho. No âmbito projeto equilíbrio emocional. Foi constituída uma equipa de voluntários entre os colaboradores para promover o envolvimento de todos em causas sociais, fomentar ferramentas de motivação profissional, reforçar o espírito de equipa e sentimento de família profissional continuaram as visitas presenciais aos postos de trabalho pela equipa de medicina no trabalho foi feita a divulgação de notas informativas para sensibilizar para a prática de atos de vida saudáveis. Foram assinalados maio, mês do coração e o Dia Mundial sem tabaco.

Notas finais para referir o seguinte. No dia dezanove de maio, parecia-me a participamos na procissão arciprestal à Nossa Senhora do Pilar nos dias 25 e 26 de maio, a convite da Associação Franco-Portuguesa de Neuves Maisons Estivemos nesta localidade francesa no dia três de junho. Assinámos com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, um contrato de comodato para a cedência das instalações do Cine-Fórum - Espaço Cultural e Recreativo da Póvoa de Lanhoso. Foi informada a população nas redes sociais sobre a possibilidade do exercício de voto antecipado para as eleições europeias realizadas a 09 de junho. No dia 08 de Junho, recebemos o encontro Regional da Universidade Sénior de Rotary Informação financeira, execução orçamental da receita 12.546.449€ execução orçamental de despesa paga 9.363.170€. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto, as atividades apresentadas neste relatório são relevantes, essenciais para o desenvolvimento local do nosso concelho, e influenciam diretamente a economia, o bem-estar social e a preservação ambiental da nossa comunidade.

Ao priorizarem políticas e investimentos que promovam o crescimento, a qualidade de vida e a sustentabilidade, o nosso executivo contribui significativamente para o progresso e o sucesso da nossa região, do nosso concelho e dos nossos habitantes.

Senhor Presidente, após esta explicação expansiva destes dois meses de atividade, seria mais importante, penso eu, se calhar, também falarmos daquilo que será o próximo cartaz da Póvoa em Festa, também preparar um pouco, uma vez que esta assembleia, antecede aquilo que será a apresentação do programa, se nos pudessem falar um pouco sobre o programa, porque acredito que continuemos a apostar na prata da casa. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre este ponto um, a atividade do município, o PSD encontra-se inteirado e, no geral, valorizamos as atividades desenvolvidas.

Eu quero começar por um esclarecimento, quero esclarecer todos os presentes nesta sala, mas, acima de tudo, os jovens que levaram informação errada por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, quando disse que há 50 anos que é o tempo da democracia em Portugal, nunca se fez uma Assembleia Municipal jovem na Póvoa de Lanhoso, e se aqui o que há a esclarecer é a questão do português, vamos esclarecer a questão do português, porque há coisas que não posso deixar passar, claro. Porque entre 4 a 15 de outubro de 2010, no âmbito do centenário da Primeira República em Portugal, foi realizado um Parlamento jovem não se chamou Assembleia Municipal jovem, mas foi o Parlamento jovem e esse Parlamento jovem foi uma iniciativa organizada pela Câmara Municipal, em colaboração com a Assembleia Municipal e em colaboração também com os agrupamentos de Escolas. Eu penso que foi isso que foi a Assembleia Municipal jovem com a única diferença que vieram as moções à Assembleia Municipal, Porque dizer-se isso da forma como foi feito, deu a entender que os anteriores executivos nunca quiseram ouvir os jovens e isso não é verdade, acima de tudo, foi isso que eu interpretei das palavras e, portanto, queria começar por deixar este esclarecimento.

Queria também deixar uma palavra de felicitação ao novo Provedor, o professor Arlindo Coimbra e desejar-lhe bom trabalho e também de uma palavra de apreço para o anterior provedor, o Senhor Álvaro Oliveira, o Provedor do Idoso.

Sobre a rede viária, já chamamos a atenção várias vezes sobre a necessidade da requalificação da rede viária, mas eu queria falar claro da marcação da rede viária.

Existem várias estradas, e este assunto já foi chamado aqui à atenção, sem marcação desde o início do mandato já foi dada a explicação que aí haveria indisponibilidade de empresas foi dada precisamente há um ano, recordo-me perfeitamente, que a Câmara Municipal iria adquirir equipamento para fazer essa marcação. O que é certo, é que existem várias estradas, o senhor Presidente, sabe quais são certamente, que ainda estão sem marcação e muitas a marcação, falo de passadeiras, inclusive, sem marcação, isto representa perigo para os automobilistas e peões, portanto, acho que isto é uma prioridade do executivo municipal.

Chegou o verão e com o verão a abertura da época balnear, eu quero deixar aqui uma palavra de apreço e de felicitação à junta da União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude não só pelo galardão, à paria fluvial de Verim, praia acessível e praia para todos e qualidade de ouro, mas também para a inauguração do Centro Interpretativo e de Educação Ambiental que decorreu ontem domingo, é um projeto que visa a sensibilização ambiental e sustentável, mas também de valorização cultural do nosso património ambiental e paisagístico.

Queria aqui questionar sobre a questão das férias ativas, pelo que percebi, este programa de excelência do município e que era muito requisitado pelas famílias povoenses e elogiado, vai mudar de moldes ou seja, já não vai ser um serviço prestado pelo município mas por privados eu começava por questionar o porquê desta alteração e então como é que vai funcionar?

Sobre outro assunto que quero falar para terminar, para já, a minha intervenção é sobre a questão das eleições europeias. Houve uma novidade nestas eleições europeias que foi o recrutamento de técnicos de apoio à informática para dar apoio no dia das eleições, eu queria questionar o executivo municipal, qual o número de inscritos, ou seja, porque isto havia uma fase de inscrição através do site o IEPF, depois o IEPF reportava ao município o número de inscritos e depois o município é que tinha a responsabilidade de contratar, recrutar, selecionar esses técnicos de apoio de informática. Portanto, questionava o número de inscritos e depois quais os critérios de seleção destes 37 técnicos de apoio informático. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sem minorar a importância da extensa atividade desenvolvida no período, relativamente à atividade do município, gostaria de começar por destacar, como já tive aqui oportunidade de referir antes do início desta Assembleia, a importância da realização da Assembleia Municipal jovem evento inserido no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, à qual tive oportunidade de assistir e cujo trabalho

desenvolvido na sua preparação pelos alunos, professores e diretores dos agrupamentos de escolas concelhios e da EPAVE muito nos deve orgulhar. É sem dúvida um marco na nossa história democrática concelhia, todos esperamos que venha a dar os seus frutos, como garante de liberdades, participação cívica e debate político para assegurar a manutenção dos direitos, liberdades e garantias do regime democrático em que vivemos. Gostaríamos ainda de destacar em matéria de cultura, apresentação pública do caminho português de Santiago de Leon de Rosmithal que em muito nos engrandeceu e promoveu.

Não poderíamos ainda de deixar de passar em claro, até porque vossas excelências também o destacam no documento, aquele que tem sido um dos temas mais vinculados pelo CDS-PP nesta Assembleia, refiro-me ao Monte do Pilar e à operação de manutenção profunda levada a cabo no local. Seguramente todos os povoenses e turistas que, por lá passarem, agradecerão poder usufruir de um espaço mais cuidado. Agora que teve início ação concisa neste local emblemático, fica a sugestão para a melhoria de toda a sinalética informativa e de comunicação com quem o visita, com certeza que o Departamento de Comunicação do município estará à altura da tarefa e fará um excelente trabalho nesta matéria, como, de resto, já nos tem habituado nas suas ações.

Ainda no que respeita ao património, conforme consta do documento e foi também notificado nos canais de comunicação do município, todos sabemos que ocorreu uma reunião com os representantes do município de Caminha, mas a questão que se coloca, Senhor Presidente, é sabermos de forma sucinta se da referida reunião alguma conclusão surgiu e se estabeleceram algum tipo de protocolo como elencam, e bem, no relatório de atividade, os dados referentes aos processos submetidos por via digital, sobretudo os processos associados ao urbanismo. A questão que gostaria de lhe colocar neste âmbito, senhor Presidente, é se nos consegue dar nota do tempo médio de análise e informação aos requerentes nos referidos processos de urbanismo, ou seja, tempo médio de análise e da prestação da única informação. Eu não estou com isto a dizer que há algum problema, era só para termos uma perceção.

Para terminar e uma vez que a minha colega deputada já mencionou algumas observações de registo em matéria de PDM, gostaríamos de saber também em jeito de balanço, pré-férias, altura como todos sabemos, as coisas abrandam um bocadinho a nível da administração pública, se já dispõe de alguma atualização de custos e de timings previsionais para resposta da APA e para a concretização do projeto da Via Circular e o consequente arranque dos trabalhos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Deputado Luís Carvalho, é-me relativamente indiferente se o termo é este ou é aquele o Parlamento jovem tem uma estrutura diferente, tem um objetivo diferente, inclusive qualifica jovens para depois outras eliminatórias supraconcelhias, como saberá, mas de qualquer das formas, eu não vim cá disputar se fomos, se não fomos, eu vim cá evidenciar que, pela primeira vez em 50 anos, foi organizada uma Assembleia Municipal jovem. Isto é verdade, o formato é diferente, não é só uma questão de terminologia e o senhor deu aqui uma nota que ajuda a desfazer aquilo que tentou aqui passar. Só o facto de terem vindo cá os jovens apresentar as suas moções à Assembleia Municipal nunca tinha acontecido. Só o facto de terem vindo cá os jovens apresentarem as suas moções, a esta Assembleia Municipal e ao concelho, do meu ponto de vista, do ponto de vista do contributo e da participação cívica desses jovens, faz toda a diferença, podia-se chamar o que se chamasse, mas ouça, pode ficar com essa medalha à vontade que eu não estou à procura de medalha nenhuma, para mim o que é relevante, foi o facto de eles terem estado aqui. Terem dado o seu contributo, terem apresentado as suas moções, de nascer, se calhar ali o bichinho para se interessarem mais pelos temas da Póvoa de Lanhoso, daqui a trinta anos estão cá eles, ou 20 ou 10 até. Se calhar menos, eu disse 30, saiu-me o 30 porque há 30 anos atrás, eu tinha a idade dele, só por isso, é só essa a questão. Agora se é o Parlamento jovem se é a Assembleia Municipal jovem não tem esse interesse todo.

Rede viária marcações das estradas, estou de acordo consigo, 100%, portanto, precisamos de assegurar que o município tenha, precisamos porque decidimos fazê-lo, que o município tenha meios próprios para não depender de entidades externas, a entidade já agora que é a mesma que sempre serviu o município no passado, está com um tempo de demora de meses e meses e meses no início do mandato estivemos não sei precisar, mas talvez sete ou oito meses à espera das marcações na estrada de acesso aos Moinhos Novos, de Vilela, era a mesma empresa, portanto, nós decidimos e a informação que tenho é que vamos receber esse equipamento até ao final deste mês, portanto, está para muito breve, a informação que tenho é que esse equipamento estará disponível a partir do mês de julho para ser usado pelo município, de forma que não se dependa de ninguém. Ficámos, como já se percebeu pela estratégia do município, também, ficamos com outro grau de autonomia. Nós queremos estar cada vez mais autonomizados para determinar as intervenções, essa é uma delas, estou 100% de acordo consigo.

Férias ativas, explicar o programa de férias ativas, o senhor vereador provavelmente tinha previsto vir cá mas eu vou dar só uma explicação, depois se quiser acrescentar alguma coisa, com certeza, a intenção da Câmara Municipal este ano foi resumidamente, criar uma rede juntamente com outros parceiros que nos permita criar e assegurar um serviço mais alargado que chegue a mais famílias e a mais crianças. O município nos dois primeiros anos deu continuidade às férias ativas que vinham do mandato anterior, mas, para ser sincero, eu não me sentia totalmente satisfeito com

esse programa. Não me sentia totalmente satisfeito, não só pelos resultados, porque eu acho que podem ser melhores e têm que ser melhores, e devem ser melhores, mas, sobretudo, porque eu acho, e nós achamos que o programa tem que ser mais abrangente e mais democrático. O termo é mesmo esse, mais democrático, portanto, as pessoas poderem ter mais acesso e para terem o acesso em função da sua condição financeira e em função também daquilo que o município possa fazer para apoiar as famílias que tenham determinadas necessidades, por assim dizer, e é por essa razão que nós vamos atribuir um voucher a todas as crianças que estão abrangidas pelo escalão A em termos de escolaridade, digamos assim, existe o escalão A, existem outros escalões, nós vamos este ano num projeto já agora, que é um projeto-piloto, é o primeiro ano que vamos organizar as férias ativas desta forma, queremos que corram bem, como é evidente, falámos com todos os parceiros, temos parceiros que são entidades públicas, temos parceiros que são entidades privadas, centros de estudo, estamos em diálogo com eles e vamos manter esse diálogo ao longo do mês de julho e do mês de agosto, para assegurar não só o acompanhamento da Câmara Municipal, mas para percebermos aquilo que possa ser melhorado durante o próprio programa, portanto, os parceiros estão sensibilizados para isso. Eu acho que vai correr bem, acho que tem tudo para correr bem, mas o objetivo fundamental é mesmo nós chegámos a mais crianças e, portanto, eu não lhe sei dizer se vamos conseguir chegar a 200, a 250, a 300 crianças, mas tenho a forte convicção que vamos conseguir servir mais famílias e mais crianças do que acontecia no passado e esse é um dos principais objetivos. Claro que depois tivemos de assegurar junto dos parceiros que fazem parte desta rede que, por exemplo, as ofertas do programa férias ativas sejam similares do ponto de vista do conteúdo, do ponto de vista das atividades e vamos imaginar atividades aquáticas, por exemplo, depois não vamos discutir com o parceiro se a atividade aquática naquele dia pressupõe que o grupo de crianças vá à praia fluvial de Verim ou vá a Esposende, portanto, é preciso é assegurar determinada tipologia de atividades e que elas estejam asseguradas por todos os parceiros. E isso está discutido e está, na teoria, assegurado.

Eu tenho a convicção que vai acontecer dessa forma também, portanto, no fundo, o que quisemos foi alargar a oferta, garantindo, naturalmente, a qualidade da oferta e assegurando que o município para crianças com determinado perfil socioeconómico esteja em condições de poder prestar um apoio de um voucher semanal que terá um máximo de quatro semanas, isto é importante também falar sobre isto, quatro semanas, porquê? Existe a recomendação por parte do Ministério da Educação e das instâncias que tutelam os organismos que gerem os estabelecimentos de ensino e os programas também, existe a indicação que uma criança não deve estar "institucionalizada" doze meses por ano e, portanto, se tivermos em conta que temos um ano letivo, de dez meses, temos cerca de dois meses de período de férias de verão. Depois temos o período de paragem de Natal e de Páscoa, mas não estou a contar esse período, existindo dois meses de férias de verão, um desses dois meses deve ser em contexto diferente do

contexto de escola, do contexto institucional, portanto, a Câmara Municipal até para seguir essa recomendação atribuirá um máximo de quatro vouchers de quatro semanas, que podem ser usadas durante o mês de julho ou durante o mês de agosto, pois será em função da necessidade das famílias.

Um aspeto importante também tem que ver com as crianças com necessidades educativas especiais. Mantemos assegurado a possibilidade de as famílias que inserem crianças com necessidades educativas especiais, possam aceder ao programa férias ativas e possam talvez, em alguns casos, terem uma solução, como se compreende diferente, porque cada criança que tem necessidades educativas especiais têm necessidades diferentes e, portanto, nós poderemos ter de adequar a prestação deste serviço juntamente com determinada instituição, em função da necessidade da criança e isso poderá pressupor, naturalmente, que os meios que o município poderá ter de colocar à disposição sejam diferentes daqueles que eu acabei de explicar agora que são os tais quatro vouchers de valor similar, portanto, em relação às férias ativas, eu penso que passei a informação toda, mas depois se o senhor vereador quiser completar, está à vontade.

Em relação aos TAI, aos técnicos de informática da Câmara Municipal. Nós fizemos a articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, percebemos também, é importante dizer isto, percebemos também que este foi um processo difícil porque é novo, desde logo para o Instituto de Emprego e Formação Profissional e, portanto, as dificuldades que eles tiveram acrescentou dificuldades também aos municípios. Nós tivemos de solucionar problemas e encontrar resposta para as solicitações que nos foram chegando, muitas vezes em curtos espaços de tempo, mesmo assim, conseguimos garantir que as 37 secções de voto tivessem o técnico disponível no dia e conseguimos assegurar também que, do ponto de vista de formação, fosse assegurada essa formação, fosse no território da Póvoa de Lanhoso, fosse em territórios limítrofes e essa solução até decorreu de uma conversa entre os responsáveis do Instituto de Emprego e Formação Profissional e o próprio município, porque eles próprios também não tinham detetado que seria, talvez, interessante permitir que pessoas de Barcelos pudessem fazer a formação em Esposende ou em Vila Verde, no caso da Póvoa de Lanhoso, conseguiu-se dessa forma, assegurar que pessoas da Póvoa de Lanhoso pudessem fazer formação em Vieira do Minho ou noutros concelhos e, portanto, foi um processo novo. Foi um processo complexo, o que eu acho que tem as suas virtudes, porque, de facto, o voto em mobilidade é verdade que estará associado a determinado tipo de eleições, não é? Ninguém está a imaginar o voto em mobilidade em eleições autárquicas, porque isso é hoje é impossível, um dia não sei como será, mas hoje há de ser impossível, mas eleições como eleições presidenciais, por exemplo, poderão permitir o voto em mobilidade, europeias, já experimentámos isso. Eleições legislativas até poderão permitir o voto em mobilidade dentro do distrito, porque é o mesmo círculo eleitoral. Não sei se isso ajuda a combater propriamente a abstenção, mas eu acho que este é mais um passo no sentido

de nós caminharmos para encontrarmos novos métodos e novas soluções que facilitem o acesso dos eleitores ao ato eleitoral propriamente dito e, portanto, nesse aspeto eu acho que correu muito bem, aliás, se compararmos com as últimas eleições europeias há uma diferença notória e espero que em próximas situações que nós tínhamos de, juntamente com o IEFP organizar este tipo de atos eleitorais, com a necessidade de termos estes técnicos à disposição, o processo possa ser ainda mais fluído e mais eficazes, eventualmente, não tenho esses números, mas posso pedir, mas não tenho aqui comigo o número de inscritos, não tenho essa resposta para lhe dar, mas depois podemos fazer chegar por email.

Relativamente ao período médio de análise dos processos há uma alínea fundamental, é sabermos se esses processos, têm ou não de solicitar pareceres a outras entidades, portanto, vamos excluir os processos que têm que solicitar pareceres de outras entidades, mas isto é importante, porque, por vezes, há pessoas que discutem na praça pública que o meu processo demorou dois meses e o teu demorou seis meses, muitas vezes tem a ver com este simples facto de ter que pedir um parecer a uma entidade externa, a Câmara Municipal faz o seu trabalho, pede parecer e fica a aguardar, semanas ou meses, portanto, retire da equação os processos em que é necessário pedir um parecer a entidades externas pela informação que me deu o vereador Paulo Gago, andará dentro dos dois meses a dois meses e meio, em média.

Em relação à reunião com a Câmara Municipal de Caminha é muito simples. Nós herdámos neste mandato, como todos sabem, um dossier que se chama Ponte Eiffel e o dossier da Ponte Eiffel tem aqui na Póvoa de Lanhoso, cerca de trinta anos à volta de trinta anos e este executivo e eu próprio decidimos que não queremos ficar associados a uma espécie de inoperância que reinou durante estes trinta anos, em relação a esse, o termo é mesmo esse a inoperância, e, portanto, e abrange os trinta anos das duas, uma ou conseguimos criar condições para que a ponte possa ser instalada na Póvoa de Lanhoso e os orçamentos que temos não são nada convidativos. Estamos a falar de orçamentos na casa de um milhão de euros e, portanto, aquilo que eu tenho respondido a quem me tem perguntado por isso é que se nós tivermos um milhão de euros para gastar, provavelmente, vamos arranjar forma de o gastar noutra coisa, talvez mais útil do que numa ponte. A ponte pode ser muito importante, mas quem tiver um milhão de euros numa câmara para gastar do ponto de vista das prioridades, digamos que não é a nossa prioridade, gastar um milhão de euros do orçamento do município para instalar aquela ponte, portanto, ou encontramos outro mecanismo de financiamento que não se encontra muito fácil ou então, de facto, aquilo que tem de acontecer para sermos corretos também do ponto de vista legal, aquele património passou a ser do município da Póvoa de Lanhoso há trinta anos, mas do ponto de vista moral, existe aqui alguma expectativa gorada, não é? Relativamente à Câmara Municipal de Caminha que cedeu aquela ponte para que ela fosse instalada, e trinta anos depois, não está instalada. E, portanto, foi solicitada esta reunião por parte do senhor vereador da Câmara de

Caminha, e existe a vontade de que sejam criadas as condições para que a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora possam instalar eventualmente a ponte, portanto, esse diálogo está aberto. Não estou a dizer com isto que vamos decididamente devolver, já agora, aquilo que sobra da ponte, porque as peças da ponte não estão completas hoje, aquilo que falta é resolúvel, pelo que me tem sido explicado pelos técnicos, é resolúvel e é substituível, mas neste momento, estão duas soluções em cima da mesa ou devolver a ponte à origem com a garantia que ela vai ser instalada, porque sair daqui de estar armazenada para ir para Caminha e continuar armazenada não nos serve de coisa nenhuma portanto, com a garantia de ser instalada ou encontrarmos nós aqui uma solução e eu ainda não desisti dessa possibilidade, mas encontro-a cada vez mais improvável, mas ainda não desisti dessa possibilidade. Aliás, posso confidenciar, que recebi estes dias uma comunicação de um conterrâneo nosso da Póvoa de Lanhoso que manifestou interesse em colaborar no sentido de ajudar a encontrar uma solução para que a ponte possa ser instalada na Póvoa de Lanhoso. Eu vou tentar perceber que solução possa ser essa, vou tentar esgotar todas as alternativas possíveis, sendo certo que eu acho que nós temos todos, o dever, nós todos, enquanto responsáveis políticos, de não deixar que aquele assunto se mantenha por resolver durante mais de trinta anos, não faz sentido, portanto, eu gostava de ver o assunto resolvido neste mandato e penso que, de uma forma ou de outra devemos assegurar isso.”

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só uma nota ao deputado Miguel Pereira que falou no programa Póvoa em festa. Nós estamos a prepará-lo, naturalmente, vai começar a meio do mês de julho, irá até ao final do mês de agosto. Será mais uma vez, uma forma de nós recebermos os nossos emigrantes com as nossas tradições, a nossa cultura, teve também alguns momentos disruptivos que, naturalmente, vou guardar isso para a apresentação do programa e, naturalmente, termos também os momentos culturais, recreativos desportivos que já estão amplamente divulgados ao longo dos últimos dois anos e que irá ser mais uma, época de verão, em que todos nós nos vamos divertir, vamos cantar, dançar, pinchar, também faz falta e também ter os tais momentos culturais que são característicos das nossas tradições e, portanto, vamos também fazer essa promoção, brevemente ele irá ser apresentada ao público.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu trouxe este assunto das férias ativas, não foi por acaso, porque nós somos deputados municipais e representamos o povo e têm feito chegar através do povo, muitos descontentamentos sobre aquilo que a Câmara Municipal pretende fazer sobre as férias ativas. Eu quero deixar bem claro que não ponho aqui em questão a qualidade dos serviços que possam ser prestados pelos privados, pelas entidades externas. Claro que não é isso que eu ponho em questão, o que eu ponho em questão é que anteriormente, no programa anterior, uma criança sem escalão, pagava 40 euros. Uma criança com escalão A e B pagava 15 euros por semana, estou a falar por semana, e o terceiro escalão pagava 25 euros. Das ofertas privadas que existem, como é obvio não vou falar de nomes, existe uma a mais baixa de 22 euros e meio por semana, outra 35 e todas as outras são superiores a 50 e vão até 75 euros, existe o voucher de 40 euros de desconto sobre este valor para quem tem o escalão A ou seja, para quem não tem escalão aqui no padrão de ofertas dos privados, vai sair muito mais prejudicado financeiramente, porque antes pagava 40 e a maioria das ofertas dos privados ultrapassa esse valor. Se formos a falar de 40 euros por semana, é diferente de falar de 60 ou 70 e se formos a multiplicar pelas oito semanas do Verão, estamos a falar de uma diferença muito grande e depois também para quem tem os escalões, não é, porque antes quem tinha o escalão A pagava 15 euros agora vai ter o desconto de 40 euros nestas ofertas privadas, mas com um limite de quatro vouchers, ou seja, se for uma criança que queira as oito semanas do verão, vai ultrapassar muito este valor, portanto, isto é um aspeto, que está a preocupar as famílias do ponto de vista financeiro e, portanto, eu, enquanto deputado municipal, e ouvindo o povo, eu faço aqui um repto ao executivo Municipal para que faça os ajustes necessários a este programa. Entendo que, se calhar, voltar ao antigo já não vão reverter, mas o maior apoio financeiro por parte dos vouchers, pelo menos não torná-los limitados porque isto ajudaria financeiramente as famílias que sei que algumas já estão a procurar alternativas caseiras, quando digo caseiras, deixar as crianças com avós e tios, porque não têm capacidade para pôr nos privados.

Em relação às eleições europeias, o número de inscritos, eu sei e faço isso como compromisso de honra sei que foram superiores a trinta e sete e eu questioneei os critérios de seleção. O Senhor Presidente não me quis ou esqueceu-se talvez de responder, quais foram os critérios de seleção dos técnicos de apoio à informática e eu questiono isto porquê? Porque queria saber quais foram os critérios que levaram a que pessoas de determinadas freguesias se inscrevessem, mostraram-me o comprovativo, e falo de várias, pessoas qualificadas, licenciadas, e totalmente capazes para exercer a função e o porquê de nessas freguesias serem selecionadas pessoas de fora da freguesia. Eu não vou falar de nomes, porque não é o meu estilo, mas basta ver a lista de selecionados que foi pública e eu gostava de saber aqui quais foram os critérios que levaram a que pessoas que se inscreveram em determinadas Freguesias, totalmente

capacitadas para exercer a função, não foram selecionadas e foram selecionadas outras pessoas de fora da freguesia. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu ouvi com atenção o deputado Luís Carvalho, queria só chamá-lo dois ou três pontos, à atenção, que é importante, de facto, a preocupação do executivo neste programa de ocupação de tempos livres, foi dada uma maior resposta, quando o senhor disse que os valores que disse o ano passado e é verdade a semana tinha 40 euros de valor, depois para o escalão A tinha 15 euros, o senhor esqueceu-se de dizer é quantas crianças é que eram abrangidas por esse programa que era feito pela Câmara Municipal. E, portanto, esse programa que era feito pela Câmara Municipal, foi feito durante muitos anos, dava resposta a sensivelmente 60 ou 70 crianças, da vila ou de alguém que pudesse trazê-las à vila para fazer esse programa, todo o resto do concelho ficava sem nenhum tipo de cobertura, portanto, aquilo que aconteceu durante muitos anos é que, de facto, havia um grupo de crianças mais centradas na zona da Vila que tinham acesso a um serviço que a Câmara prestava. A Câmara presta qualquer serviço com verbas públicas e, portanto, nós temos que perceber o que é que conseguimos fazer para as crianças do concelho com essas verbas, o que acontece, e feita essa análise, com este programa, nós vamos conseguir ajudar crianças de todo o concelho que tenham, de facto escalão A, com os quatro vouchers no máximo, que o Senhor Presidente falou que correspondem cada um a 40 euros, portanto, a parte pedagógica que o Senhor Presidente já explicou, eu acho que toda a gente conseguiu perceber mas o que é facto é que a dificuldade não era só nas crianças que estavam aqui na vila, todo o concelho tem essa dificuldade há décadas, desde que há crianças. E o que nós achamos é que na rede, ou melhor, no concelho, há as IPSS's que já têm esses serviços que cada um deles faz os seus programas, e muito bem, e depois também há um conjunto de empresas, entidades privadas, que várias vezes solicitavam entradas, por exemplo, gratuitas, à piscina da Póvoa de Lanhoso que, por serem entidades privadas, não o podem fazer, portanto, na prática a Câmara Municipal, o que é que fazia? Fazia um programa desleal, porque usa meios de toda a gente para realizar um programa para determinado grupo de crianças que têm as suas inscrições feitas, mas que também não dava resposta total a toda a gente. E depois as IPSS's porque têm essa característica de ser IPSS's, têm acesso a qualquer meio do município de forma gratuita. Um centro de estudo que queira ir a jogo, digamos assim, se solicitar à Câmara Municipal a entrada nas piscinas da parte da manhã para um grupo de 10 crianças vai pagar a entrada de todas essas crianças todos os dias, o que, naturalmente depois obriga a ter um valor superior. Então o que é que

nós decidimos fazer? Pôr à disposição desta rede, rede de IPSS's e rede de entidades privadas, todos os serviços que o município tem de forma gratuita e, portanto, nós vamos conseguir receber as crianças destes vários grupos no Castelo da Póvoa de Lanhoso, no centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, na Casa do livro, às tantas mesmo até aqui no Teatro, nas piscinas, nos vários serviços no espaço jovem, vamos servir todas estas instituições que já estavam na rede, ao fim e ao cabo nesta rede de IPSS's, mas vamos fazer o mesmo com os centros de estudo, o que quer dizer que com isto, nós aumentámos em termos concelhios, a resposta que damos às dezenas ou centenas de pais que têm exatamente a mesma preocupação e depois o senhor está a fazer o gesto de dinheiro, que é verdade, é importante, repare com o mesmo valor que nós fazíamos o tal programa para as tais 80 crianças ou mais, mas não eram, eram mesmo menos, com o mesmo valor, nós conseguimos ajudar, neste momento, 250 crianças em todo o concelho.

Então, para que percebam, uma criança de Monsul, ou uma criança de Verim que tenha, ou um pai que tem necessidade de pôr o seu educando num programa de férias, tem neste momento, a possibilidade, porque já existia, de ir à Associação Em Diálogo no polo de Monsul e inscrever a sua criança, mas se tiver necessidades, a quem é que nós devemos ajudar mais? As famílias que têm, de facto, uma carência económica. Quem é que define esse critério? O Ministério da Educação, a Ação Social, que vai definir o critério da atribuição de valor, depois a outra parte também que o Senhor Presidente falou há bocado, nas crianças com necessidades especiais e aqui permita-me dividi-las em dois grupos, as crianças com necessidades especiais em termos de saúde que já estão referenciadas no sistema de ensino e as crianças também que têm dificuldades sociais que às tantas até não têm escalão A, mas estão sinalizadas pelos serviços sociais do município, casos da CPCJ e etc., portanto, essas crianças também vão ter essa possibilidade. Então o que acontece é que nós, neste momento, temos uma rede de parceiros, que beneficia crianças do centro social de Garfe, de Taíde, de Verim, de Monsul, Monsul na Associação em Diálogo em Monsul e no polo aqui da Póvoa de Lanhoso, a Santa Casa da Misericórdia que já estavam a dar essas respostas há anos, mas que também já tinham crianças com carências económicas e essas vão poder ser ajudadas e, para além disso, permitimos que os tais centros de estudo possam vir a jogo, fazer um programa mais completo, mais variado, como dizia o Senhor Presidente, e bem, nós vamos naturalmente estar a par de tudo o que se vai fazendo. Os programas estão a ser todos trabalhados com os parceiros. A Câmara Municipal, naturalmente, vai acompanhar precisamente, porque pelo que o senhor Presidente da Câmara há bocado disse e eu vou repetir, este é um projeto piloto, e é piloto porquê? Primeiro, porque nunca se fez, depois não é o fim das férias ativas, poderá ser, o programa férias ativas tem um regulamento próprio e, portanto, neste momento, nós pusemos o programa férias ativas em suspenso, e decidimos criar esta rede.

Também já temos, repare o senhor ouviu a população a queixar-se, nós ouvimos por acaso, outra população que nos deu os parabéns e que nos felicitou, e até já temos mais centros de estudo a dizer que estão disponíveis para o ano poderem aderir a esta rede. Naturalmente que nós não temos essa presunção de dar solução a toda a gente, vamos é, naturalmente, com um valor financeiro considerável que é de todos, distribuí-lo de forma mais justa, mais equilibrada, por forma a que até a primeira pergunta que eu acho que devia ter feito, que é quantas crianças na Póvoa de Lanhoso precisam de programas de ocupação de tempos livres? Ninguém nesta sala sabe responder, porquê? Porque cada instituição faz o seu, sempre fez o seu. Com esta criação da rede, nós conseguimos até no final do verão ter uma perceção daquilo que foram as vagas, aquilo que foram as pessoas que não conseguiram aceder este ano, mas que às tantas para o ano vão ter essa resposta, portanto, o programa foi pensado para todos e não para os da vila ou para aqueles que possam vir à vila, e quando o senhor fala sim, de facto, dos valores há programas que têm de valor por semana de 22 euros, mas podem incluir pessoas, há um, como também só há um de 75, não é? Mas repare se uma pessoa, eu até vou passar para o escalão maior. Se há uma instituição que tem uma semana de 75 euros e, naturalmente, nós não podemos impor os valores aos parceiros, isto depois é a regra do mercado, nós temos é a obrigação de ajudar e, portanto, na prática, repare os 75 euros se for um escalão A vai ter um subsídio, ou um voucher de 40 e vai pagar 35 euros e antes pagava 15, seis ou sete crianças, quantas é que estavam lá? Eu depois posso-lhe dar essa relação do escalão A, e eram só para o tal núcleo da vila, e neste momento vamos incluir no critério todas as crianças que têm escalão A. Todas as crianças que têm escalão A e que, naturalmente, queiram inserir os seus filhos nos programas de ATL. E quem não tem escalão A, tem a possibilidade na mesma de ir a essa rede, que antigamente não tinha e, portanto, continuamos a ter uma oferta maior. Penso que está esclarecido, se tiver mais alguma dúvida tenho todo o gosto em poder responder. Muito obrigado.”

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre os TAI responder de forma muito sucinta, o critério foi simplesmente seleccionar em função da maior brevidade possível, que era aquilo que nos tinha sido solicitado pelo IEFP. Portanto, nós tentámos fazer a seleção o mais breve possível para dar resposta ao IEFP e cumprir com aquilo que estava previsto também nas instruções que recebemos da administração eleitoral, portanto, é um critério como outro qualquer, não é? Não lhe serve de critério. Eu fui claro em relação à minha resposta, se os senhores não gostaram da resposta, já não posso fazer nada.”

Depois o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Mais uma vez digo que não coloco em causa a qualidade dos serviços privados. Vamos colocar aqui uma oferta de um privado de 75 euros, agora com o desconto de 40 euros no voucher, que só tem quatro, paga 35, antes pagava 15.

Já falámos aqui que cerca de 60 ou 70, mas também nós temos que ver que o centro teresiano, a Associação em Diálogo anteriormente já tinham aquelas vagas, já estavam ocupadas, o que se assiste é que há falta de vagas, em primeiro lugar, e o que se assiste é que há pessoas e famílias que não podem comportar estas inscrições, não podem, porque eu quero dar o exemplo que você não me deixou concluir. Pegámos no exemplo de 75 euros com o desconto de 40, fica a 35, antes era 15, quatro vouchers. A partir dos quatro vouchers vai pagar os 75, ou seja, fazendo aqui as contas, dá uma diferença muito grande. Se vamos pegar num exemplo de pessoas que não têm escalão e é bom que se diga que as pessoas podem pagar anteriormente, podiam pagar os 40 euros e agora, se calhar, pagar estas ofertas privadas é bem diferente.

Vou dar aqui um exemplo numa oferta de 75 euros anteriormente, 40 euros vezes as oito semanas dá 320 euros agora se for pagar os 75 euros vezes as oito semanas dá mais 280 euros.

Relativamente à questão das eleições europeias. Senhor Presidente, você deu-me esses critérios, eu não os aceito. Os critérios de seleção ficaram muito bem patentes na lista que foi publicada dos técnicos seleccionados e quem não me estiver a compreender que a consulte. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou tentar prestar um esclarecimento, até porque já percebi que a Câmara Municipal explicou duas vezes, o senhor deputado Luís Carvalho das duas vezes não percebeu, e eu vou tentar, numa linguagem mais simples.

Mas dizia que ficou claro que só podem ser utilizadas quatro semanas não oito, portanto, essa conta que o senhor faz, pois ainda continua, com estranheza em relação a esse facto, o senhor ainda não percebeu de todo, mas deixe-me que lhe diga um aspeto, com franqueza. Eu do ponto de vista do princípio, também sou contra, porque sou socialista e do ponto de vista do princípio, sou contra, o que é de estranhar é que o senhor não seja a favor do ponto de vista do princípio, porque, do ponto de vista do princípio, o senhor devia estar todo contente em relação a esta delegação de competências da Câmara Municipal.

Em relação aos técnicos de apoio informático. Eu gostava de realçar e eu beneficieei desta inovação fui votar à minha freguesia de coração que Frades, funcionou às mil maravilhas e o dado que devia ser realçado é precisamente esse, foi o facto de a Câmara Municipal, ao contrário daquilo que aconteceu em vários municípios e foi noticiado isso mesmo, a Câmara Municipal conseguiu organizar o processo com competência e os resultados são aqueles que todos nós conhecemos, e eu lamento que vocês procurem dados que ninguém percebe à volta de uma questão que é tão simples quanto esta. Obrigado.”

Depois o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto um.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, devido ao adiantar da hora e uma vez que ainda só tinham debatido o ponto um da ordem de trabalhos, colocou à consideração do plenário o encerramento da sessão e a continuação da mesma no dia seguinte às 20h30. Informou que a proposta da mesa foi aprovada por unanimidade, encerrando a sessão.

Continuação da sessão da Assembleia Municipal de 24 de junho de 2024 realizada a 25 de junho de 2024

Aos 25 dias do mês de junho do ano de 2024, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado pelo primeiro secretário José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e segunda secretária Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso para continuar os trabalhos iniciados no dia anterior, 24 de junho de 2024.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Joaquim Armando da Silva Fernandes; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Álvaro da Silva Vieira; Clarisse Cardoso de Matos; Pedro Vale da Silva; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Marta Maria da Cunha Vieira.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sónia Manuela Baptista Guimarães; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; Sérgio Matias de Sousa Reis; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Rita Catarina Branco Teixeira e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Pedro José da Silva Baptista.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 e 25 de junho de 2024 relembrando que a reunião do dia anterior tinha terminado com a deliberação do ponto um da ordem de trabalhos, pelo que passou ao ponto dois. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Trazemos então, como já é habitual, ao conhecimento de todos e para que fiquem inteirados o trabalho realizado e a execução orçamental da EPAVE relativa ao primeiro trimestre de 2024 o que corresponde exatamente ao segundo período da escola. Dar-vos nota só em termos muito sintéticos que foi um período conturbado, porque ainda não temos aprovada a candidatura do financiamento da formação, já tinha partilhado convosco na última reunião que o aviso do Pessoas 2030 estava com atrasos. O aviso foi apenas publicado em março, a candidatura foi submetida em abril. Neste momento, apesar de termos a informação de que precisariam de cerca de sessenta dias para analisar a candidatura, neste momento, ainda não temos um resultado dessa candidatura, por isso, neste trimestre que estamos aqui em apreciação, continuou a escola a funcionar com base na portaria que saiu no final do ano anterior que permite a estas escolas profissionais funcionarem com adiantamentos nos valores idênticos aos dos anos transatos.

Assim sendo, a EPAVE apresenta um relatório de execução da receita de 25%, com base nestes pressupostos que partilhei aqui. E também uma, despesa que se não contemplarmos, a despesa afeta que está aqui, a receita afeta ao desenvolvimento do centro tecnológico especializado, que não teve execução neste primeiro trimestre, seria de 23%, por isso, estamos em condições de partilhar convosco que tanto da parte da execução da receita como da despesa num trimestre, estamos com valores muito adequados, portanto, tanto em termos da receita como da despesa, 23%, 25%, são valores muito equilibrados.

Neste momento, dizer-vos também que, em termos de informações, para além deste relatório, dar-vos conta que já estamos num processo de divulgação de oferta formativa da escola, sendo que este ano estamos a divulgar curso de cabeleireiro, instalações elétricas, mecatrónica automóvel, animador sociocultural, manutenção industrial, eletrónica, automação e computadores. E estamos também já como o concurso público lançado para o Centro Tecnológico Especializado, que é um processo complexo, complexo em si mesmo e complexo também, porque a própria escola não tem, digamos assim, recursos especializados para a envergadura deste processo e tem sido um processo com alguma dificuldade em termos de gestão, mas, neste momento, está a

decorrer o concurso e temos alguma expectativa de que as coisas muito em breve entrem em fase de execução. E relativamente ao relatório é isto que queria partilhar convosco, estou disponível para esclarecimentos que queiram.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ora, relativamente ao relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2024 da EPAVE começo por dar nota que o CDS se encontra inteirado do seu teor.

Em matéria de educação e formação profissional e uma vez que nos encontramos no final de mais um ano letivo, é tempo de balanço e de preparação para o próximo ano, como esta é seguramente uma preocupação partilhada por encarregados de educação e alunos que agora terão de optar sobre como prosseguir os seus estudos, apostando na qualificação académica que lhes abrirá as portas do mercado de trabalho no futuro, aliás, como os próprios tiveram oportunidade de aqui ontem apresentar sob a forma de moção, gostaríamos de questionar o executivo relativamente aos resultados globais dos alunos da EPAVE que agora terminaram o ciclo de estudos e quais os rácios de empregabilidade previstos para os mesmos?

Analisando ainda a oferta formativa da EPAVE para o próximo ano, vemos que irão previsivelmente, como a senhora vereadora já aqui referiu, abrir os mesmos cursos deste ano a mecatrónica automóvel, o curso de cabeleireiro, eletrónica, a manutenção industrial, cursos que já existiam no ano passado, aos quais se juntam ainda a oferta de cursos de instalações elétricas e animador sociocultural, se não me falha nenhum, pelo que gostaríamos de saber se foi elaborado, para além disto, algum plano curricular para a possível abertura de cursos nas áreas, por exemplo, de hotelaria e turismo. Como já aqui falamos noutras alturas, no âmbito da filigrana ou até mesmo com este último plano do desenvolvimento da agricultura e meio rural, se estão a prever alguma coisa associada?

E gostaríamos, também ainda, de saber quais as ações já desenvolvidas e quais os resultados do protocolo celebrado no ano passado com a Escola de Hotelaria de Viana do Castelo, no âmbito do programa de formação mais próxima, se houve algum desenvolvimento nesta matéria? Porque, como todos sabemos, o turismo é um setor económico com elevada escassez de recursos humanos qualificados e onde se prevê bastante investimento nos próximos anos, o que será no nosso entender, porventura, bastante proveitoso em matéria de empregabilidade dos alunos, como é preocupação destes. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Rita Teixeira.

Interveio a deputada Rita Teixeira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao relatório de execução orçamental da EPAVE precisamente quanto ao primeiro trimestre deste ano, 2024, os resultados apresentados, tendo em conta o período em análise, são satisfatórios, estando vertidas as fontes de financiamento da receita, o Fundo Social Europeu e o contrato programa das Atividades de Enriquecimento Curricular. Assim, como elucidação referente ao adiantamento às escolas provenientes do orçamento da DGEstE, no sentido de minimizar os constrangimentos derivados, dos atrasos na abertura do quadro comunitário Portugal 2030, tendo conhecimento que até à próxima sessão da Assembleia Municipal, será apresentada a prestação de contas da EPAVE de forma a refletir o contrato vinculativo que permita o subsídio do ano letivo 2023/2024, eu questiono se estas sucessivas prorrogações irão afetar a atribuição dos subsídios, uma vez que não dispomos de documentação que ateste essa impossibilidade. Posto isto, o grupo parlamentar do PSD tendo em conta o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, quer dizer que apenas está inteirado. Muito obrigada pela atenção.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à vereadora Fátima Moreira para resposta.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando pela última questão, da senhora deputada Rita, dar conta que nós, enquanto a EPAVE e também o município, já solicitámos informação e autorização ao Tribunal de Contas, no sentido de podermos apresentar as contas e consolidarmos as contas mais tardiamente. Neste momento, temos autorização do Tribunal de Contas relativamente às contas da EPAVE que a sua aprovação pode acontecer até 31 de julho de 2024, ou seja, mais um mês. E relativamente à consolidação das contas, um pedido feito pela Câmara Municipal que essa consolidação pudesse ser apresentada até setembro. Por isso, tendo esta validação do Tribunal de Contas, não há nenhuma implicação em matéria dos processos, até porque o próprio Tribunal de Conta compreende as razões, não são razões do funcionamento da EPAVE mas da gestão do programa Pessoas 2030.

Relativamente às questões do senhor deputado Pedro Afonso, dar conta que tanto as taxas de sucesso, como os rácios de empregabilidade na EPAVE eu não consigo quantificar, mas nós temos em termos do portal da EPAVE o relatório da qualidade e do selo EQAVET tem estes dados em pormenor relativamente tanto à taxa de

empregabilidade como do sucesso. Sei que são dados muito positivos e que fazem com que tínhamos a renovação do selo EQAVET e também em termos da apreciação que foi feita no âmbito da candidatura ao CTE pontuado estas duas qualificações como estando, digamos assim, valorizadas ao nível do desempenho que a EPAVE tem tanto no rácio como no outro.

Relativamente aos espaços curriculares, na área de hotelaria e da agricultura. Sim, nós temos pensado, e mesmo em termos de concelho de administração, temos pensado em outras alternativas que vão além daquelas que estão muito orientadas para a parte industrial, sendo certo que nós temos agora em termos de obrigatoriedade, uma vez que temos financiado um CTE na área industrial, a ter uma percentagem dos cursos orientada para essa área e daí a questão também dos cursos que apresentámos, porque eles, depois também têm que ser aprovados, mas sim, até porque a EPAVE tem alguns recursos nesta área, na área de hotelaria que acreditamos também que devem ser rentabilizados e neste sentido, estamos também já na Constituição do Conselho Consultivo em que vamos ter agentes também desta área no sentido de tentar encontrar formação para estas áreas que aqui evidencia, tanto na área de hotelaria como turismo e na própria agricultura. Podem é não ser neste formato que estamos agora a desenvolver, pode ser noutro tipo de formato, formação modular, formação em outro contexto, mas propiciar esta formação, está também nos nossos horizontes, em termos de Conselho de Administração.

Relativamente à formação na filigrana dar-vos conta também que vai muito em breve funcionar no espaço da Casa da Botica, na cave, o centro CINDOR, estamos neste momento já em contacto, já fizemos uma reunião muito recentemente, com CINDOR aqui estamos agora em condições, uma vez, conseguimos o espaço vago, fruto também de algumas alterações que hoje até vamos aqui aprovar em termos de mobilização de alguns serviços, estamos em condições então de criar um espaço para receber aqui o centro CINDOR que nos vai propiciar então a formação já muito esperada na área da filigrana.

Relativamente à formação e ao protocolo com a Escola de Hotelaria de Viana do Castelo. Este protocolo está mais a ser desenvolvido na área do turismo e tenho nota que não temos dados sobre este protocolo, mas depois numa próxima sessão, traremos dados então sobre a execução deste protocolo. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto dois da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2024 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 2.º semestre de 2023, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No fundo, este ponto acaba por apresentar informação que se pode considerar redundante, que nós estamos a falar do mesmo tipo de informação que foi apresentada quando discutíamos a prestação de contas do ano 2023 aqui na Assembleia Municipal. Há a particularidade de, sendo este ponto e esta informação da responsabilidade do auditor externo que é nomeado pela Assembleia Municipal de conjugar este documento, o segundo semestre de dois 2023 e o exercício de todo o ano 2023 e, portanto, é uma informação que já foi discutida na Assembleia Municipal, mas, se houver alguma dúvida, nós podemos esclarecer. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como o senhor Presidente de Câmara disse e muito bem, acaba por ser um ponto redundante em termos de informação, até porque já apreciamos a totalidade do ano de 2023 e aqui estamos só a falar de um parecer que se vincula a um semestre. No entanto, a quando da discussão do relatório de gestão e contas tivemos oportunidade de vermos aqui alguns rácios que tinham baixado como o da liquidez, o endividamento tinha aumentado, naturalmente, iremos todos acompanhar esta situação, só que ficaram aqui duas questões que, entretanto foram reportadas aos serviços para esclarecimento, mas as dúvidas mantêm-se e eu vou tentar aqui explicar o motivo da dúvida para ver se saímos daqui com as devidas elucidações.

Como falei na última assembleia aquando da discussão do relatório de gestão e contas de 2023, há uma verba que está definida como não especificada no valor de 13 milhões e 400 mil euros e o Senhor Presidente, e muito bem, quando interpelei disse que iria questionar aos serviços, os serviços vêm informar que, nesse montante estão inseridos valores como o Fundo de equilíbrio financeiro, o IMI, o IMT, as participações em IVA e em IRS e que não se consegue aqui fracionar as receitas da mesma maneira que são fracionadas as despesas e, como tal, não consegue distribuir de uma forma diferente o quadro que é apresentado.

Qual é o motivo que me faz trazer aqui novamente, a questão? É o seguinte, se formos então a esse quadro, nós vemos que, a nível de alguns serviços que tramitaram para a delegação de competências da Câmara Municipal, nomeadamente a educação, a saúde, e a ação social, o quadro espelha rendimentos menos despesas, portanto, o saldo líquido para a educação, teríamos um valor negativo de cerca de um milhão setecentos e cinquenta mil euros; na saúde, um valor também ele negativo na ordem dos vinte cinco mil euros e na ação social também um valor negativo de setecentos e sessenta e cinco mil euros, portanto, somando estes três valores destas três delegações, teríamos aqui um montante negativo na ordem de 2,5 milhões.

Já tivemos oportunidade de questionar como é que se estavam a comportar as delegações de competências em termos de equilíbrio financeiro e foi-nos dado nota que tudo estaria equilibrado. No entanto, este equilíbrio não está espelhado no relatório e o que eu queria perguntar até para que nós todos possamos compreender e não termos que trazer cá novamente esta questão, é como é que o executivo fraciona as receitas, ou seja, lança mão de que mecanismo para fracionar as receitas e para saber os montantes efetivos de saldo de cada uma das três delegações de competências? Esta é a dúvida sobre os 13,4 milhões.

No que diz respeito a outra questão também lançada e que também foi esclarecida pelos serviços, nós temos vindo anualmente a aprovar um valor de poupança anual de exatamente setecentos mil euros para a concretização do projeto da Via Circular urbana. Verificamos então na documentação que nos foi enviada que no saldo de conta bancária, só havia um acréscimo de 2022 para 2023 de apenas 105 mil euros. Foi questionado isto aos serviços e os serviços referem para não olhar para esta questão, só do ponto de vista de tesouraria, mas para olhar também para a questão se está ou não vertido em orçamento, sabemos que o está, a questão, e sabemos também nós que a gestão de tesouraria é um pilar fundamental, até porque nós temos que ter garantia de deter fundos suficientes para cumprir com as obrigações e que a liquidez tem que lá estar, portanto, a nota que queria deixar é se efetivamente está garantido que quando o dinheiro, o montante precisar ser mobilizado, se está lá para mobilização? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, referente ao segundo semestre do ano 2023, gostaria de dar conta a esta assembleia que CDS-PP se encontra inteirado do seu teor. Uma vez que a informação prestada pelo Revisor Oficial de Contas dá nota que as finanças do município se encontram em equilíbrio contabilístico, dentro

dos parâmetros legalmente admissíveis, entende o CDS-PP não tecer pronúncia adicional nesta matéria.

Gostaria apenas de deixar uma nota de alerta para a questão da dívida do município que deveria, no entender do CDS-PP, ser alvo de uma gestão mais rigorosa, tendo em vista uma diminuição acentuada da mesma. Não, porque não esteja, obviamente, dentro dos parâmetros admissíveis, não poderia ser de outra forma, mas porque desse modo, permitir-nos-ia aumentar a capacidade de endividamento disponível ao município. E digo isto porquê? Caso se verifique a expectável aceleração da execução do PRR bem como o arranque efetivo do programa Portugal 2030, os quais seguramente, irão publicar inúmeros avisos de programas aos quais o município se poderá candidatar e com essas verbas, obviamente, suprir as inúmeras debilidades que ainda existem no nosso concelho, não devemos, por isso, esquecer que, para além da atenção dispensada aos programas, e que têm vindo a ser elaboradas algumas candidaturas, a elaboração atempada de candidaturas, também temos que garantir a nossa quota-parte de verbas, sendo para isso necessário possuir uma almofada financeira tão maior quanto possível, sob pena de nos vermos depois limitados na ação. Fica, portanto, o alerta. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação à questão, a última questão do deputado Pedro Afonso. Evidentemente, a Câmara Municipal, geralmente para compartilhar as candidaturas que possam vir a ser contempladas no futuro, tem sempre uma de duas soluções, que é aquilo que tradicionalmente acontece, através de fundos próprios ou recorre a financiamento, portanto, não é nada diferente daquilo que sempre aconteceu. E já agora, no recurso a financiamento, existe também um mecanismo, como todos saberão, que é a possibilidade, de os municípios recorrerem ao Banco Europeu de Investimento que assegura financiamento, sem que seja tido em conta para efeitos de dívida, também temos histórico nesse sentido, portanto, eu diria que temos três tipos de soluções diferentes para esse tipo de necessidades.

Relativamente aos valores que a deputada Fátima Alves apresentou sobre a educação sobre a ação social e a saúde, é evidente que o facto de estarmos a falar de um valor que, em termos globais, ascende a dois milhões e meio, nada tem a ver, ou melhor, não está diretamente exclusivamente relacionado com a delegação de competências. Quando estamos a falar de 1.7 milhões na área da educação, estamos a falar da delegação de competências e tudo o resto que já é responsabilidade da Câmara Municipal. Quando estamos a falar da área da saúde, fazemos o mesmo exercício e na

ação social, o mesmo exercício, portanto, é uma análise global, é um valor global onde estão inseridas, digamos, todas as verbas que dizem respeito à delegação de competências que fomos assumindo ao longo destes últimos anos, portanto, não podemos fazer uma análise parcial, temos que fazer uma análise global de tudo aquilo que é o universo de intervenção da Câmara Municipal nestas três áreas.

Em relação à via circular e ao valor da via circular, como eu dizia há bocadinho em off, agora, quem está em casa não me ouvia, portanto, repetirei o que disse há bocadinho a resposta está precisamente na sua pergunta, porque nós não podemos analisar apenas do ponto de vista da tesouraria, temos que analisar do ponto de vista orçamental e do ponto de vista orçamental, está assegurado da mesma forma que está previsto o valor no plano, portanto, é isso que conta para efeitos técnicos. Pergunta, mas isso significa que tem tradução direta em termos de orçamento? É evidente que tem que ter, portanto, a questão tecnicamente não se coloca, politicamente muito menos, toda a gente sabe a prioridade que esta obra tem e que este objetivo tem para este executivo. Tecnicamente é uma questão orçamental e não de análise de tesouraria.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente então à educação, saúde, e ação social, podemos assumir que, de uma forma global, temos uma derrapagem de 2,5 milhões ou no global estão equilibrados?”

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, e no uso da palavra referiu:

“Estamos a falar do custo que tem para a Câmara Municipal essas três áreas, não é um passivo.”

Interveio a deputada Fátima Alves e no uso da palavra referiu:

“Mas que tem essa ordem de ideias? Aqui está lançado o rendimento menos gasto, um salto, um balanço, é isso que está...”

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, e no uso da palavra referiu:

“A despesa global dessas três áreas, é essa a informação que nós temos, a informação que podemos prestar, a interpretação que possa fazer da informação...”

Interveio a deputada Fátima Alves e no uso da palavra referiu:

“Vou só terminar então a minha intervenção. No relatório de gestão de 2023, são apresentadas três grelhas, uma de rendimentos, uma de despesas e uma de rendimentos menos despesas. Eu estou-me a referir a rendimentos menos despesas, é o balanço das

atividades, portanto, eu vou deixar esta questão em aberto e pedia-vos se fizeram o favor de verificação.

Relativamente aos setecentos mil euros, senhor Presidente, eu vou traduzir isto de uma forma simplista, eu traduzir num orçamento setecentos mil euros, não quer dizer que os tenha numa conta bancária para utilizar. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada, eu aceito essa declaração, principalmente vinda de si, portanto, quando estamos a falar das contas do município, as contas batem certo.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto três da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 2.º semestre de 2023, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística destinada a Centro de Recolha Oficial de Animais, para os efeitos previstos no artigo 25º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, e nos termos previstos na alínea k) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra ao vereador, Paulo Gago, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O presente ponto coloca à consideração desta assembleia o reconhecimento de interesse público municipal do projeto do centro de recolha oficial de animais, vulgo CROA, já aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara de 27 de maio, conforme resulta da documentação instrutória do ponto, o prédio onde se pretende erigir o CROA insere-se em Reserva Agrícola Nacional, no entanto, o Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, admite a título excecional, utilizações não agrícolas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público. Com vista à concretização deste desiderato, o pedido de autorização a remeter à entidade que tutela a RAN deverá, entre outros, ser instruído

com declaração emitida pela Assembleia Municipal do concelho, onde se pretende realizar a ação comprovando que o projeto é considerado de interesse público municipal. Assim, considerando que, conforme resulta do conhecimento, geral, a problemática do abandono de animais de companhia continua bem presente na nossa sociedade, pondo em causa o bem-estar dos animais, a segurança das populações, bem como a saúde pública, a legislação vigente e aplicável determina que as câmaras municipais são responsáveis pela captura de animais errantes, proibindo, naturalmente, o seu abate como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização. Por outro, estatui ainda a obrigatoriedade de os municípios possuírem CROA, seja de forma autónoma ou em associação com outros municípios, como será também do conhecimento dos senhores deputados, as atuais infraestruturas de apoio à causa animal estão sobrelotadas e obsoletas, comprometendo por completo o seu propósito a que acresce o facto de não possuírem um espaço destinado a outros animais que não os de espécie canina, o que implica uma incapacidade de resposta aos pedidos de apoio para muitas das situações.

À presente data contabilizam-se cerca de 100 canídeos, alojados no canil da Póvoa de Lanhoso e aproximadamente 30 dispersos por famílias de acolhimento temporário, sendo certo que o número de pedidos de recolha excedem em larga medida o número de adoções, pelo que se verifica uma constante situação de sobrelotação, caracterizada a necessidade de procedermos à criação do CROA.

Devemos então atentar às características do terreno com a área de 7.540m² que, conforme resulta da documentação instrutória do ponto, foi doado de forma completamente altruísta ao município da Póvoa de Lanhoso para concretização desse fim. Nestes termos, o terreno está classificado na sua totalidade, como espaços verdes de utilização coletiva, o UOPG 11, sendo que, na sua génese, a proposta de reconhecimento vem de encontro às linhas orientadores do PDM em vigor, uma vez que propõe a criação de um equipamento de utilização coletiva enquadrada no regulamento do PDM, acresce que o terreno é servido pela rede de saneamento e a próxima ligação à rede de abastecimento de água, infraestruturas obrigatórias para a execução do projeto e a sua localização, encontrando-se a habitação mais próxima a cerca de 100 metros do local, o que permite um equilíbrio entre a centralidade da infraestrutura para visita de pessoas putativas adotantes e de voluntários, e a mitigação da incomodidade resultante da atividade do CROA.

Pelo supra exposto, colocámos à vossa consideração o reconhecimento de interesse público municipal do projeto do centro de recolha oficial de animais que, e é claro, mais uma vez e para terminar, é um equipamento de extrema importância para o controlo sanitário da saúde pública e do bem-estar animal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta de reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística destinada a centro de recolha oficial de animais inteirado que está do teor da mesma e nada tendo a opor quanto à validade do propósito a que a proposta se destina, o CDS votará favoravelmente.

Contudo, deixamos desde já como recomendação ao executivo a conceção e execução de um projeto devidamente adaptada à realidade concelhia e cuja génese não vise só a adequada garantia de condições proporcionadas aos animais, previstas na lei, como também à sustentabilidade financeira do município, não entrando em excessos de despesa desnecessários provocados por um eventual sobe dimensionamento de instalações. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, em representação da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, Gabriel Meira.

Interveio o deputado Gabriel Meira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de iniciar este ponto, gostaria de agradecer aos jovens e dar-lhe os parabéns, que ontem marcaram aqui presença. Felizmente e ainda bem, os jovens abandonaram a Assembleia Municipal no final das suas intervenções, porque se o objetivo destas participações é aproximar os jovens à política, correríamos sérios riscos de não o conseguir.

Relativamente ao ponto quatro, proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público municipal da operação urbanística destinada ao centro de recolha oficial de animais, tecemos as seguintes considerações.

O centro de recolha oficial de animais é um equipamento de extrema importância para todo o concelho, ainda mais quando as instalações do canil existente são indignas, portanto, é indiscutível que o nosso concelho precisa de uma nova solução de acolhimento para os animais. O terreno foi doado para este fim em agosto de 2023. Sem que houvesse uma prévia consulta à Junta de Freguesia, onde se insere a parcela doada nem às comissões permanentes da Assembleia Municipal em matéria de ambiente e planeamento, estão aqui representadas todas as juntas de freguesia do nosso concelho que se tivessem com esta situação em mãos, queriam de forma consciente, e responsável, consultar e auscultar as suas gentes sobre este tema tão sensível.

Acréscce ainda que, em fase de análise da doação, poderiam e deveriam ser ponderadas outras soluções pelo executivo municipal, até porque soluções existem num concelho marcadamente rural.

Tendo em consideração estes pressupostos a liderança do grupo parlamentar do PSD deixou à consideração ontem, dia 24 de junho do senhor Presidente da Câmara Municipal, a retirada do ponto, o que não foi atendido.

Tendo em conta a proximidade com a freguesia de Galegos, muito gostaríamos de ouvir esta junta de freguesia sobre a localização desta infraestrutura e se teve a mesma oportunidade de ouvir as suas gentes. Assim sendo, reitero que esta junta de freguesia não está contra a construção do centro de recolha oficial de animais. Repito, para deixar aqui bem claro para todos. A Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso não está contra a construção de um centro de recolha oficial de animais, pois defendemos que o mesmo é de extrema importância para o nosso concelho. A Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso por ter sido excluída de todo o procedimento, irá votar contra este ponto, contando com a solidariedade da bancada parlamentar do PSD, esperando que as restantes bancadas reflitam, sobretudo o quanto foi aqui exposto e sejam igualmente solidárias. Juntos por uma freguesia melhor, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de mais, deixem que e vos diga que acompanho o representante da Junta da Póvoa de Lanhoso em relação à retirada dos jovens desta Assembleia Municipal, depois de fazerem as suas apresentações, porque, de facto, aquilo que nós assistimos foi ao desmascarar de práticas que não honram os representantes desta Assembleia Municipal e os cargos que ocupam.

Importa realçar sobre este ponto, e agradecer ao senhor Ismael Castro e D. Lurdes Castro o facto de terem doado a esta autarquia, um terreno com mais de 7.500m² que tem como propósito este equipamento público tão importante e há tantos anos por todas e todos nós povoenses desejados, portanto, quanto à possibilidade de edificação nestes terrenos, como deviam saber, são terrenos que estão condicionados e como foi devidamente explicado pelo senhor vereador, condicionados pela passagem do Rio e, por isso, em REN e RAN condicionados, precisamente, pela Reserva Ecológica e com isso, com muitas limitações para qualquer tipo de construções nestes terrenos. E foi aqui de certa forma, aflorado o facto de este gatil/canil ficar demasiado perto das habitações se considerarmos a residência universitária, as moradias junto à mesma ou ainda apartamentos ou moradias nos moinhos novos, este terreno em concreto fica incomparavelmente mais longe do atual canil existente atualmente e que tem incomparavelmente menos condições e mesmo assim, tanto quanto sei, não perturba, sobremaneira a população.

Não posso deixar de fazer referência à intervenção do senhor representante da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso em relação a esta matéria. Primeiro e deixar bem claro o meu apreço pelas juntas, pelo trabalho realizado pelas juntas de freguesia. Como sabem, o meu pai também foi autarca das juntas de freguesia, acompanhei de muito perto todo o trabalho altruísta que ele desenvolveu e isso deixa-me muito próximo do trabalho que os senhores presidentes de junta, tesoureiros e secretários realizam no dia-a-dia em prol da sua comunidade.

Realçar algumas considerações em relação à intervenção do Gabriel Meira. Acho que todos nós reconhecemos há décadas que o atual canil que nem tem valência de gatil é obsoleto e necessita urgentemente de novas condições, maiores e melhores condições para os animais, para os técnicos e para os voluntários, para além de poderem acolher gatos neste caso. Essa necessidade existe há muitos anos, vinte, trinta anos e convenhamos que um tempo de liderança do PSD na Junta de Freguesia há 24 anos e da Câmara Municipal também do PSD há 16 anos, neste caso, se descontarmos este tempo, são cerca de vinte anos, eu pergunto o que é que ambos, quer junta de freguesia, quer a Câmara Municipal do PSD, fizeram para alterar este estado da situação do Canil Municipal da Póvoa de Lanhos, que é que fizeram? Durante estes vinte e quatro anos, portanto, porque nós temos aqui que valorizar é que este executivo municipal em dois anos, reparem bem, este executivo municipal em dois anos foi capaz de fazer aquilo que, quer o executivo da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal, não foram capazes de fazer em mais de 20 anos, que foi o quê? Conseguir um terreno de forma gratuita através de uma doação e conseguir uma aprovação de uma aprovação de uma candidatura de um projeto com um valor muito substancial para a construção de um equipamento público deste género que foi aqui apresentado, que resolve, ou que cria melhores condições do que aquelas que aí existem e nós bem sabemos que não há soluções milagrosas, perfeitas ou providenciais. Mas reparem bem, uma coisa, qual era a melhor solução, então? Retirar de perto do centro da Vila, onde há maiores dificuldades com o fenómeno? Retirar do centro da Vila e limitar a possibilidade de participação a muitos voluntários que se associam a este trabalho? Não sendo a localização preferível, pergunto que outra localização? Em vinte e quatro anos, volto a dizer em vinte e quatro anos, a Junta de Freguesia da Póvoa Lanhoso nada fez junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, liderada pelo PSD, nada fez, nunca fez qualquer démarche para encontrar terreno para encontrar financiamento junto da Câmara Municipal. Encontrar qualquer tipo de solução, nada foi feito e agora vem aqui a este púlpito reclamar de uma solução encontrada em dois anos pela Câmara Municipal.

Também, importa referir, porque por ventura podem-me dizer, não fizemos porque não tínhamos meios, mas a verdade é que 24 anos, esta junta de freguesia do PSD da Póvoa de Lanhoso tem um orçamento global, de cerca de cinco milhões de euros. Globalmente, é importante, porque não estamos a falar de uma soma sem significado e, para além disso, foram realizadas outras obras, até porque estamos a falar da sede do município

em que a Junta de freguesia acaba por ser beneficiada também por isso, para finalizar reparem em concreto, em relação à limpeza das bermas, a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso recebe quatro mil euros, mais de quatro mil euros mensalmente, em que a Câmara Municipal faz a limpeza, por exemplo, do casco urbano, em que não precisa desse valor em função dessa mais-valia.

No mais, quero dar os parabéns à Câmara Municipal e ao Senhor Presidente por em tão pouco tempo ter conseguido encontrado uma solução, mais uma solução para a qual herdou e não tinha qualquer solução prevista para resolver estes problemas. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, uma primeira nota de esclarecimento para dizer que ontem todos perceberam que eu fui chamado ao exterior desta sala para termos uma conversa a três e nessa conversa não falamos da retirada do ponto, falamos de dúvidas que existissem da possibilidade de dialogar sobre isso. Chegámos à conclusão por minha sugestão, que as dúvidas deveriam ser colocadas neste ponto para poderem ser esclarecidas, se fosse o caso, não debatemos a retirada do ponto, não fiquei com essa sensação de todo.

Bom, eu acho que é unânime a necessidade de termos no nosso concelho, um equipamento condigno com boas condições que possa servir este propósito e que possa assegurar a dignidade que nós queremos dar ao tema da vida animal, aos cães, aos gatos, em boas condições. E o representante da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso usou aqui um termo com o qual eu concordo. Estas condições, as atuais são condições indignas, não são condições indignas há dois anos e meio, são condições indignas há muito tempo e, portanto, nós temos feito algumas intervenções cirúrgicas que garantam os mínimos, e admito que não sei se os mínimos estarão completamente garantidos ao longo de todos estes anos, não dois anos e meio de todos estes anos, mas que possam de alguma forma, ir assegurando o mínimo de condições até se encontrar uma solução adequada, ideal.

Sobre a localização, a localização, que existe atualmente não era um problema, nem nunca foi discutido, não foi discutida essa nem nenhuma, bem sei, mas a localização atual, não por acaso, até foi, mas eu já lá vou, a localização atual é a localização que existe há muitos anos. A localização proposta pelo município do ponto de vista das características do espaço, do distanciamento da vila, do distanciamento das habitações, é em tudo similar às instalações atuais. E eu diria até seria curioso percebermos qual seria a posição da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, se o município sugerisse usarmos a mesma localização onde está neste momento instalado o canil. Qual seria a

posição? Qual seria a posição da junta de freguesia, porque as características são as mesmas.

Mas eu estava a incorrer num erro quando disse que nunca foi discutido, porque, de facto, na assembleia municipal nunca foi discutido, mas em mandatos anteriores, penso que foi no mandato anterior na Câmara Municipal discutiu-se e aprovou-se um ponto que dizia respeito à possibilidade de criar uma infraestrutura na freguesia de Santo Emilião de um canil que viesse a ser edificado pela Câmara Municipal. A grande diferença é que, nesse momento, aprovou-se em reunião de câmara, uma possibilidade que depois não se verificou, porque não se chegou a acordo com os proprietários, foi a informação que nos foi dada posteriormente. Hoje estamos a discutir uma possibilidade real de um terreno que foi doado à Câmara Municipal e custou zero, com uma candidatura, que tem mais de duzentos mil euros de financiamento e que não, que eu acho que não pode nem deve ser desperdiçado. Nós não somos assim tão endinheirados, portanto, precisamos desse valor para contribuir para o projeto e já vou responder ao deputado Pedro Afonso, relativamente ao projeto, mas precisamos desse valor e precisamos de o executar até final deste ano, portanto, aquilo que o município fez foi aproveitando a oportunidade de ter a doação de um terreno, aproveitando uma candidatura ao ICNF que atribui ao município mais de duzentos mil euros, 220 mil euros, usando, de certa forma, uma localização em tudo similar à atual. Eu pergunto o que falta, o que tem de errado esta formula, para que nós possamos ter finalmente um equipamento condigno para podermos gerir no dia-a-dia convenientemente os cães e os gatos que precisam dos serviços da Câmara Municipal, dos Serviços do nosso veterinário, serviços da Câmara Municipal no fundo, eu acho que não basta virmos a este púlpito dizer que somos muito defensores de todas estas causas e depois tudo o que dizemos a seguir, desconstrói tudo aquilo que dissemos antes, tem de haver aqui alguma coerência. Eu bem sei que provavelmente há determinados equipamentos que ninguém queria ter no seu quintal, digamos assim, desculpem a expressão, portanto, provavelmente, os senhores Presidentes de Junta, gostariam que este equipamento estivesse instalado em qualquer freguesia menos na sua. Nós precisamos de encontrar uma solução. Nós não vamos instalar um equipamento destes fora do concelho da Póvoa de Lanhoso. Portanto, temos que discutir isto dentro dos limites do nosso território.

Atendendo às atuais instalações, nós estamos a falar de instalações que distam umas centenas de metros, tendo em conta esta informação, tendo em conta o financiamento que está assegurado, tendo em conta os timings que nós temos que executar isto até final do ano, tendo em conta que estamos a falar de um terreno que foi doado ao município, eu acho que uma pessoa que faça uma análise coerente e consciente de tudo isto que eu acabei de dizer, não pode ter grandes dúvidas, até porque a alternativa é continuarmos a ter condições indignas no atual espaço, é essa a alternativa que queremos? Acho que não faz sentido, o senhor representante da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, compreendendo a sua preocupação, não faz sentido perante estes

argumentos existirem dúvidas que põe em causa tudo isto que eu acabei de explicar, que tenha uma dimensão política, financeira e temporal, porque nós temos um timing para tomar esta decisão, o timing é este, temos seis meses para executar esta candidatura.

O deputado Pedro Afonso falou, e eu não percebi se falou da sobre dimensão ou da sobre dimensão do sobredimensionamento ou do sobre dimensionamento é sobredimensionamento, essa é a sua expressão, infelizmente, neste tipo de equipamentos, nunca há sobre dimensionamento, porque o dimensionamento de um canil ou gatil é só uma questão de tempo até que esteja preenchido, acontece em todos os concelhos. Um canil/gatil novo pode demorar dois meses a estar lotado, três meses, seis meses, mais cedo ou mais tarde, está lotado é assim, infelizmente, é assim o tema do abate hoje não é tema, não existe, portanto, em tempos, outras medidas eram possíveis, hoje não são possíveis, não estou a dizer com isto que esteja bem nem que esteja mal, estou a ser factual, não é possível e, portanto, não sendo possível os animais, têm que ter condições e têm que ser acomodados, têm que ser guardados, portanto, um equipamento destes está condenado a seu tempo a estar lotado e voltaremos a ter este problema um dia, com uma diferença é que hoje estamos lotados, não temos condições dignas e um dia estaremos lotados com boas condições para os animais que estão guardados. Essa é a grande diferença.

Relativamente ao projeto, há de ser o projeto que, por um lado, preencha os requisitos do ICNF, porque o financiamento a que temos acesso tem regras. Por outro lado, que tenha em conta também a possibilidade e a capacidade financeira do município, porque, como é evidente, nós também não estamos na disposição de construir um equipamento para satisfazer as regras do ICNF a qualquer custo, portanto, o grande segredo de tudo isto é o ponto de equilíbrio e eu acredito que nós temos a capacidade de encontrar esse ponto de equilíbrio. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não será demais reiterar que nem a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, nem a bancada parlamentar do PSD desconsidera a absoluta necessidade, premente e urgente da modernização ou da construção de um novo canil. Até a palavra, é feia.

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal não coloque o ónus na Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso e muito menos na bancada parlamentar do PSD, o ónus é do executivo municipal. Esta doação foi efetuada há um ano praticamente, um ano, em agosto de 2023. Já antes a candidatura tinha sido aprovada segundo o que nos é vertido na informação que acompanha o ponto.

Reformulando, não está aqui de forma nenhuma em causa o fim. Está sim o procedimento que foi completamente atropelado. Há um absoluto desrespeito pela junta de freguesia, mas, sobretudo pela população, pelos povoenses que residem naquela zona. Dizia há pouco o excelentíssimo senhor deputado Pedro Silva que, do que sabe, não há nenhum incómodo, mas como é que sabe, senhor deputado? Fez alguma diligência nesse sentido? É que a Junta de Freguesia e a bancada parlamentar do PSD não veio aqui levianamente, a Junta de Freguesia encetou várias diligências no sentido de saber qual era o posicionamento e qual era a expectativa, qual era o sentimento da população. Não sei se o senhor deputado o terá feito, disse que do que sabe.

Deslocámo-nos ao local para ver o local em loco, deslocámo-nos ao atual canil CAPA. Podemos falar com quem lá trabalha, não de agora, mas de há muitos anos e, portanto, nós sabemos, efetivamente, podemos falar também com pessoas que residem, quer na freguesia de Galegos, quer no lugar de Moinhos Novos de uma forma muito informal, não sabemos tão pouco quem são as pessoas, elas não sabem quem nós somos, nós não sabemos quem são, portanto, não houve nenhum aqui teatro, não houve nada encenado e as pessoas puderam-nos transmitir os seus incómodos. Aquilo que ouvem do canil.

Senhor Presidente, o que nos é vertido, e que eu dizia há pouco, na informação que acompanha este ponto, não é bem a história, peço desculpa, que agora nos está aqui a ser aventada, porque o que nos é dito aqui é que o executivo municipal sempre privilegiou como única localização possível este lugar de Mirão encetou todas as diligências com os proprietários confinantes do atual canil CAPA, no sentido de perceber ali uma possibilidade e assim encontrou este proprietário que doou, isto é o que consta na informação que nos é dada, se não é assim, é o que nos é dado a conhecer. O executivo municipal sempre privilegiou este prédio como sendo este prédio, estas imediações deste local, como sendo o local de excelência, mas porquê? E ainda assim ao considerá-lo, deveria ter consultado as juntas de freguesia que poderiam auscultar a sua população e não só a junta da freguesia da Póvoa de Lanhoso, que tem aqui uma posição de charneira com a atual parcela onde irá ser construído, a ver vamos, o CROA, mas também com a Junta de freguesia de Galegos também deveriam ter sido ouvidas as comissões no seio desta Assembleia, a Comissão do Ambiente e a Comissão do Urbanismo, contudo, não o foram e, portanto, nós não podemos decidir em seriedade, não podemos decidir de forma consciente com este atropelar dos procedimentos.

Eu fica-me sempre uma dúvida, mas penso que foi agora esclarecida, mas ainda assim vou colocá-la, da informação que nos é dada, é-nos dado a entender que o atual CAPA, o atual centro de recolha, seria para manter um dos fundamentos que é aduzido pelo executivo municipal, como sendo esta a localização privilegiada é precisamente localizar-se nas imediações do já existente canil para privilegiar, designadamente, as atividades de voluntariado. Portanto, esta é uma questão que se coloca e gostávamos de ver esclarecida, muito obrigada a todos e a todas.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada, em primeiro lugar, eu não conto histórias a história que nos foi contada, eu não conto histórias, eu apresento factos, se calhar é um termo um bocado chato, não é? Bom, eu não conto histórias e relativamente àquilo que chama de desrespeito pela Junta de Freguesia, não há desrespeito nenhum, por nenhuma junta de freguesia ou então a existir desrespeito pela Junta de freguesia já existe há muitos anos, aos anos que está localizado o canil atual na localização onde está, e eu nunca ouvi a junta de freguesia dizer o quer que seja sobre isso, ou protestar em relação a isso.

Quando a senhora deputada questiona por que razão tem de ser este local? Bom, primeiro, nós estamos a sugerir que seja este local, é uma sugestão à consideração da Assembleia Municipal. Eu já expliquei na minha intervenção, por que razão nós entendemos, nós executivo, entendemos que deve ser este local, mas eu devolvo a pergunta, por que razão não deve ser neste local? Se já tem sido este o local. Qual é a razão que faz com que não deva ser neste local?

Se existe população, referiu alguns contactos que terá feito, não sabe com quem e que as pessoas com quem falou também não sabem com quem falaram, portanto, ninguém sabe com quem falou, falaram uns com os outros mas ninguém sabe com quem falou pronto, mas eu vou admitindo como é evidente, admitindo que esses contactos tenham existido, eu imagino, que qualquer ponto do concelho onde pudéssemos estabelecer contacto com a população, questionando essa população, se querem ou não que um canil/gatil seja instalado. Qual é a vossa previsão do resultado desse tipo de sondagens? Não sejamos ingénuos, nós não estamos a falar de causar incómodo diferente, adicional, suplementar a quem quer que seja, estamos precisamente a falar de uma solução que mantém o equipamento no espaço aproximadamente, onde existe, se gera algum tipo de incómodo, não é nada recente, é um incómodo que já existe há muitos anos, hipoteticamente, transferir este equipamento para outra localização seria aliviar sim, moradores que estão naquela região e sobrecarregar outros que não têm este problema e passavam a tê-lo, portanto, qual é a solução? Qual é a solução? Não basta dizer é muito fácil estar sentado numa cadeira da oposição e dizer essa solução não serve, digam qual seria a solução a adotar. A única coisa que eu sei do ponto de vista histórico é que a solução que foi proposta por anteriores executivos e foi aprovada na Câmara Municipal, não foi consensualizada antes e não foi possível à posteriori, portanto, nós estamos a falar de uma solução real que este município conseguiu apresentar com dados concretos ainda por cima com uma doação ainda como eu já expliquei e com financiamento, portanto, se estamos à espera de encontrar no futuro, uma oportunidade que tenha características melhores do que esta, tendo em conta também o passado

recente e o histórico de não soluções que temos em relação a este problema. Senhora deputada, podemos com base na fé ou nas crianças que possamos ter em relação ao futuro, acreditar que venha uma solução milagrosa, mas eu há um ditado antigo que diz que mais vale um pássaro na mão do que dois a voar e, portanto, acho que é um bom termo, tendo em conta que estamos a falar de animais, mais vale um pássaro na mão do que dois a voar. Este é o pássaro que temos na mão, esta solução que temos para resolver este problema até final do ano.

Os senhores deputados, estão eleitos e têm um mandato a cumprir, têm uma responsabilidade e as votações nesta Assembleia Municipal ajudam ou não a solucionar problemas que temos no nosso concelho, cada um sabe do seu mandato, cada um sabe do seu mandato e, portanto, o que resultar desta votação, cada um terá de dar conta disso ou não à população lá fora e, portanto, esteja à vontade.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É só mesmo para questionar o Senhor Presidente, o timing de execução do projeto é até ao final do ano? E qual é a perspetiva orçamental atual?”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu ouvi atentamente as intervenções dos colegas deputados da bancada do PSD e começando pela intervenção do senhor deputado Gabriel Meira, dizer-lhe que seria interessante da mesma forma que desafiou os representantes da Junta de freguesia de Galegos a pronunciar-se sobre este ponto e, nomeadamente, pronunciar-se acerca da implementação desta infraestrutura para a recolha de animais. Dizia eu que seria interessante desafiar os senhores vereadores do PSD que votaram favoravelmente a este ponto em sede de reunião de câmara e, portanto, desafiá-los também a pronunciar-se, perguntar-lhes o que é que mudou, com que pressupostos votaram favoravelmente e agora são, diria eu que desrespeitados pelos seus pares da bancada do PSD, é caso para perguntar vocês conversam uns com os outros ou não sei.

Depois dizer também ao senhor deputado Gabriel Meira que saudamos muito a sua preocupação. Contudo, há duas coisas que me saltam à vista. Primeiro a vossa bancada já nos habituou e ainda ontem aqui ficou provado que fazem jus ao ditado bem prega frei Tomás, é que em termos de discurso, realmente vocês são imaculados. Agora,

quando falamos de ação e consultámos processos é aquilo que sabemos e que o deputado Gabriel Meira, suponho, que também saiba. Em segundo, reiterar o que disse o meu colega de bancada Pedro Silva, é que a Junta de Freguesia que o senhor aqui representa está a governar os destinos da freguesia há 24 anos, salvo erro, e o senhor penso que estará no seu segundo mandato, quais foram os passos que deram para encontrar uma solução diferente desta? E eu respondo a esta pergunta, porque é demasiado fácil, nenhum, não deram nenhum passo.

Por fim e fazendo um resumo da intervenção da senhora deputada Sónia Fernandes e com todo o respeito, senhora deputada, aquilo que a senhora deputada disse em cinco dez minutos resume-se em dez segundos, como em quase todas as suas intervenções e resume-se de uma forma muito simples que é “nós não somos contra, nós só votámos contra”. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando desde já a responder aqui ao excelentíssimo Senhor Filipe Silva, quando fala que os vereadores do PSD votaram favoravelmente. Muito bem, eles fizeram, porque eles votaram favoravelmente em agosto de 2023, 7 de agosto, se não estou em erro, e desde lá até aqui ninguém cuidava que o executivo municipal não iria proceder como lhe incumbia, portanto, poderiam em consciência os vereadores do PSD naquele momento, a uma relação que, segundo é-nos dada a conhecer, sem qualquer contrapartida, votar de outra forma que não favoravelmente?

Portanto, reiteramos mais uma vez, o ónus é do executivo municipal não queiram agora encostar à parede a bancada parlamentar do PSD e a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, portanto, quem está aqui a ser desrespeitado são efetivamente os moradores que não foram ouvidos, que não puderam vir aqui dizer. Sim senhora, somos incomodados ou não senhora, não somos incomodados. E aí nós ponderaríamos a nossa votação, o que podemos concluir é que nenhum outro local foi considerado, ninguém foi ouvido, estivemos no mínimo um ano, mas foi na verdade mais porque a candidatura foi aprovada, não sabemos quando porque nos é dito, foi apresentada a candidatura e a candidatura foi aprovada, não sabemos quando foi, portanto, na verdade, nós não temos um ano, temos muito mais de um ano em que o executivo municipal atropelou os interesses da população, agiu como bem entendeu e agora vem aqui deturpando e apoiado aqui pelos senhores deputados, querendo mais uma vez, deturpar a situação e colocar-nos neste ónus. Muito obrigada a todos e todas.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada eu não percebi o que quer dizer com atropelou, primeiro não percebi o que quer dizer com atropelou, segundo falou de uma data de agosto de 2023 quando isto foi discutido em maio deste ano, foi a reunião de câmara há um mês, foi discutido e foi aprovado. A doação é um procedimento normal, já agora dá a sensação, desculpem que diga isto, mas dá a sensação que o executivo municipal não está mandatado para tomar este tipo de decisões, portanto, o executivo municipal está mandatado para tomar estas decisões e fez o trabalho bem feito. Ao contrário daquilo que aconteceu em mandatos anteriores, fez o trabalho que tinha de fazer para apresentar aqui uma solução concreta, sólida, não é? Se os senhores deputados não concordam com a localização, com o procedimento, ninguém percebeu muito bem o que isso é, com os atropelos, não sei que atropelos são esses, se não concordam com um procedimento por esse tipo de pretextos e acho que não passam de pretextos, e já agora olho para as feições de cada um de vocês e percebo que nem toda a gente concorda com estes argumentos, portanto, ainda bem que deram liberdade de voto para vossas excelências poderem votar livremente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à líder parlamentar da bancada do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, na sua pessoa pedia nos termos do Regimento para reunir em cinco minutos, a minha bancada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que a bancada parlamentar do PSD se iria retirar por cinco minutos para conferenciarem antes da votação do ponto. Após o regresso dos membros da bancada parlamentar do PSD, retomou os trabalhos e passou de imediato à votação do ponto quatro.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou reprovado por maioria, com 23 votos contra e 20 votos a favor, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística destinada a Centro de Recolha Oficial de Animais, para os efeitos previstos no artigo 25º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, e nos termos previstos na alínea k) n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva, para apresentação de declaração de voto.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quando a bancada do PSD na discussão deste ponto, usa argumentos como atropelos, deturpar e etc. Eu percebo bem ou nós percebemos bem, porque é que vocês os usam. Estão tão habituados a este tipo de procedimento na vossa atividade política que poem tudo no mesmo saco, mas deixe-me dizer de forma bem clara, senhora deputada Sónia Fernandes, nós não somos todos iguais, nós votámos, nós bancada do Partido Socialista, votámos favoravelmente a este ponto em consciência, depois de no âmbito da atividade do partido, termos andado no terreno, termos visitado o comércio local e termos conversado com muita gente, no caso com gente que nos conhece e nos reconhece e, portanto, votámos crentes de que estamos a dar um contributo forte para o bem-estar da nossa população para engrandecer o nosso concelho.

Por outro lado, houve aqui um passarinho, entretanto, que me disse que a verdadeira razão pela qual vocês estão a votar contra não foi aqui divulgada e nem todos os elementos da bancada que votou contra, ou quase nenhuns elementos da bancada que votou contra, têm conhecimento do verdadeiro motivo pelos quais é tão importante votar contra. Contudo, o tempo é sempre um bom conselheiro e o tempo irá revelar qual e de quem é o verdadeiro interesse para que este ponto não seja aprovado. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes, também para apresentação de declaração de voto.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A bancada parlamentar do PSD quer reiterar, uma vez mais, que não se encontra contra a construção do centro de recolha oficial de animais de companhia e nesse sentido propõe que se realize uma assembleia extraordinária no mais breve espaço de tempo possível, que permita ainda assim, com a brevidade necessária que permita, ainda assim, a auscultação da população da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, Póvoa de Lanhoso e da freguesia de Galegos e que sejam ouvidas também as comissões no seio desta Assembleia Municipal, a Comissão do Ambiente e a Comissão do Urbanismo.

A bancada parlamentar do PSD propõe ainda que as senhas dessa assembleia, da nossa bancada, revertam a favor do CAPA. Muito obrigada a todos e a todas.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente à celebração de contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais, com prazo certo, a celebrar com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P).** E concedeu a palavra à vereadora Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O que trazemos aqui neste ponto é autorização desta Assembleia para a Assunção de um compromisso plurianual e daí a necessidade de termos que estar aqui a aprovar no âmbito de um contrato de arrendamento com o Instituto da Segurança Social que visa arrendar o espaço do edifício da Segurança Social no concelho da Póvoa de Lanhoso, no que diz respeito, sobretudo ao espaço do primeiro andar, como sabemos, aquele edifício ao lado do centro de Saúde está agora com pouca utilização é um espaço que, na nossa opinião, pode ser rentabilizado de uma outra forma.

Por outro lado, nós, em termos estratégicos e no âmbito da Ação Social, percebemos oportunidade de fazermos aqui um trabalho mais unido e coeso com a própria segurança social que ainda tem algumas competências e que funcionam naquele edifício. Isto por um lado, e nesse sentido, mobilizaríamos os serviços da ação social para aquele edifício, dando à casa da Botica, onde estão agora os serviços de ação social, outra funcionalidade já há pouco aqui partilhei convosco, que temos a intenção de trazer para a casa da Botica o espaço CINDOR para a cave, estamos a curto espaço de tempo de inaugurar um espaço CoWork também na casa da Botica e a nossa intenção é então rentabilizarmos aquele espaço de uma outra forma.

E nesse sentido, também, esta necessidade de reorganizarmos os serviços parece-nos de todo vantajoso, dizer-vos que a iniciativa foi do município, de solicitar ao Instituto da Segurança Social a possibilidade de alugarmos aquele espaço e de lá rentabilizarmos então o espaço e conjugarmos os serviços quer da Segurança Social quer da ação social do município, no sentido também deste trabalho que já se faz e que é produtivo, no âmbito daquela que é definida como a estratégia de ação social.

A renda proposta depois de várias avaliações, é de quinhentos euros por mês que nos parece aceitável, que pode estar também enquadrada no valor que recebemos no âmbito da delegação de competências relativa ao edifício e o valor aqui que se traz em termos global, uma projeção de trezentos mil euros a 25 anos, porque o contrato prevê renovação a cada cinco anos de forma imediata. Até vinte cinco anos e porquê, os trezentos mil euros? Justifica-se com a cláusula terceira, renda, em que, no ponto um, temos o valor fixo de quinhentos euros e no ponto dois a dizer que a renda será atualizada anualmente, através da aplicação das regras previstas no artigo mil e setenta

e sete do código civil em função do coeficiente das rendas, sendo que os nossos serviços fizeram uma previsão de que este coeficiente possa andar nos 5% por ano, o que dava depois em termos contabilísticos a vinte cinco anos, uns duzentos e oitenta e poucos mil euros que arredondados, que é até, esta autorização do compromisso é até trezentos mil euros, o que não quer dizer que se gastem os trezentos mil euros, mas o que é que estamos a pedir a esta assembleia é que este compromisso a vinte cinco anos possa ir até ao valor máximo de trezentos mil euros e, basicamente, é isto que trazemos aqui à vossa aprovação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A intervenção da senhora vereadora acabou por esvaziar aqui um bocadinho as questões que eu tinha para colocar, que tinha ficado com a ideia da análise da documentação, trezentos mil euros eram a cinco anos o que daria uma renda de cinco mil euros, colocavam-se aqui outras questões, se tinham sido estudadas alternativas ou não.

Já percebemos que a colocação lá dos serviços de ação social tem aqui uma importância estratégica e, portanto, está feita a análise da nossa parte. Votaremos favoravelmente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta de autorização prévia para assunção do compromisso plurianual com vista à celebração do contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais a celebrar com o Instituto da Segurança Social Instituto Público, o CDS encontra-se inteirado do teor do documento, bem como, das necessidades inerentes à prestação dos serviços, pelo que votará favoravelmente a proposta.

Porém, desde há muito tempo que temos vindo a alertar, não só para a necessidade de manutenção dos equipamentos municipais existentes, como também para a necessidade de investimento do município, em instalações adequadas para os diversos serviços. Política é, sem dúvida, a escolha dos caminhos a seguir para o bem da comunidade, e visão estratégica é termos a capacidade de precaver os desafios de hoje, antevendo os de amanhã. Ora, neste capítulo, temos estado muito aquém do desejável, temos perpetuado alguns arrendamentos de instalações, temos elaborado candidaturas para a

reabilitação de edifícios que, sem desprimor da pertinência, das obras executadas e das valências que proporcionam, umas obviamente mais relevantes do que outras, é certo, também é certo que nos oneram e retiram a capacidade de investir em edifícios capazes fulcrais para convenientemente, instalar os serviços municipais e que, a médio prazo, evitariam o pagamento de rendas ad eternum pelo município.

Estaremos, porventura, em altura de refletir sobre o assunto e arranjar novas dinâmicas de gestão que permitam não termos de estar eternamente à espera de um qualquer programa de apoio que nunca mais chega e, ao em vez disso, começar a financiar com recursos próprios a construção dos edifícios necessários. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tenho mesmo pena, muita pena que os jovens que estavam cá ontem não estivessem cá hoje, porque o que se passou aqui no ponto anterior é completamente vergonhoso, e talvez a forma como este ponto foi hoje apresentado os pudesse fazer ver a forma como a política é feita.

Relativamente ao ponto ou utilização e partilha de edifícios públicos para acolher múltiplos serviços, podem otimizar a prestação de serviços ao cidadão. Esta estratégia permite não só um acesso mais eficiente, integrado a diferentes serviços, reduzindo a necessidade de deslocações em diferentes edifícios e locais aos munícipes, facilitando a resolução de diversas questões em um único local.

Além disso, a partilha de espaços contribui para a racionalização dos recursos públicos, promovendo a sustentabilidade e a economia, ao mesmo tempo que procura melhorar a experiência do utilizador, munícipe que encontra maior conveniência e agilidade no atendimento. A cooperação entre diferentes entidades públicas, centrais e locais dentro do mesmo edifício pode também fomentar uma cultura de colaboração e inovação na administração pública, beneficiando diretamente a nossa população.

Posto isto, a nossa bancada votará favoravelmente este ponto.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto cinco da ordem de trabalhos, à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente à celebração de contrato de arrendamento urbano para fins não

habitacionais, com prazo certo, a celebrar com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P).

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao ponto seis da ordem de trabalhos. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão da Carta Educativa, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apresentamos a revisão da Carta Educativa do Município da Póvoa de Lanhoso, um documento fundamental para a orientação estratégica e desenvolvimento educacional da nossa comunidade. Este documento foi minuciosamente elaborado e recebeu a aprovação em reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 03 de julho 2023. Adicionalmente, esta revisão obter um parecer favorável da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, DGEstE, no que concerne à análise técnica, validando a conformidade e qualidade das propostas apresentadas. A Comissão Permanente da Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social da Assembleia Municipal também se pronunciou sobre o documento, apresentando várias considerações e sugestões das quais a maioria foi integrada na versão final. Este documento demonstra o nosso compromisso com a participação e a melhoria contínua da educação.

Na contextualização da descentralização de competências na área da Educação, o município da Póvoa de Lanhoso tem a obrigatoriedade legal de atualizar a sua carta educativa, sendo que a versão anterior data de 2007. Nesse sentido, este processo foi logo iniciado por nós no ano 2022 e dada a sua complexidade e densidade, estamos hoje em condições de o colocar à apreciação e votação.

A carta educativa que se apresenta está estruturada em quatro capítulos, capítulo um, objetivos metodologia, caracterização do município; capítulo dois, diagnóstico estratégico; capítulo três, cenários de partida e projeções de desenvolvimento; capítulo quatro, propostas de intervenção.

Relativamente ao capítulo um, este capítulo define os objetivos da revisão, descreve a metodologia utilizada e caracteriza o nosso município, fornecendo um panorama geral que contextualiza o documento.

Relativamente ao capítulo dois, diagnóstico estratégico, são apresentadas as dinâmicas sociais, socioeconómicas e demográficas do município. Observa-se um decréscimo populacional progressivo com o aumento da população acima dos sessenta e cinco anos e diminuição da população entre os zero e os catorze anos, indicando um envelhecimento da população e a redução da população em idade escolar projeta-se que até 2031, haverá uma diminuição de cerca de oitenta pessoas no concelho, com a exceção das freguesias de Galegos, Geraz, Lanhoso, Póvoa de Lanhoso e Serzedelo, que

devem manter ou aumentar as suas populações. As restantes freguesias ou uniões de freguesias devem perder população, apesar de termos um saldo migratório positivo e esta não será impactante, mas fará com que o decréscimo populacional não seja tão acentuado.

Relativamente ao capítulo três, cenários de partida e projeções de desenvolvimento, este capítulo caracteriza a rede educativa municipal em diferentes níveis de ensino, recursos existentes e projetos principais em execução, bem como as taxas de ocupação dos mesmos. Apresenta-se ainda a caracterização infraestrutural dos estabelecimentos de ensino. Destaca-se que a Escola Básica Gonçalo Sampaio, a Escola Básica da Póvoa de Lanhoso e a Escola Básica António Lopes apresentam taxas de ocupação muito elevadas, todas próximas dos noventa por cento.

Capítulo quatro, propostas de intervenção, neste capítulo, são apresentados os principais eixos de intervenção que derivam dos diferentes dados do diagnóstico realizado. Eixo um, requalificação e reordenamento, são apresentadas diferentes propostas de requalificação dos edifícios, nenhuma de encerramentos de estabelecimentos escolares e também nenhuma de nova construção. Várias propostas deste eixo relacionadas com as intervenções dos edifícios escolares já estão concluídas e outras encontram-se em fase de execução. Destaca-se a necessidade de intervenção na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, cuja candidatura já foi submetida e que se encontra em análise. Ao nível do reordenamento, propõe-se a implementação de uma estratégia, que leva à diminuição de estudantes a frequentar a escola básica António Lopes, valorizando os recursos e meios da escola Básica Dona Elvira Câmara Lopes, estratégia a que já demos início nos últimos dois anos e que acreditamos que possa resultar a curto prazo na criação de melhores condições de ensino nestes dois estabelecimentos de ensino e no objetivo que nos permitirá propor a diminuição do número de turmas neste estabelecimento escolar. Eixo dois, qualidade do ensino, sucesso educativo e formativo. São apresentadas dezanove medidas que visam melhorar o ambiente educativo, requalificar os recursos humanos e as equipas no terreno, potenciando a inclusão e a inovação, a transição digital e o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade, a participação das famílias, a importância de orientação de carreira com aproximação às empresas, ou os programas intergeracionais também são intencionalidades nestas medidas propostas, assim como a aprendizagem ao longo da vida e a interculturalidade. No eixo três, valorização do ensino profissional, neste eixo são apresentadas sete medidas que passam por desmistificar mentalidades ancoradas no ensino profissional, um contacto mais próximo ao mundo do trabalho e às empresas e a valorização dos centros tecnológicos especializados. E, finalmente, no eixo quatro, a monitorização da carta educativa, neste último eixo de intervenção, propõe-se a criação do Observatório de Educação que sejam facilitador de informação para qualquer pessoa que pretenda conhecer a rede educativa do território.

No capítulo quatro, propostas de intervenção são também definidas as metas educativas e apresentadas as calendarizações da execução das diferentes propostas. As metas identificadas estão alinhadas com as orientações da Comunidade Europeia, da Europa e do nosso país, traduzidas em dois objetivos principais. Melhorar as competências básicas dos alunos e assegurar que permaneçam na escola por dezoito anos, cumprindo os doze anos de escolaridade obrigatória.

Por fim, agradecemos a todos os envolvidos neste processo, pela dedicação e empenho na construção da revisão da carta educativa que reflete as necessidades e aspirações da comunidade. Um agradecimento especial aos agrupamentos de escolas e à EPAVE nas pessoas dos seus dirigentes. Estamos confiantes de que este documento servirá como um guia valioso para o desenvolvimento educacional do nosso município, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo, inovador e de qualidade para todos. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tratando-se a carta educativa de um instrumento essencial, o planeamento e ordenamento prospetivo das necessidades de adequação da oferta educativa municipal, reveste-se de especial importância a sua revisão e atualização permanente, de modo a assegurar a correta adequação da rede de estabelecimentos escolares às necessidades existentes, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário. Nesse sentido, encontrando-se o CDS-PP inteirado do teor do documento votará favoravelmente a proposta, esperando também que a próxima revisão demore menos anos.

De salientar que esperamos ainda que a oferta responda efetivamente às necessidades existentes no concelho, sobretudo ao nível do ensino pré-escolar, como todos somos conhecedores, tem apresentado ao longo dos anos maiores dificuldades de resposta adequada, não só no nosso concelho, como de resto, um pouco por todo o país.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Somos presentes a deliberar a proposta da Câmara Municipal referente à carta Educativa do Município da Póvoa de Lanhoso. O diploma legal referente ao quadro de transferências, das competências para os órgãos municipais no domínio da educação, refere que a carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de

educação pré-escolar e do ensino básico e secundário para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente. Deverá também incluir uma análise perspetiva ficção os objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo, assim como a garantia da coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas do nosso território, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico do nosso território. O grupo parlamentar do PSD entende que esta revisão é essencial principalmente derivado a dois fatores às alterações demográficas e socioeconómicas no nosso concelho derivadas do décimo sexto recenseamento da população, e do sexto recenseamento da habitação efetivados no ano de 2021 e também às alterações significativas no quadro legislativo em matéria de educação.

Verifica-se então aqui um trabalho de sinergias dos vários elementos que constituem o Conselho Municipal de Educação da Póvoa de Lanhoso, tendo a posteriori e aqui queremos louvar e agradecer à senhora vereadora da Educação a submissão da proposta de draft desta carta educativa para validação da Comissão Permanente de Educação, Juventude, Desporto e Responsabilidade Social e que aqui louvamos também o cumprimento dos procedimentos e que todos os órgãos de decisão local sejam ouvidos e que estas medidas sejam acolhidas, e que foram, na sua grande parte.

E aqui é apresentado um diagnóstico muito completo, que a senhora vereadora já aqui nos elucidou referente às tendências demográficas, e dos inúmeros indicadores educativos. Encontra-se aqui vertida também a identificação dos vários mobiliários escolares, edifícios, equipamentos e surge aqui uma questão, várias questões, aliás, técnicas que eu gostava que a senhora vereadora nossos explanasse, relativamente aos meios e equipamentos disponíveis que no nosso entender, e está vertido no parecer da Comissão, que deveriam estar vertidas as quantidades de equipamentos de mesas interativas, tablets, impressoras 3D, material de robótica, os materiais que são utilizados aqui pelos cursos lecionados nos nossos estabelecimentos de ensino.

Também aqui na página 269 na tabela 95 refere aqui os computadores que estão a ser utilizados pelos estabelecimentos em questão. Pronto, só queria questionar aqui se estes equipamentos são os fornecidos pelo Ministério da Educação ou se também são aqueles que foram financiados por via do município? Adicionalmente, e aqui à aludida desadequação dos equipamentos existentes no refeitório do centro educativo D. Elvira Câmara Lopes referidas na página 169 e à falta de equipamento e mobiliário adequado nos laboratórios da Escola Secundária. Eu só queria questionar aqui sobre esta última questão dos laboratório da Escola Secundária, porque nós na Assembleia de 29 de abril, aprovámos aqui aquele investimento para a requalificação destes equipamentos e também aqui relativamente à redução das turmas na escola António Lopes, pronto, a senhora vereadora referiu que já estão a ser mobilizados alunos para o centro educativo D. Elvira Câmara Lopes mas eu queria também perceber de que maneira é que estão a

ser deslocados os alunos e que medidas é que para já estão a ser implementadas de forma a que esta medida seja implementada na sua plenitude. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É claro que fez eco e a força de bloqueio voltou, não neste ponto, mas no antepenúltimo.

Em relação a este ponto em concreto, referir o seguinte, fomos informados e consta da documentação que a última revisão consta de 2007. Entretanto, houve revisão do PDM em 2013/2014, sensivelmente, o documento que é fundamental e estruturante também para o concelho este também, a carta educativa, em 2021 tivemos os censos que nos ajudou a fazer a caracterização da população e agora em 2024, esperemos, nós voltamos a ter a aprovação do novo PDM que poderá trazer aqui algumas mudanças em termos de capacidade construtiva de cada uma das freguesias.

A pergunta que faço até porque esta bancada também faz esse trabalho junto da Câmara Municipal e procura esclarecer a população e não serve simplesmente para acenar com a cabeça, é se neste vasto estudo foi tido em consideração também a questão da revisão do PDM e da capacidade construtiva que foi dada às diferentes freguesias e com isso poder ao longo destes seis, sete, oito anos, porque o documento está previsto até 2030, sensivelmente, mas normalmente nestas circunstâncias prolonga para além da data inicialmente prevista, pergunto e provavelmente, terá um tempo de dez anos, sensivelmente, e pergunto se foi tida em conta, esta questão da revisão do PDM que pode afetar a análise do documento. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra à vereadora, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao comentário do senhor deputado Pedro Afonso, as dificuldades no ensino pré-escolar, felizmente, temos assistido nos últimos anos a um acréscimo de turmas no ensino pré-escolar, o que em termos também de tendência da carta educativa nos leva a definir que devemos manter os estabelecimentos de ensino que funcionam, por exemplo, em Serzedelo, em Simões e em Travassos que têm apenas o ensino pré-escolar, porque há uma projeção, de facto, que o número de crianças neste nível de ensino possa aumentar e está identificado na carta educativa, esta tendência, digamos assim, esta projeção.

Relativamente às questões do senhor deputado Vítor Hugo Silva, as questões técnicas dizer-vos que a empresa que esteve no âmbito da elaboração deste documento fez um trabalho muito próximo dos agrupamentos, sobretudo ao nível de inquéritos e os dados que estão vertidos no documento, são sobretudo dados que foram recolhidos pela empresa no âmbito desses procedimentos, isto para explicar que a informação relativamente aos meios informáticos que estão descritos, digamos assim, no documento são os dados que foram fornecidos dos estabelecimentos de ensino desconhecendo eu se os agrupamentos consideraram só os do Ministério ou também os outros, acredito que tenham considerado tudo aquilo que têm no seu inventário e que foi isso que fizeram depois, digamos assim, fazer parte deste documento.

Relativamente ao facto de, num determinado contexto da carta, se identificar as condições da cantina da escola Básica D. Elvira Câmara Lopes como não tendo as condições depois à frente enunciarem que tem um bom desempenho, ou que está em boas condições também isso deriva da informação que foi transmitida pelo agrupamento, se calhar, numa apreciação que fez, digo eu, se calhar com pouca atenção e, de facto, depois a empresa também não quis alterar, digamos assim, aquela que foi a informação prestada e foi esse esclarecimento que nos deu também, porque nós questionamos também esta falta de coerência entre os dois quadros.

Relativamente aos laboratórios, dar conta que é uma solução, tal como algumas realizações de melhorias em equipamentos que já estão a acontecer, que estavam identificadas na carta educativa. Umas já estão executadas, outras estão em fase de execução, assim como essas dos laboratórios na Escola Secundária, que também já está executado. Essa dificuldade também já está ultrapassada.

Relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido para diminuir a pressão que temos na Escola Básica António Lopes, nós temos já criado uma rede de transportes, experimentámos este ano, em que temos já alunos aqui do centro da Vila que estão a frequentar este estabelecimento de ensino e nesse sentido, a Câmara Municipal criou aqui através dos nossos recursos, ainda de uma forma, digamos assim, experimental, estamos a transportar crianças, e devo-vos dizer que nós iniciámos o ano a transportar sete e, neste momento, levamos o autocarro já cheio para o centro escolar D. Elvira Câmara Lopes, de facto, nesta tendência também de tirarmos a pressão e porque também aqui já não conseguíamos, aqui as turmas estão lotadas e nós temos toda a consciência, que nós temos nas periferias tanto na Escola Básica Dona Elvira Câmara Lopes, como na escola do Cávado, excelentes condições e temos assistido ao longo dos últimos anos a um decréscimo da população escolar nesses dois estabelecimentos escolares e nós temos que, digamos assim, assumir esta preocupação de rentabilizar estes edifícios, porque são edifícios que têm condições excecionais, tanto um como outro. E relativamente ao centro escolar D. Elvira Câmara Lopes, então a problemática ainda estava mais acentuada do que no centro escolar do Cávado, há um ano atrás, se não tivéssemos tomado algumas diligências, corríamos o risco de não ter uma turma de

pré-escolar que acabou por depois numa situação limite, avançar e de nos permitir que daqui a três anos, tenhamos uma turma de primeiro ano, porque se não tivéssemos feito essas diligências daqui a dois anos, provavelmente, não teríamos uma turma de primeiro ano neste sentido, estamos e quando digo estamos está o município e está também a direção do agrupamento e estão as juntas de freguesia, sobretudo daquela área territorial, muito alinhados com esta estratégia e também os pais, temos sensibilizado também os pais no sentido de termos crianças daquela corda, quando digo daquela corda Galegos, Vilela, Louredo, Campo ou Santo Emilião, que podem frequentar aquele estabelecimento de ensino e que por um motivo ou outro estão aqui a frequentar as escolas do centro da Vila e, de facto, nós mas sobretudo na Escola António Lopes, porque na António Lopes tem uma especificidade relativamente à básica que é o seguinte para o número de turmas que tem a funcionar, para o número de salas que tem em funcionamento. Tem depois aquilo que nós chamamos os espaços partilhados, espaços comuns, muito pequenos, o refeitório é muito pequeno, o pavilhão é muito pequeno, o que dificulta muito a gestão daquela escola básica, tanto em termos das propostas do refeitório e já tem acontecido ter que ser servida a refeição por turnos, mesmo ao nível da prática desportiva em que nós, por exemplo, ao nível das AEC temos este ano que ter, temos circunstância em que temos duas turmas no pavilhão, o que dificulta imenso o trabalho docente, isto prejudica as aprendizagens das crianças e o bom ambiente pedagógico. Por isso, nós estamos todos comprometidos em que isto, de facto, esta pressão que existe possa diminuir e essa é, de facto, a grande proposta desta carta educativa. É, basicamente, criarmos mecanismos de sensibilizar os pais, criar aqui também com as juntas de freguesia, sinergias sobretudo esta corda no sentido de termos o centro da Escola Básica Dona Elvira Câmara Lopes mais rentabilizada porque tem bons equipamentos, é um excelente equipamento e tirarmos a pressão aqui ao centro da Vila. Relativamente ao senhor deputado Pedro Silva, a revisão do PDM é um documento e o PDM há de ser também revisto este ano e obviamente que é um documento estratégico importantíssimo, mas relativamente à proposta que apresentamos aqui, da revisão do PDM, como não se projeta criação de novos equipamentos, nem o encerramento de nenhum, esta não terá grande implicação, digamos assim. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora vereadora, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Efetivamente foram esclarecedores mas, retomando aqui este assunto da Escola Básica António Lopes, já percebi então esta dinâmica que está a ser tomada de mobilizar para o Centro Educativo e de reforçar também nas freguesias de Campos, Louredo, Santo Emilião e Vilela, que

devem lá frequentar, mas a minha questão aqui surge também no facto de que referem aqui numa das medidas que nos concelhos limítrofes, muitos alunos frequentam aqui a escola básica António Lopes, eu não sei de que maneira é que o município e com as sinergias com os agrupamentos de escolas pode efetivar aqui uma medida de forma a que esses alunos sejam mobilizados, por exemplo, para o Centro Educativo do Cávado, de forma a libertar um pouco a escola, conforme referiu como estamos agora aqui também na altura das matrículas, pronto, temos aquelas opções que segundo despacho normativo é residência ou é trabalho. Pronto, não sei se aqui nisto os estabelecimentos de ensino e os agrupamentos de escolas já estão aqui a dar um forcing nesta parte.

Relativamente aqui ao investimento aprovado, também a título de curiosidade, gostaria de saber o ponto de andamento aqui dos investimentos aqui nas infraestruturas dos estabelecimentos de ensino.

Por último, relativamente ao abandono escolar precoce e às medidas que o município tem previstas para reduzir aqui os valores destes indicadores, sei que refere na carta educativa que estes valores têm tido uma tendência decrescente, mas também gostaríamos de saber pronto, que medidas é que estão aqui ser efetivadas para o efeito, não obstante o grupo parlamentar do PSD e irá votar favoravelmente a presente proposta. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra à vereadora, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente aos investimentos, dar conta que eles foram aqui aprovados por nós e muito direcionados para os estabelecimentos escolares. Foi uma prioridade deste executivo, logo que tomou posse, aliás, partilhamos todos aqui nesta assembleia essa preocupação e também aprovamos essa medida de empréstimo para fazer face a investimentos que logo no início do mandato, identificámos com os diretores dos agrupamentos, nas quais fizemos uma visita a todos os estabelecimentos do concelho da Póvoa de Lanhoso e fizemos também uma listagem, digamos assim, daquilo que consideravam que eram intervenções necessárias, urgentes e aquelas que poderiam de alguma forma aguardar e eles estão a ser cumpridos e temos-vos dado conta denses investimentos no âmbito do ponto um destas assembleias de forma continuada, digamos assim.

Relativamente ao abandono precoce, nós não temos, felizmente, dados preocupantes de abandono, aliás, temos dados que estão muito abaixo até da média nacional, obviamente que a nossa preocupação é, se calhar, o excelente, o abandono zero, e nesse sentido, estamos nós, está a carta educativa também, reforça isso, mas também estão os agrupamentos muito orientados também para estas preocupações do abandono ser

abandono zero. Nós temos sobretudo dados de abandono a partir do secundário é aí nessa fase, digamos assim que nós podemos ter aqui dados que também continuam a ser abaixo da média nacional, mas que podem mobilizar medidas. Eu acredito que, neste sentido, aquilo que temos aqui em termos de propostas de ajudar os alunos a definirem as suas carreiras, só as orientações, a sua expectativa relativamente ao ensino secundário profissional e o prosseguimento de estudos, orientando não frustrando as suas expectativas, pode dar esse contributo positivo relativamente às matrículas. É verdade que os agrupamentos, e nós estamos muito orientados para essa distribuição mais equitativa, digamos assim, do território nem sempre é fácil, porque os pais têm a facilidade e a faculdade de matricular as suas crianças onde acharem que devem matricular, se houver vaga certo, por isso, o nosso trabalho tem sido um trabalho de sensibilização de também mostrar aos pais os recursos que existem fora do concelho e, se calhar, que esses recursos que existem podem propiciar melhor ambiente de aprendizagem que, às vezes, as escolas que eles acham que são aquelas que preferem, desmistificar um bocadinho isso, isso tem acontecido e até também queremos fazê-lo também com as associações de pais, porque a vontade, tem que vir dos pais, nós temos que fazer este trabalho porque obrigar não podemos obrigar ninguém agora os agrupamentos, direções dos agrupamentos, a Câmara Municipal, estamos todos orientados nesse sentido. Eu acredito que nós todos aqui nesta Assembleia, sentimos isso também que há aqui uma pressão muito grande no centro da Vila e depois há recursos que o concelho tem e que devem ser rentabilizados de uma outra forma.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto seis à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão da Carta Educativa, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que se iria fazer um intervalo de dez minutos. Após o intervalo, passou de imediato ao ponto sete da ordem de trabalhos. **Ponto Sete: Proposta da Câmara Municipal para celebração de adendas a protocolos de apoios financeiros celebrados com a Em Diálogo – Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso e Centro Social e Paroquial de Garfe, ambos outorgados em 19 de setembro de 2023, no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração – PARES 3.0, e respetivo pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, estamos no fundo, a reequacionar o prazo, o número de prestações que passa de 156 para 99, um tema que é do interesse das duas instituições do concelho. A Câmara Municipal está habituada a procurar soluções para ir de encontro às pretensões das instituições do concelho. Aliás, já o fizemos aqui várias vezes, já fizemos, inclusive em relação a instituições que também tinham, isto a propósito de outros pontos que já aqui discutimos hoje, que também tinham interesse público, determinados interesses públicos para aprovar e para solicitar à Câmara Municipal. Foram aqui aprovados também várias vezes, nunca houve hesitações, portanto, não sei se haverá hesitações desta vez, mas acho que é, de facto importante que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal estejam disponíveis para agilizar processos, para facilitar a vida às instituições, para criar as condições para que este tipo de equipamentos, que são necessários e que fazem falta ao nosso concelho, vejam a luz do dia.

Já estão a ser construídos, mas que haja um programa de sustentabilidade por parte das instituições que esteja adequado às suas possibilidades. Portanto, foi essa no fundo, a intenção da Câmara Municipal também em relação a este tema e é importante que nós estejamos todos preparados para estar do lado da solução, portanto, já há algum tempo, eu devo confessar o meu incómodo, porque já há algum tempo que eu não sentia nesta Assembleia Municipal aquilo que já senti aqui hoje, espero que não aconteça neste ponto, mas aquilo que já se sentiu aqui hoje em relação a outro ponto, onde tivemos uma força de maioria que impediu a Câmara Municipal de levar a cabo um projeto que é importante para o concelho da Póvoa de Lanhoso, que não serve os propósitos que servem estes dois projetos, senhor presidente da Assembleia Municipal, mas que serviam outros propósitos também, portanto, é importante que nós compreendamos a intenção das instituições do município, do mandato que temos em mãos e que estejamos à altura dessa responsabilidade, porque quando, por vezes, e repito, espero que não aconteça neste caso, obviamente, quando por vezes, colocámos a tática política, a tática partidária ao serviço dos mandatos que nos foram atribuídos. O resultado tende a ser relativamente desastroso e eu não sei se os senhores deputados vão precisar de cinco minutos de intervalo, mas solicitava que refletissem, há quem precise de muito mais até, solicitava que refletissem sobre este tema que repito é um tema importante, que diz respeito a duas instituições que têm um papel social relevante no nosso concelho que prestam um serviço associado à estratégia no plano social da Câmara Municipal, que é profundamente crucial no dia-a-dia e, portanto, a missão que pretendemos alcançar juntamente com as instituições, neste caso, que é o que fazemos com todas as outras instituições também, o CAPA, por exemplo, também é uma instituição com quem nos relacionamos de forma muito estreita e que serve uma missão diferente.

É verdade, mas todas as instituições têm, no fundo, uma missão que é importante para a Póvoa de Lanhoso, para a população que nós servimos, neste caso, em concreto para esta população específica, para a população mais idosa, por vezes, noutros casos, outros interesses que são menos considerados e menos valorizados por determinados protagonistas políticos. Mas eu espero que estejam devidamente sensibilizados para a importância que têm para estas instituições, repito, que este plano seja flexibilizado que o prazo seja revisto em baixa para noventa e nove prestações, criando condições, desta forma também para na medida do esforço do município, que estas instituições não sejam sobrecarregadas ao longo do tempo, além daquilo que é a sua capacidade financeira. Eu acho que é dessa forma que nós honramos o trabalho que estamos aqui a fazer que honramos o compromisso que temos com os povoenses que estamos à altura daquilo que se espera de nós, encontrando soluções e não contribuindo para os problemas que é aquilo que parece ser a especialidade de alguns e, portanto, eu desafio-os a todos a refletirem bem sobre isto e se precisarem, de facto, de um intervalo, senhor presidente da Assembleia Municipal, que proponha os intervalos que forem necessários para que, no final, o resultado seja aquilo que serve melhor os interesses da Póvoa de Lanhoso. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta para celebração de adendas aos protocolos de apoio financeiro celebrados com a Em Diálogo, associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso e com Centro Social e Paroquial de Garfe, ambos referentes à construção de instalações para a disponibilização de valências de cariz social à população, no âmbito do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais de terceira geração pares, 3.0, o CDS encontra-se inteirado da proposta de alterações a aditar aos referidos contratos e nada tendo a opor, votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal, por estarmos conscientes e à altura dos nossos deveres e do compromisso desta bancada e firmando o compromisso que fizemos nas

últimas eleições com os povoenses, vimos cá para dizer que votaremos favoravelmente este ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Artur Salgado.

Interveio o deputado Artur Salgado, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto, penso que estamos perante duas instituições, duas IPSS's reconhecidamente conhecidas por todos os povoenses e prestigiadas no concelho, embora haja mais instituições com a mesma finalidade, penso que tudo que possamos fazer por elas é muito pouco, portanto, relativamente a este ponto, faz todo o sentido a nível financeiro e contabilístico que o prazo de financiamento acompanhe o prazo das candidaturas da Associação Em Diálogo e do Centro Social e Paroquial de Garfe, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata, como grupo responsável eleito democraticamente pelos povoenses, votará favoravelmente este ponto. Muito obrigado.”

Depois, o presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto sete à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de adendas a protocolos de apoios financeiros celebrados com a Em Diálogo – Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso e Centro Social e Paroquial de Garfe, ambos outorgados em 19 de setembro de 2023, no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração – PARES 3.0, e respetivo pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto oito da ordem de trabalhos. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da designação dos membros de júri de procedimento concursal, para o Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau – Diretor de Departamento de Gestão Autárquica.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O histórico do nosso concelho, do ponto de vista do organigrama dos serviços da Câmara Municipal, nunca teve prevista a possibilidade de termos alguém, um técnico a desempenhar o cargo de Diretor de Departamento de Gestão autárquica, o executivo

municipal há dois anos e meio a esta parte tem vindo, como é sabido, a assumir novas funções, fruto de delegação de competências, tem vindo também a reforçar os meios que tem à disposição em várias áreas, independentemente da delegação de competências, temos feito por opção, um reforço de determinados serviços para, de alguma forma, irmos progressivamente assegurando mais autonomia, ainda ontem dei aqui um exemplo, daquilo que passará a ser, a partir do mês de julho, um acréscimo de autonomia da Câmara Municipal relativamente, por exemplo, a marcação das estradas, para não ficarmos tão sujeitos e dependentes às disponibilidades do mercado e, portanto, o reforço dos serviços, a filosofia que este executivo tem de apresentar um corpo de técnicos forte, bem estruturado, e, sobretudo à altura das necessidades que o município tem, que o concelho tem e que os nossos habitantes apresentam, justifica que seja aberto este concurso para que este lugar de diretor de departamento seja preenchido e justifica também, porque, naturalmente, nós precisamos de encontrar e o júri que está aqui a ser proposto é um júri que tem, do nosso ponto de vista, naturalmente, a capacidade, a experiência e a competência necessária para poder avaliar as candidaturas que possam surgir e para poder tomar uma decisão que vá de encontro aos objetivos do município, que é precisamente reforçar e dar mais músculo, mais experiência, mais conhecimento ao nosso corpo técnico que, sendo um corpo técnico capaz e à altura das necessidades, naturalmente, não enjeita a possibilidade de poder contar com um quadro que esteja qualificado, que seja preparado e tenha a experiência necessária para poder ajudar o município no dia-a-dia a ter um desempenho ainda melhor, digamos assim, em várias áreas.

Isto tem muito que ver precisamente com a nossa vontade de servir bem e servir melhor os povoenses servir bem as pessoas que nos procuram estarmos preparados para atender às suas necessidades. Estarmos preparados para também não sendo o caso, mas contribui indiretamente também para cumprirmos aquilo que foi a nossa proposta eleitoral, o nosso programa eleitoral e, portanto, há muitas medidas que dependem de uma boa capacitação dos técnicos da Câmara Municipal e este reforço do nosso ponto de vista é importante, porque também é importante para nós que o programa eleitoral que apresentámos aos povoenses em 2021 seja cumprido. Infelizmente, esta noite já foi impossibilitada uma parte do cumprimento desse programa nesta Assembleia Municipal, eu vou voltar a esse ponto muitas vezes, podem sorrir à vontade e, portanto, nós queremos que os nossos serviços estejam preparados para nos ajudar a cumprir o compromisso político que assumimos com os povoenses tudo o que contribuir para isso, é bem-vindo e tudo aquilo que nós pudermos fazer para reforçar as condições que temos para que o plano seja executado senhor deputado, vamos fazer, vamos fazê-lo no executivo e na Câmara Municipal, depois cabe à Assembleia Municipal aprovar ou não aprovar, já percebemos isso mais uma vez hoje e, portanto, eu espero é que os senhores deputados e as senhoras deputadas, faço novamente esse apelo, que os senhores deputados e as senhoras deputadas tenham a noção da importância de reforçarmos o

nosso quadro técnico de contarmos com um diretor ou uma diretora de departamento de gestão autárquica que acrescente tecnicamente e que acrescente do ponto de vista da experiência que possa trazer, seja de dentro do município, seja de fora, mas possa trazer e acrescentar aos nossos serviços e que permita dessa forma também que a nossa capacidade de resposta seja maior, seja maior, por exemplo, para responder às necessidades dos senhores Presidentes de junta. Os senhores Presidente de junta, no dia-a-dia têm necessidades, têm necessidades das equipas da Câmara Municipal, têm necessidades dos técnicos das várias áreas da Câmara Municipal, têm necessidades do serviço veterinário, por exemplo, lembro-me disso, agora, de repente, tem necessidade de recorrer ao serviço de veterinário e, portanto, é desejável que nós tínhamos as condições para que os senhores Presidente de junta, quando procuram a Câmara Municipal, possam contar com uma resposta capaz com uma resposta à altura das necessidades, com uma resposta à altura daquilo que lhes é solicitado também a eles pelos seus fregueses no dia-a-dia e a Câmara Municipal faz o necessário para que isso seja conseguido e esta proposta vai precisamente de encontro a esse propósito. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quero desde já dizer que este ponto nós estamos com a nossa posição em aberto e será tomada a nossa deliberação em função daqueles que possam vir a ser os esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal. Não quero com isto que façam ou continuem a fazer demagogia, populismo, que somos uma força de bloqueio. De facto, nós somos oposição é importante que a bancada do Partido Socialista mantenha isto presente até ao final do mandato. Somos oposição e faremos o trabalho da oposição e se querem a nossa colaboração é importante também que nos possam ouvir, não só fazer demagogia.

Relativamente a este ponto, agradeço a apresentação realizada pelo senhor Presidente e falou de um modo geral, em macro, uma medida mais macro que será a prestação do prestador do serviço a contratar do diretor de departamento, aquilo que eu peço é que o faça de uma forma mais micro, no dia-a-dia, qual será a valência que será associada a este diretor de departamento? Também gostaria de saber quais são os requisitos que serão exigidos aos candidatos no procedimento concursal? Gostaria também que fosse aqui partilhado qual será o vencimento que vai auferir o diretor de departamento e, por último, e nesta primeira parte, qual é a urgência na contratação deste diretor de departamento, visto que esta oportunidade, esta janela de oportunidade foi só possível

em dezembro, quando aprovámos o mapa de pessoal, por isso quero questionar qual a urgência na contratação deste diretor de departamento? Por agora é só.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como referido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, na apresentação do ponto, esta necessidade é uma necessidade que se compreende em absoluto por força de várias circunstâncias que foram mudando ao longo dos tempos. Nós, neste momento, temos um regime jurídico das autarquias locais, que está obsoleto, que não corresponde às novas exigências das autarquias locais, nomeadamente no que diz respeito às transferências das competências do Governo para as autarquias locais, o que faz com que, por exemplo, o corpo dirigente seja insuficiente, nomeadamente aqui no caso da Póvoa de Lanhoso, para dar resposta a todas as necessidades e ao acolhimento de tantos trabalhadores vindos dessa mesma delegação de competência.

O mesmo dizer em relação ao gabinete de apoio à Presidência, o que é que está completamente desfasado das necessidades que este município sente e em função também da delegação das competências e das exigências atuais que são completamente diferentes daquelas que existiam no passado e por isso a apresentação do júri credenciadíssimo desde logo com o senhor Presidente do júri por todos nós conhecido uma figura reconhecida a nível nacional e não só, uma sumidade na área em que leciona deixa-nos garantias de um bom trabalho que vai ser desenvolvido certamente que este júri também será ouvido em relação, e acho que essa matéria nem percebo muito bem por parte do deputado José Manuel Silva, do Presidente de Junta José Manuel Silva, alguém com a experiência que ele tem, que exerceu o cargo no gabinete de apoio à Presidência. Não consegui perceber que, naturalmente que a Câmara Municipal digo eu, acho que é uma questão de bom senso, até ouvir alguém tão reputado como o senhor Presidente do júri para depois formular a própria abertura do procedimento concursal quero eu acreditar que seja assim, é do mais básico e do mais elementar que se pode imaginar num procedimento deste género.

Por isso dizer que a força de bloqueio está sempre em ativo. Estou certo, e esta bancada do Partido Socialista está certa desde o início do mandato que tem sido assim e o cartão amarelo que a bancada do PSD recebeu nas eleições de 2021, provavelmente vai-se transformar num cartão vermelho nas próximas eleições autárquicas de 2025, disse.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta para designação dos membros do júri para o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de primeiro grau, diretor de Departamento de Gestão Autárquica, o CDS encontra-se inteirado do teor da proposta e nada tendo a opor, votará favoravelmente.

Contudo, e se me permitem pegando também aqui um bocadinho nas palavras do deputado, Pedro Silva, gostaria só de dar aqui uma nota ao executivo, que já tenho vindo a partilhar extemporaneamente com uns e com outros, mas parece-me nada tendo a opor contra o cargo que agora estão a propor criar, parece-me de há muito tempo a esta parte que para um exercício de funções num organismo como uma Câmara Municipal, onde me arrisco a dizer que 99,9% do trabalho desenvolvido depende de legislação de há muitos anos a esta parte, que me parece que o nosso município está coxo a nível do departamento jurídico.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Pedro Afonso, os técnicos da Câmara Municipal fazem o seu melhor, dão o melhor que podem no dia-a-dia, como saberá e, portanto, o nosso gabinete jurídico que tem feito um trabalho válido, e um esforço grande para estar à altura também das necessidades, porque elas são muitas e diversas, tem tido um desempenho que eu considero positivo, portanto, eu não sei se percebi bem aquilo que o senhor deputado quis dizer, mas eu diria que tenho a expectativa que esta decisão possa também ajudar, a reforçar a nossa capacidade de intervenção e de análise e de tomada de posição na área jurídica também, portanto, tenho essa expectativa vai depender dos candidatos.

O senhor deputado José Manuel Silva trouxe aqui algumas questões, senhor deputado, nós estamos hoje a votar a constituição do júri como o senhor deputado bem sabe o senhor deputado, também sabe que um procedimento destes tem várias fases e, portanto, assim que o júri esteja constituído, nós vamos dialogar com o júri no sentido de estarmos sintonizados relativamente ao formato, que é entendimento que o executivo possa ter no concurso que vier a ser apresentado e aí discutiremos esses pormenores, evidentemente, temos uma posição e uma opinião sobre aquilo que é o ideal de perfil, o ideal de competência, o ideal de experiência, os pormenores têm que ser discutidos em primeiro lugar com o júri, mas eu quero responder a uma das perguntas que fez, que fala da urgência, não há urgência nenhuma. Foi identificada esta necessidade ao longo do ano passado, foi aberta essa oportunidade em termos de quadro de pessoal para ficar,

de facto, esta possibilidade, como já disse, em aberto, não significando que ela pudesse, até porque o senhor sabe como todos sabem que nós já aprovamos aqui mapas de pessoal várias vezes ao longo dos últimos vinte anos. Para quem está aqui desde esse período e nem sempre as vagas foram preenchidas, nem sempre os concursos foram abertos. Portanto aquilo que o município fez foi no final do ano passado deixar esta possibilidade em aberto. Se houvesse urgência, tinha vindo à reunião da Assembleia Municipal de fevereiro, não veio, isto respondendo que não há urgência, foi encontrado este tempo como o tempo adequado para nós abrirmos este procedimento e para que se tudo correr bem algures depois do verão, setembro ou outubro, se tudo correr normalmente, sem reclamações, sem recursos, essas coisas são sempre incógnitas termos à disposição do município, um técnico que possa reforçar nos termos que já expliquei, há momentos que não vou repetir, mas que possa reforçar a capacidade técnica da Câmara Municipal, pelo menos por mais um ano, até final deste mandato autárquico, porque é intenção deste município, como já disse, ir reforçando a sua capacidade nas várias valências nas várias áreas e, portanto, nós queremos que os nossos técnicos estejam aditivados, digamos assim, por alguém que possa acrescentar, porque politicamente, a análise política, como sabem, tem uma determinada dimensão. A análise técnica é um formato diferente, digamos que é um conteúdo diferente, que nós próprios, já agora, que nós próprios também nos vamos inteirando, adaptando e tomando conhecimento e estudando também nós temos obrigação de fazer esse estudo, mas nada substitui alguém que, hipoteticamente, seja um diretor ou uma diretora que venha a assumir esta competência que traga um capital de experiência, repito, seja dentro dos quadros da autarquia, seja de fora, que não tem paralelo nem comparação com aquilo que é a experiência autárquica de um membro do executivo. Aliás, nós temos nos serviços, nos quadros da Câmara municipal técnicos que fazem parte do corpo de técnicos, do corpo ativo digamos assim, da Câmara Municipal há décadas, há décadas, estou a lembrar-me agora de vários não indicar nenhum nome, mas temos inclusive pessoas que todos conhecem, que se aposentaram já neste mandato, como é evidente, não está em condições de concorrer a esta vaga mas pessoas que se aposentaram já neste mandato e que foram durante muitos anos, uma mais-valia enorme para os serviços da Câmara Municipal e quando eu estou a dizer isto, todos vocês estão a pensar em determinados nomes, e bem, porque são pessoas que deram muito ao município e que tinham um capital de experiência enorme que deixou de estar à disposição também dos nossos serviços, portanto, nós precisamos de também compensar isso e continuar à altura das exigências, porque os tempos são muito exigentes e nós temos que estar preparados para aquilo que está previsto e às vezes preparados para aquilo que é imprevisto também, temos que nos preparar para tudo isso. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, agradeço a parte dos esclarecimentos, ficou por responder qual será o vencimento previsto, mas pronto, mas presumimos que estaremos a falar de um vencimento que ronda os 3.600€ por mês. Confirma? Pronto, mas eu posso adiantar que será um vencimento desta grandeza.

Relativamente ao júri, naturalmente que não temos nada a opor ao júri, agora, numa fase a um ano de eleições autárquicas, abrir um procedimento concursal, que é a necessidade que o senhor Presidente aqui tentou, de algum modo, explicar, eu gostaria que o senhor Presidente que palavra tem a dizer para mais de cem avençados que têm uma expectativa, uma parte deles, legítima, de integrar os quadros do município, tem a janela de oportunidade aberta desde o início do mandato, que reiteradamente aprovamos os mapas de pessoal, que palavra tem a dar a esses operacionais que têm as legítimas aspirações de integrarem, naturalmente, de forma gradual, os quadros da Câmara Municipal?”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado eu percebo o interesse estratégico de não querer que o município possa aditivar e melhorar, para além daquilo que já é o bom serviço que é prestado, melhorar o serviço que é prestado no dia-a-dia aos munícipes. Eu percebo esse interesse estratégico, estamos cada vez mais próximos das eleições autárquicas e, portanto, quando diz que estamos a um ano do fim do mandato, eu percebo que haja essa necessidade de não ajudar o executivo a continuar a prestar um serviço que possa ser interpretado como positivo.

Relativamente aos avençados da Câmara Municipal. Eu quero recordar-lhe que muitos deles vêm do tempo do executivo anterior, muitos deles vêm do tempo do executivo anterior e aquilo que nós temos feito ao longo deste mandato tem sido, de certa forma, encontrar as soluções possíveis em cada momento, como sabe, a abertura de procedimentos não é um processo fácil, nem é um processo simples, aliás, nós estamos trazemos hoje aqui a esta Assembleia Municipal por imperativo legal, a abertura deste procedimento, mas outro tipo de procedimentos não exige este grau de detalhe, digamos assim e de aprovação, mas estamos a falar de um dia a dia que, durante estes dois anos e meio, têm exigido do município, por exemplo, facilmente chegámos a uma segunda-feira e temos assistentes operacionais que até fruto da delegação de

competências, que se por qualquer razão, um assistente operacional estiver ausente de um agrupamento de escolas, a solução tem que ser apresentada de imediato pelo município de imediato e, portanto, para termos este grau de flexibilidade, não podemos compatibilizar a solução que temos que encontrar com aquilo que possa ser a abertura de procedimentos.

Por outro lado, aquilo que o senhor deputado está a insinuar é que a abertura de procedimentos seria a solução para resolver esses avançados que referiu, os avançados que referiu são prestadores de serviços da Câmara Municipal e um prestador de serviços da Câmara Municipal pode ou não concorrer se houver a abertura de um concurso e pode ou não ser selecionado se esse concurso for concluído com sucesso, portanto, em bom rigor, um avançado da Câmara Municipal hoje sabe que está a prestar um serviço ao município em determinado contexto, com as vantagens e desvantagens que isso possa ter. Fá-lo por opção, fá-lo porque entende que é vantajoso para si, para a sua vida, para a sua família e poderá ter a expectativa de um dia, mais cedo ou mais tarde, ser possível concorrer na abertura de um procedimento que esteja de acordo com as suas competências e com a sua experiência no passado. E eu recordo-me que, ao longo dos últimos, até 2021 durante esses dezasseis anos, tivemos pessoas que prestavam serviço à Câmara Municipal que estiveram anos a fio a aguardar a abertura de procedimentos e tivemos outras pessoas, curiosamente, saltaram logo de uma prestação de serviço para o quadro do município, eu também não sei com que critério é que isso possa ter acontecido, mas há uma coisa que lhe garanto este executivo está mandatado até 2025 e se este executivo estiver em funções e se este Presidente de Câmara estiver em funções depois das eleições autárquicas de 2025, é nosso propósito criar a oportunidade, escolho bem as minhas palavras, criar a oportunidade, de determinados avançados que o são hoje do município poderem concorrer na abertura de procedimentos que possa eventualmente vir a selecionar um candidato que preencha a necessidade que o município tem que é hoje preenchida por um prestador de serviço. Não sei se me fiz entender e é preciso ser claro em relação a isto, porque quando o senhor deputado diz ou pergunta o que temos a dizer aos avançados que hoje prestam serviço no dia-a-dia para a Câmara Municipal, o que temos a dizer é que esta é a possibilidade legal e o enquadramento contratual possível, que existe neste momento, se a lei fosse mais flexível, fosse mais permissiva ou, por exemplo, se acontecesse, como já aconteceu no passado recente, não posso precisar quando, mas no passado recente, uma regularização dos contratos precários, aconteceu em todo o país, muito provavelmente o município, ficava satisfeítíssimo, porque transitavam todos de um regime para o outro e os avançados do município ficavam com o seu problema resolvido por recurso a uma norma administrativa, digamos assim, portanto, até tenho a expectativa que o atual Governo possa, de alguma forma, pensar numa solução dessa natureza e ajudar a resolver aquilo que não só o município da Póvoa de Lanhoso, mas todos os municípios do país têm hoje como uma dificuldade, porque, de facto, todos os municípios que

receberam atribuições de competências novas e que têm de ter no dia-a-dia uma flexibilidade em termos de recursos humanos, muito acima daquilo que era habitual, necessariamente para terem soluções de recurso e à mão, digamos assim, não tem outra solução que não seja contratar com contrato de prestação de serviços, portanto, à data de hoje é isto que eu tenho para dizer.

O mandato termina em setembro ou outubro de 2025 e se estivermos cá no próximo mandato, nestas funções ou eventualmente noutras, mas admitindo que possa ser nestas, cá estaremos para analisar essa possibilidade e cá estaremos para criar a oportunidade dos avançados poderem concorrer, e eventualmente serem contemplados. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Desde logo um esclarecimento que é mais uma evidência e é mais um conceito básico em procedimentos concursais desta natureza, se o procedimento concursal vai ser aberto, não se sabe quem se vai apresentar a concurso e não se sabe, naturalmente, qual vai ser o vencimento, porque também depende muito dos candidatos que se possam apresentar. E por isso, isto é uma norma básica que não deve merecer qualquer tipo de dúvida em relação a ela. Estranho a intervenção do José Manuel Silva, Presidente de junta, em relação a esta preocupação dos avançados, porque no passado no mandato passado, nomeadamente, quando fazia parte do gabinete de apoio à Presidência e quando existiam vários avançados, dezenas de avançados na Câmara Municipal, não senti qualquer preocupação por parte deste membro do GAP, à data, em relação à opção gestonária que o executivo de então abriu mão para poder mudar níveis remuneratórios de trabalhadores da autarquia de familiares desse mesmo gabinete de apoio à Presidência. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, como sabe, eu não faço juízos de valor das suas intervenções, também espero que não faça, como disse, juízo de valor, daquilo que são as minhas intervenções.

Relativamente aos valores, de facto, os valores estão nesta Assembleia, leram os documentos, os valores estão aqui nos documentos, eu não os inventei se fizermos as

contas dá 3.600€, está aqui descrito na documentação que vem apenas. Mas eu vou dar mais uma oportunidade ao senhor Presidente da Câmara, porque relativamente aos prestadores de serviços deste mandato e naturalmente que alguns transitaram, que vão transitar no futuro, é normal que assim seja. Eu pergunto que janelas de oportunidade é que já abriu durante este mandato e o que pretende abrir até ao final de mandato? A única coisa que, na janela de oportunidades foram para chefias intermédias e de primeiro grau. Esta é uma necessidade que o Presidente entende como prioritária. A nossa bancada entende como prioritário regularizar ou ir regularizando aquilo que são os prestadores de serviços que estão ou que transitaram ou que iniciaram neste mandato.

Relativamente ao passado eu gostava que o Senhor Presidente me desse exemplos que referiu que era A ou era B, deu a entender que era por partidos, mas terei todo o gosto em ter essa conversa com o senhor Presidente, com a bancada do Partido Socialista sobre passado. Tenho muito orgulho daquilo que fizemos no passado, do grande investimento e era isso que o senhor deputado devia vir aqui a esta Assembleia dizer. Não é de limpar as bermas é dizer que, ao longo deste mandato, o aumento para essas limpezas foi de zero. Era isso que o senhor deputado devia vir aqui dizer a este púlpito. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para uma última resposta, neste ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O senhor deputado, entende como prioritário e nós também. O senhor deputado entende, pelos vistos, entende neste mandato tudo aquilo que não entendia no mandato anterior, mas pronto, também já estamos habituados a essa coerência, por parte dessa bancada, portanto, nós também entendemos que é prioritário assim que seja possível criar essa oportunidade. Eu bem sei que quando se está na oposição, tudo é emergente, tudo é urgente tudo é para amanhã ou mesmo para ontem, não é assim que funciona o mundo real, vocês estão-se a adaptar a esses novos sapatos da oposição, e têm tempo de se poder acomodar a eles e vão ter tempo de perceber que, de facto, os tempos da política em que é preciso tomar decisões e em que é preciso termos o contexto ideal para podermos tomar decisões, não está sempre alinhado com aquilo que possa ser a pretensão da oposição ou o populismo fácil de dizer, é preciso regularizar os precários. Eu percebo bem essa estratégia, é preciso regularizar os precários, ainda bem, é mau que tenha sido só em 2021, mas ainda bem que a mudança aconteceu em 2021, porque o passado recente diz o contrário, portanto, senhor deputado, vamos ser coerentes, eu não vou apelidar a sua intervenção de demagogia, embora ande lá a roçar perto, mas

não, vamos ser coerentes e ser coerentes é ter noção do que fizemos quando tínhamos outras funções, daquilo que faz este executivo agora que está nestas funções e sobretudo, de não querermos cavalgar uma onda que nem sequer existe, porque, de facto, eu também considero que é prioritário como era prioritário no passado.

Diz-me o que é que tem a dizer a estes avançados, que é que tem a dizer a estes prestadores de serviço? Olhe a muitos deles tenho a dizer que há dois anos e meio atrás não eram prestadores de serviço do município, há dois anos e meio atrás, não eram prestadores de serviço do município e hoje são, hoje tiveram uma oportunidade, não é ideal, provavelmente não, tiveram uma oportunidade e têm uma oportunidade de prestar serviços para o município. Já agora todos aqueles que transitaram de mandato, salvo raríssimas exceções, raríssimas, todos aqueles que estiveram no mandato anterior continuam a prestar funções atualmente para o município, por opção deste executivo, por opção deste executivo. Eu não sei se era prática ou não senhor deputado, eu estou-lhe a dizer aquilo que nós decidimos fazer e fizemo-lo essencialmente por uma razão, porque olhámos à capacidade profissional e técnica das pessoas e porque olhámos à necessidade dos serviços e à vontade que tínhamos de prestar um bom serviço à população, isso pressupôs, na nossa opinião, manter as pessoas que estiveram cá no mandato anterior em contrato de prestação de serviços e alguns tiveram e estão desde o mandato anterior a esse, desde 2017, portanto, veja bem antes de 2017, portanto, existiam pessoas a prestar serviço à Câmara Municipal, continuaram a prestar serviço à Câmara Municipal no mandato anterior e continuam hoje a prestar serviço.

É o ideal? Não. É o que é possível? Sim, temos um entendimento que é prioritário encontrar uma solução a seu tempo. Eu percebo a importância de achar que deva acontecer até 2025, embora no íntimo, talvez tenha dúvidas que pense de facto assim, mas pronto, mas não vou fazer juízos de valor, senhor deputado, tenha calma. Eu acho é que, de facto, dizer uma coisa e senti-la, de facto, e querer de facto, que ela aconteça, são coisas diferentes e, portanto, nós estamos a falar de política real, estamos a falar de decisões políticas que já agora tem a ver, influenciam diretamente, todas influenciam, mas, neste caso, afetam diretamente a vida das pessoas e se há coisa que nós não fazemos neste executivo municipal é criar falsas expectativas e, portanto, quem presta hoje funções para o município, como prestador de serviço, sabem em que enquadramento o faz, e também tem uma ideia daquilo que poderá acontecer entre 2025 e 2029, se este executivo estiver em funções. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto oito da ordem de trabalhos, e colocou-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 20 votos a favor e 23 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da designação

dos membros de júri de procedimento concursal, para o Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau – Diretor de Departamento de Gestão Autárquica.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Nove: Proposta da Câmara Municipal para adesão do Município da Póvoa de Lanhoso à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes, e no uso da palavra referiu:

“Este, como disse é, de facto, o último ponto, o nono ponto e que traz esta proposta de adesão da Câmara Municipal à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, que é um projeto que tem sido liderado pela Câmara Municipal e que, conjuntamente com mais onze municípios, está a trabalhar num projeto que o seu nome completo o caminho português de Santiago de Leon de Rosmithal que é um trabalho que tem aproximadamente já dez anos, de dois técnicos da Câmara Municipal, Dr. Orlando Fernandes e o senhor Francisco Machado, que têm trabalhado neste projeto e que têm e que foi recentemente apresentado no dia 20 de março na igreja de Fontarcada que, pretende ser, de facto, um caminho que irá catapultar o norte do país num trajeto que vem de Freixo de Espada à Cinta até Braga e que, naturalmente, será uma oportunidade de promover todo este território, toda esta região naquilo que tem a ver com a sua cultura, tradição, gastronómica, passagem, enfim, que irá melhorar, sem dúvida nenhuma, do ponto de vista turístico de toda esta região e, portanto, fomos também convidados pela Federação para que possamos aderir a esta mesma federação e é esse o propósito deste ponto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Somente neste ponto, gostaríamos de através da senhora vereadora com o pelouro da cultura, Dra. Fátima Moreira, Parabenizar toda a equipa municipal afeta ao desenvolvimento desta iniciativa e cujo louvável e meritório trabalho vem uma vez mais, colocar a Póvoa de Lanhoso no mapa, literalmente, demonstrando que temos nas nossas gentes, talento e capacidade técnica para realizarmos grandes desígnios do nosso concelho.

Relativamente à proposta em si, para a adesão do município da Póvoa de Lanhoso, à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, o CDS-PP encontra-se inteirado do teor da mesma e nada tendo a opor, obviamente, votará favoravelmente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto nove da ordem de trabalhos em que o município propõe a adesão à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago. A bancada do PSD encontra-se inteirada.

Considerando que os caminhos de Santiago atravessam Portugal de Sul para Norte. O caminho da costa que se inicia no Porto atravessa o Minho e entra em Espanha por Valença, no caminho interior que passa de Viseu e entra em Espanha por Vilarelho da Raia em Chaves e o caminho central português que sai da sede de Lisboa passa por Tomar, Coimbra, Porto e segue depois para Norte; considerando que o objetivo da Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago é promover organizar e gerir os caminhos em território nacional; considerando que o município da Póvoa de Lanhoso está nesta rota milenar seguida por milhões de peregrinos desde o início do século nono, quando foi descoberto o sepulcro do apóstolo Santiago o maior; considerando que trará promoção cultural, atração turística e peregrinos resultante de um aumento das receitas locais, restauração, hotelaria, etc.; considerando que fazer parte de uma rota de renome internacional, como o caminho de Santiago pode elevar o prestígio do município tornando-o mais conhecido e respeitado tanto a nível nacional como internacional, tudo isto obrigará a melhoria de infraestruturas e acessibilidades.

Perante estas considerações, questiono quais as medidas já tomadas e quais as que estão pensadas para ser implementadas para transformar positivamente o município, promovendo um desenvolvimento integrado e sustentado, além de enriquecer a vida cultural e social da comunidade?

A bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A integração da Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago é crucial para a projeção da imagem dos municípios envolvidos em outros destinos, participar nesta rede não apenas se destaca a herança cultural e histórica local, mas também atrai um fluxo

constante, de peregrinos e turistas, nacionais e internacionais, impulsionando o turismo e a economia local. Esta visibilidade contribui para que os municípios sejam reconhecidos como destinos acolhedores e culturalmente mais ricos, o que pode resultar em parcerias e investimentos futuros. Além disso, a integração promove o intercâmbio cultural e a valorização do património local, fortalecendo a identidade e o orgulho comunitário. Ao mesmo tempo em que coloca os municípios num cenário global.

Por isso, o Partido Socialista votará favoravelmente este ponto.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao vereador Ricardo Alves, para resposta.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou, novamente, todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este caminho é, de facto, corolário de um trabalho, como eu disse do Dr. Orlando e do senhor Francisco Machado que, ao longo destes últimos dez anos, trabalhou todo um relato desta viagem deste périplo, por, se não estou em erro, onze países do Barão de Leon de Rosmithal e que, de facto, relata, portanto, como eles dizem muitas vezes, não é uma novidade para o mundo da ciência e da história, mas, de facto, um corolário de um relato de época que foi feito há mais de oitocentos anos atrás de um périplo desta comitiva que passou por todo este território, evidentemente que baseados nesses factos históricos, todo este trajeto foi devidamente ajustado pelos doze municípios em rede e que cada município apresenta um trajeto mais próximo mais seguro, não é, naturalmente 100% original, até porque também, entretanto, houve barragens que foram construídas, pontes que caíram, portanto, há este reconhecimento e este reajuste deste projeto, e evidentemente que toda esta região vai preparar-se para receber turistas e cada vez mais eu acredito, cada vez mais turistas, como disse e muito bem o senhor deputado, turistas nacionais e turistas internacionais, e que o objetivo deste consórcio será futuramente este caminho ser, de facto, um caminho oficial um caminho de Santiago para isso, naturalmente, temos que começar pela parte inicial, até que a sinalética, este percurso e não está sinalizado, estamos a trabalhar isso, naturalmente, com a equipa da cultura que tem feito um trabalho absolutamente fantástico, como disse e bem, e nós vamos continuar, todos estes municípios ao fim ao cabo a projetar cada vez mais esta região.

Como é que nós nos vamos adaptar a ela? A Câmara Municipal vai fazer todas as campanhas que tem feito, temos andado ao longo de todos estes municípios a apresentar este trajeto e depois vai ser daquilo que o mercado geralmente reage, há mais procura há mais turistas, vai ser naturalmente necessário a criação de albergues, vai ser, naturalmente necessário às tantas mais restaurantes, portanto, todo o mercado vai funcionar de forma normal e eu acredito que nos próximos cinco anos, este será, de facto, o caminho, até porque alguns de vocês já fizeram vários destes caminhos para

Santiago, sobretudo aqui de Braga e também há muitos que continuam viciados nesta coisa do caminhar, e esta coisa de nos encontrar-nos connosco próprios e estou convencido que este bom hábito de caminhar vai fazer com que as pessoas que já foram a Santiago pelo caminho litoral, pelo caminho da costa, ou até alguns que já foram pelo caminho francês, vão começar a querer percorrer este caminho de Leon de Rosmithal são duzentos e quarenta e oito quilómetros, se não estou em erro, e que, naturalmente, serão uma oportunidade, de facto, para todos estes doze municípios possam crescer em conjunto e, naturalmente, com a quantidade de serviços que será necessário projetar. Nós enquanto município, estamos a preparar um conjunto de ações, sobretudo para valorizar aquilo que são os nossos monumentos, as nossas atrações e, naturalmente que depois o mercado e o mundo privado também irá reagir e estou convencido que nos próximos cinco anos será este um verdadeiro caminho a trilhar. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o último ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para adesão do Município da Póvoa de Lanhoso à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Para finalizar, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário a ata em minuta, para a imediata produção de efeitos das deliberações. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade, e antes de dar por terminada a sessão da Assembleia Municipal, apelou à reflexão de todos sobre a forma como decorreram as duas reuniões desta sessão da Assembleia Municipal, e se vale a pena continuar a transmitir as sessões da Assembleia Municipal. Por fim, deu por terminada a sessão da Assembleia Municipal de 24 e 25 de junho de 2024, desejando a todos boa noite.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.